

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

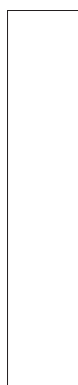
Memória, território, identidade.

Percurso pelas adegas cooperativas da Junta  
Nacional do Vinho

Patrícia Sofia da Costa Livramento

**M**

**2023**





# Memória, território, identidade.

Percurso pelas adegas cooperativas da Junta Nacional do Vinho

Patrícia Sofia da Costa Livramento

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto a 9 de novembro de 2023.

Júri da Prova Pública de Defesa da Dissertação:

Presidente: Prof. Doutor Álvaro António Gomes Domingues

Arguente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Filipa de Castro Guerreiro

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Sousa Brandão Alves Costa

O júri atribuiu a classificação final de 20 (vinte) valores

Nota prévia:

A presente dissertação foi redigida ao abrigo do novo Acordo Ortográfico em vigor. Salvo as transcrições de texto onde se mantém a grafia original. .

As imagens apresentadas foram dimensionadas, cortadas e editadas, sempre que tal se considerou necessário.

# Agradecimentos

À professora Ana Alves Costa,  
pela paciência, crítica e acompanhamento

À Inês, ao Coutinho, ao Naia, ao Ronaldo e ao Fábio,  
pelas aventuras e pela amizade, eram só cinco anos...

À minha mãe e ao António,  
pelo amor e pelo exemplo

Ao meu pai,  
pelas ferramentas para alcançar os meus objetivos

Aos meus irmãos,  
pelas brincadeiras e companheirismo

Ao Rafa,  
pelo apoio e pelo carinho

À TFFAUP,  
pela música

Aos professores,  
que me indicaram o caminho

A todos os que marcaram este percurso,  
e que me levaram a crescer de alguma forma

E ainda aos autores que através da sua contribuição permitiram o desenvolvimento deste trabalho.

Ao arquivo do Instituto da Vinha e do Vinho e ao Arquivo Municipal de Torres Vedras, pelo acesso à documentação necessária à realização desta Dissertação.

# Abstract

The Junta Nacional do Vinho (JNV) was an economic organization which conducted the wine industry in Portugal during part of the 20th century (1937-1986), under the rule of Estado Novo. Throughout its activities it implemented a network of properly equipped facilities, namely enological laboratories, wineries, warehouses, and cellars; and thus acquired a vast heritage located in the main producing regions of the country. This estate consisted of sixty-nine wine cellars spread all over the country. These buildings are interesting in the way they are adequately stocked with technological equipment, representative of the era, presenting diverse construction and implantation strategies, due to their different times of construction and locations in the territory.

Preserving the memory of this infrastructures is important in the way they illustrate the economic, cultural, and political needs existing at the time they were built. The recent history of Portuguese winemaking passes through the documents, objects, and buildings left behind by the JNV, which constitutes a historical testimony of the sector's activity during Estado Novo.

The need for this network of wineries, controlled by a state entity, is no longer relevant due to changes in the country's political, economic, and technological landscape, as well as within the specific sector. With this premise in mind, the objective of this dissertation is to study and analyze this collection of buildings with the aim of preserving this heritage.

Through the recognition and analysis of these structures, we seek to understand the reasons behind their construction, the choice of locations and regions, site planning, programmatic considerations, as well as the design in terms of form and expression. All of these aspects are central to our investigation throughout the project. Simultaneously, the examination of the architecture of the Estado Novo period and the 20th century will contribute to the understanding and contextualization of the analysis conducted on these buildings, drawing from the works of authors such as Nuno Teotónio Pereira, Ana Tostões, and Sergio Fernandez.

# Resumo

A Junta Nacional do Vinho (JNV) foi um organismo de coordenação económica que conduziu a indústria vinícola em Portugal durante parte do século XX (1937-1986), sob o regime do Estado Novo. Ao longo das suas atividades, implementou uma rede de instalações devidamente equipadas, nomeadamente laboratórios enológicos, adegas, armazéns e caves; adquirindo assim um vasto património localizado nas principais regiões produtoras do país. Este património era composto por sessenta e sete adegas cooperativas distribuídas por todo o país. Estes edifícios, interessantes pela forma como estão adequadamente equipados com tecnologia, representativos de uma época, apresentam diversas estratégias de construção e implantação, devido às diferentes datas de construção, localização no território ou outras circunstâncias.

A preservação da memória destas infraestruturas é importante ilustrando as necessidades económicas, culturais e políticas existentes na época em que foram construídas. A história recente da produção de vinho em Portugal passa pelos documentos, objetos e edifícios deixados pela JNV, que constituem um testemunho histórico da atividade do setor durante o Estado Novo.

A necessidade desta rede de adegas, controlada por um organismo estatal, já não se coloca devido à mudança do panorama político, económico e também tecnológico do país e do sector em questão. Compreendendo esta premissa, o objetivo desta dissertação passa por estudar e analisar este conjunto de edifícios com o intuito de valorizar este património.

Através do reconhecimento e análise destas obras procuramos compreender as razões que justificam a sua construção, a escolha dos lugares e regiões, a implantação, o programa, o desenho da forma e expressão, todas estas questões com que nos deparamos ao longo do exercício do projeto. Paralelamente, o estudo da arquitetura do Estado Novo e do século XX ajudará a compreender e a informar a análise realizada aos edifícios, com base em autores como Nuno Teotónio Pereira, Ana Tostões e Sergio Fernandez.



# Sumário

Introdução	11
Prólogo. O vinho: um bem gerador de relações e cultura	19
<b>Parte I. Junta Nacional do Vinho, um percurso</b>	
O sector vitivinícola antes do Estado Novo	21
O Estado Novo e as políticas corporativas. A criação da FVCSP	25
A Junta Nacional do Vinho. Um organismo de coordenação económica	33
Ação e influência da Junta Nacional do Vinho	35
<b>Parte II. A construção de uma rede de apoio à viticultura</b>	
A cooperativa de produção	41
A geografia de uma nação vitivinícola	45
Três “momentos” na constituição da rede de adegas cooperativas	49
Implantação: as primeiras infraestruturas (1935-1952)	53
Expansão: a planificação de uma rede de adegas (1952-1969)	61
Concentração: o declínio do Estado corporativo (1970-1986)	79
<b>Parte III. Reconhecimento das adegas cooperativas: o lugar, a planta, a expressão</b>	
A distância na escolha dos lugares de implantação	85
O percurso como tema de desenho do programa	89
Reflexão sobre a identidade das adegas cooperativas	109
“Nacional”: a representação local do poder administrativo	111
“Moderno”: propostas racionais para um edifício utilitário	115
“Pragmático”: o sistema construtivo como tema de composição	119
Reflexões Finais	121
Índice de Imagens	125
Referências bibliográficas	135



# Introdução

A situação pandémica por que passámos levou a um regresso a casa, a um reviver de certos caminhos com outro olhar e disposição. Acontecimentos outrora “banais” na cidade, ganham agora significância com uma interpretação mais atenta e educada.

Assim, o mote deste exercício de Dissertação surge da curiosidade despertada pelo edifício da adega cooperativa de Torres Vedras, cidade onde cresci. A paisagem vitícola é uma presença constante nesta região, as vinhas e carreiros desenham os vales e planícies desta zona. O fim do Verão é marcado pela vindima: a azáfama nos campos, os tratores a caminho das adegas e o aroma que as uvas deixam no caminho.

Numa primeira abordagem compreendemos que este edifício não se encontrava isolado, sendo parte de uma rede de adegas cooperativas, construídas durante o Estado Novo<sup>1</sup>, sob a alçada da Junta Nacional do Vinho (JNV). Apesar de discreta, a presença destas infraestruturas é bastante sentida na zona, sendo estes equipamentos utilizados no quotidiano de muitos produtores. Em retrospectiva compreendi que ao longo dos anos, sem me aperceber, já me havia cruzado com muitos destes edifícios, em passeios e viagens pela região.

Quando nos apercebemos do pouco estudo desenvolvido e relativo desconhecimento sobre este património, sentimos que seria relevante torná-lo o objeto de estudo desta dissertação. Procurando enquadrar estes edifícios no contexto social e político em que foram construídos, consideramos importante a preservação da sua memória pela forma como ilustram as necessidades económicas, culturais e políticas da sua época. A história da vitivinicultura portuguesa passa pelos documentos, objetos e edifícios deixados pela JNV, constituindo estes um testemunho histórico da atividade do setor ao longo do século XX, durante o Estado Novo.

Operando as ferramentas adquiridas ao longo deste percurso, utilizámos este conjunto de edifícios como pretexto para mais uma vez ingressar num momento de aprendizagem. Através deste tema confrontámos as escolhas e decisões comuns no Projeto, com as problemáticas encontradas neste contexto. Confrontámo-nos com as mesmas questões: lugar, forma, materialidade, etc. - colocadas de um novo modo.

<sup>1</sup> “Regime político instituído sob a direção de António de Oliveira Salazar, e que vigorou em Portugal sem interrupção, embora com alterações de forma e conteúdo, desde 1933 até 1974, nalguns aspetos semelhante aos regimes instituídos por Benito Mussolini na Itália e por Adolf Hitler na Alemanha, mas também com significativas diferenças em relação aos mesmos.” in [www.infopedia.pt](http://www.infopedia.pt)

## Objeto de estudo

Consideramos como objeto de estudo a rede de adegas cooperativas da Junta Nacional do Vinho. A JNV foi um organismo de coordenação económica, que conduziu e regulamentou o setor vitivinícola em Portugal, durante parte do século XX (1937-1986), sob a égide do Estado Novo.

Para o desempenho das suas atividades, a JNV, teve a necessidade de se capacitar com infraestruturas capazes de concretizar as funções a que se propunha. Durante o exercício das suas funções, implementou uma rede de equipamentos que iam desde armazéns e adegas, a destilarias e laboratórios devidamente equipados<sup>2</sup>, pelo que adquiriu um vasto património, inserido nas principais regiões produtoras do país.

Pela grande extensão do património deste organismo decidimos cingir a presente dissertação aos edifícios das adegas cooperativas, tanto construídos, como adquiridos pela Junta. Na data da sua extinção, em 1986, este espólio era constituído por 67 adegas distribuídas por catorze regiões, de Norte a Sul do país.

Consideramos que estas obras detêm especial interesse pelo modo como ilustram a resolução de um programa, relativamente complexo, num determinado contexto social, político e económico, o Estado Novo. Refletem o seu tempo pela forma como são implantadas nas diferentes regiões, pelos seus materiais de construção, pela tecnologia com que são providas e pelas diversas expressões plásticas que assumem. De certo modo, contribuem para a imagem da arquitetura industrial produzida durante o Regime, traduzindo as incoerências deste período através das diferentes soluções encontradas, que resultam numa polifonia de abordagens.

“Com a designação de juntas, comissões ou delegações, foram criadas, num curto espaço de tempo, mais de uma dezena destes organismos, cobrindo todos os sectores de actividade, desde as escolas dos três graus aos hospitais, dos quartéis às construções prisionais, dos CTT à Caixa Geral de Depósitos, da GNR à Guarda Fiscal, das Alfândegas à Hidráulica Agrícola.”<sup>3</sup>

2 “laboratórios enológicos, adegas, depósitos e caves” in Miguel, Américo; Oliveira, Rogério. “Solução Cooperativista de Problema da Armazenagem do Vinho” apud Brito Pereira, Maria da Conceição F. *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.

3 Pereira, Nuno Teotónio e Fernandes, José Manuel (colaboração). “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959” in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*. Volume II, de AAVV. Lisboa: Fragmentos, 1987. p. 329

O património da JNV foi maioritariamente herdado pelo Instituto da Vinha e do Vinho<sup>4</sup> (IVV). Porém, apesar de serem construídas através deste organismo estatal, as adegas cooperativas utilizavam, para a sua construção, vários fundos para além do Fundo Corporativo da Vinicultura, nomeadamente o Fundo da Junta de Colonização Interna, fundos municipais, e fundos dos próprios vinicultores, interessados na construção destes edifícios na sua região. Neste contexto a questão de propriedade torna-se bastante complexa, estando muitos destes edifícios, atualmente, em situação de abandono por falta de uma solução para este problema.

Objetivo

Apesar do programa vinícola não estar obsoleto, a necessidade desta rede de adegas, controlada por um organismo estatal, já não se coloca devido à mudança do panorama político, económico e também tecnológico do país e do sector em questão. Compreendendo esta premissa, o objetivo desta dissertação passa por estudar e analisar este conjunto de edifícios com o intuito de valorizar este património.

O estudo e compreensão desta rede surge como uma oportunidade de utilizar de um novo modo as ferramentas do Projeto, adquiridas ao longo do percurso académico. Através do reconhecimento e análise das obras estudadas procuramos compreender as razões que justificam a sua construção, a escolha dos lugares e regiões, a implantação, o programa, a tipologia, o desenho da forma e expressão plástica, questões com que nos deparamos, sempre, ao longo do exercício do projeto.

Numa fase inicial foi estudada a adega cooperativa de Torres Vedras, de modo a compreender a sua data de construção, a questão da autoria e a história do edifício. Após este momento, devido à escolha do objeto de estudo, foram conduzidas duas pesquisas complementares em paralelo: o estudo do contexto político, social e arquitetónico em que este objeto surge; e a história da rede de adegas cooperativas da Junta Nacional do Vinho.

Metodologia

O período histórico estudado, no âmbito da história nacional, tem no panorama político e social características muito particulares. Para a compreensão do percurso da JNV, e dos casos de estudo, foi necessário compreender o contexto em que estes surgem. Esta pesquisa foi conduzida

<sup>4</sup> Organismo que sucedeu a JNV após a sua extinção. O Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) é uma instituição que regula, promove e desenvolve o setor vitivinícola em Portugal, assegurando a qualidade dos produtos e contribuindo para a sua competitividade nos mercados nacionais e internacionais.

com o auxílio de alguma bibliografia própria, através de autores como A. H. de Oliveira Marques, Nuno Teotónio Pereira, Ana Tostões e Margarida Acciaiuoli. Inicialmente, o contexto foi abordado de forma mais genérica do ponto de vista da História, e gradualmente foi-se abordando bibliografia mais específica sobre o contexto arquitetónico desta época. Esta primeira etapa foi fundamental para solidificar os passos seguintes, e permitir uma abordagem informada e pertinente sobre este património.

O estudo da rede de adegas cooperativas da JNV foi um processo um pouco mais complexo. Num momento inicial, em função da impossibilidade de aceder ao arquivo do Instituto da Vinha e do Vinho (devido à situação pandémica), foram utilizadas outras fontes disponíveis, nomeadamente a dissertação *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*<sup>5</sup> e a obra *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*<sup>6</sup>. Esta bibliografia, associada a outras obras, permitiu compreender o percurso, ação e objetivos da Junta Nacional do Vinho.

Contudo, o reconhecimento e levantamento da rede de adegas cooperativas apenas foi possível com o auxílio do arquivo do IVV. Esta pesquisa realizou-se através de fontes primárias, como a consulta de desenhos, cartografias, documentos e obras da autoria dos técnicos da Junta, acompanhada por fontes secundárias, nomeadamente o trabalho de David Lopes: *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*<sup>7</sup>. A construção de uma análise e levantamento próprios foram realizados através do cruzamento de fontes primárias com as informações e fotografias disponibilizadas nesta dissertação. Para esta pesquisa foi também indispensável a consulta dos documentos, desenhos e fotografias disponíveis nos arquivos municipais de Lisboa e Torres Vedras.

Na estruturação da análise das questões arquitetónicas, a obra *Colónias Agrícolas*<sup>8</sup> foi uma referência fundamental. Apesar de tratar de um tema adjacente, que coincide fisicamente apenas em alguns casos concretos<sup>9</sup>, o seu modo de aproximação ao objeto, e a abordagem à obra em estudo, informaram profundamente a presente dissertação

5 Brito Pereira, Maria da Conceição F. *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.

6 Freire, Dulce. *Produzir e Beber: A Questão do Vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010.

7 Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Dissertação de Mestrado orientada pelo professor doutor João Rocha, apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, Évora: Universidade de Évora, 2012.

8 Guerreiro, Filipa de Castro. *Colónias Agrícolas*. Porto: Dafne editora, 2022.

9 Referimo-nos às adegas cooperativas de Martim Rei e Santo Isidro de Pegões.

Esta investigação recorre a diversos métodos de análise e ferramentas, sublinhando-se a importância do uso do desenho como instrumento de investigação e as visitas realizadas a algumas adegas que, em conjunto, permitiram o conhecimento mais aprofundado das obras.

A metodologia desenvolvida ao longo da dissertação influenciou profundamente a sua estrutura, que se divide em três momentos. Estrutura

Na **parte I** realizamos uma contextualização de modo a compreender o percurso e objetivos da Junta Nacional do Vinho. Para a compreensão do carácter formal, espacial e expressivo dos objetos de estudo é essencial compreender o enquadramento em que surgem. Assim, nestes primeiros textos, retratamos o setor vitivinícola antes e após a instauração do Estado Novo, compreendendo de que modo esta mudança política terá afetado o setor. Partimos depois, para a história da Junta, que se inicia com a criação da Federação de Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVSCP), organismo que antecedeu a criação da JNV. Terminamos este contexto com as designações, área de influência e objetivos do organismo.

Na **parte II** estabelecemos um primeiro contacto através da história e finalidades da cooperativa de produção como sistema económico, abordando os propósitos e objetivos dos edifícios das adegas cooperativas. Segue-se uma primeira abordagem da rede a uma escala territorial. Devido ao grande número de edifícios, à sua distribuição de norte a sul do país e o período ao longo do qual foram construídos, sentimos necessário dividir esta análise em três fases cronológicas. Esta divisão é informada pelos diferentes contextos que o organismo atravessa, uma vez que estes três “momentos”<sup>10</sup> de construção se refletem na leitura das adegas cooperativas.

A **parte III** é composta por três temas de aproximação aos edifícios - o lugar, a implantação e a expressão - acompanhados de três escalas de análise que se cruzam para permitir o seu estudo mais operativo.

O primeiro ponto trata dos lugares de implantação a uma escala regional. Nesta etapa procuramos os problemas, as soluções encontradas, os critérios para a escolha dos lugares e as metodologias de projeto através do estudo da *Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para*

10 Transportamos para esta Dissertação a noção de “momento” que Filipa Guerreiro coloca na sua obra: “A ideia de «momento» é importante, porque os seus limites não se prendem necessariamente com períodos temporais ou marcos históricos definidos, mas antes com espaços de tempo delimitados por determinados contextos e circunstâncias - objetivos, programas, visões, pressões e dificuldades - que tiveram consequências directas na arquitectura.” in Guerreiro, Filipa de Castro. *Colónias Agrícolas*. Porto: Dafne editora, 2022. p. 8/9

a *Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho*<sup>11</sup>, acompanhada da comparação com os edifícios construídos.

Em seguida, abordamos uma escala mais próxima explorando os princípios de implantação, a caracterização do programa e as formas que este assume nos objetos de estudo. Focamos a análise também na articulação das diversas áreas das adegas, das suas diferentes espacialidades e do modo como estas se refletem na composição dos edifícios.

O terceiro tema, onde abordamos a linguagem arquitetónica dos edifícios, leva-nos à última escala de leitura destas obras. Aqui decidimos recorrer à organização presente na obra de Filipa Guerreiro, explorando as adegas através de três expressões: “Nacional”, “Moderno” e “Pragmático”, -, introduzimos as soluções das adegas que consideramos pertinentes para este debate, de modo a analisar os princípios de composição volumétrica, as materialidades escolhidas, os sistemas construtivos e a expressão arquitetónica resultante.

Pela miríade de soluções com que nos deparamos à priori compreendemos, não haver a procura por estabilização de um modelo, ou de uma expressão comum a todas as obras. Deste modo, consideramos pertinente recorrer a uma análise comparada com outras obras, que partilham de contexto e temas expressivos semelhantes, de modo a enquadrar esta produção no panorama arquitetónico português da época. Procuramos entender as intenções e inspirações que se traduzem nas diferentes expressões que as adegas assumem e como os valores e ideologias deste período, o Estado Novo, se refletiram na imagem destes edifícios, assim como a relevância que esta “arquitetura nacional” terá assumido neste tipo de equipamentos.

“Assim é a arquitectura portuguesa: o seu processo evocativo não decifra e apropria a realidade, apreendendo e indicando o seu fundamento, antes, reconstruindo uma continuidade, adequando os modelos do passado a novas situações ou transformando-os em contacto com outros, torna o mundo (e ela própria) exequível, fluido, impuro ou provisório como o quotidiano.”<sup>12</sup>

11 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952.

12 Alves Costa, Alexandre (prefácio) in Fernandez, Sergio. *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988. p. 3



1. "Vindimas: mulher transporta o cesto cheio de uvas"

*“(...) Amo sobre uma mesa,  
quando se fala,  
à luz de uma garrafa  
de inteligente vinho.  
Que o bebam,  
que recordem em cada  
gota de ouro  
ou copo de topázio  
ou colher de púrpura  
que trabalhou no outono  
até encher de vinho as vasilhas  
e aprenda o homem obscuro,  
no ceremonial de seu negócio,  
a recordar a terra e seus deveres,  
a propagar o cântico do fruto.  
Vinho.(...)”*

Neruda, Pablo. “Ode ao Vinho” in *Odes Elementares*. Lisboa: Dom Quixote, 1977.



2. Fotogramas do filme “Vinhos de Portugal” de 1949, apoiado pela JNV, que retrata Portugal como nação vinícola. A vindima.

# Prólogo

## O vinho: um bem gerador de relações e cultura

Acredita-se que a história do vinho seja anterior à própria escrita, tendo este produto acompanhado a evolução económica e sociocultural de várias civilizações. É um bem que surge desde cedo como elemento simbólico, de convívio e comunicação entre os homens. Com conotações ritualísticas e religiosas, assume grande importância na cultura e sociedade ocidentais, tanto a nível económico como político e social.

O vinho como um bem gerador de cultura e relações

Através de um processo multissecular de adaptação de técnicas e saberes o vinho e a vinha contribuíram para a humanização da paisagem. A paisagem vitícola constitui-se como um testemunho cultural, evolutivo e vivo de uma tradição ancestral, resultando da ação contínua do homem sobre a natureza em constante mudança.

O vinho assume um carácter multifacetado gerador de relações complexas, desde a sua produção ao seu comércio. O desenvolvimento desta cultura gera um vasto património, desde as paisagens vitícolas (algumas consideradas património da humanidade como, em Portugal, no Douro e na ilha do Pico), até às quintas e solares, aos museus, artefactos e documentos.

O percurso da vinicultura no nosso país é composto por uma sucessão de fases de prosperidade e recessão. As soluções e recursos encontrados resultaram na lenta composição do sector, sendo a organização atual fruto de um demorado processo económico, social e político. A este processo associa-se também a necessidade de adaptação às condições técnicas e naturais da produção. Muitas das condicionantes da organização da vinicultura contemporânea consideram-se estabelecidas durante a vigência do Estado Novo, através dos Organismos de Coordenação Económica.

De modo a compreender o objeto de estudo e a sua relevância no panorama histórico e cultural português, torna-se necessário enquadrá-lo e esboçar o seu percurso. Contextualizamos o objeto de estudo para compreender e sustentar a sua conceção, de forma a entender como a época e circunstância em que surgiu o terão influenciado a constituição desta rede de adegas cooperativas.



3. "Vindimas: mulheres transportam os cestos carregados de uvas"

# Junta Nacional do Vinho, um percurso

## O sector vitivinícola antes do Estado Novo

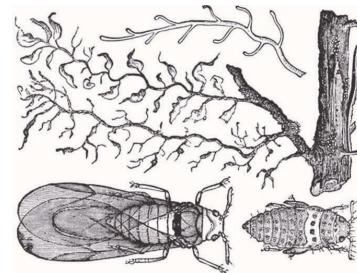
A cultura do vinho em Portugal possui uma tradição profundamente enraizada, com este produto presente desde os primórdios do território e nas trocas comerciais, mesmo antes da fundação do próprio país. Naturalmente, o vinho alcançou uma posição de destaque na economia nacional. Durante o período que abrange do século XIX até o final do século XX, a questão vitivinícola foi amplamente discutida, ocupando um lugar de relevo na economia do país.

Em meados do século XIX surgem diversos problemas no setor vitivinícola a nível europeu, desde a falta de qualidade e escoamento do vinho, às pragas<sup>2</sup> que atacam as culturas. Em Portugal, para combater esta situação, o sector teve a necessidade de tornar a atividade mais técnica, intensa e produtiva, aumentando também os custos e meios necessários aos novos métodos de cultivo e produção. Foi conduzida "(...) uma transformação quase radical da cultura da vinha."<sup>3</sup> Esta situação, acompanhada pela súbita procura de vinhos portugueses, uma vez que outros países produtores também foram atingidos pelas pragas vinhateiras, levam a indústria vinícola a um lugar de destaque na economia nacional. Verificou-se um aumento das exportações a partir dos anos 80, e pela primeira vez o vinho comum ultrapassou os volumes de Vinho do Porto.

"(...) na época actual [referia-se ao ano de 1898] depois de reconstituídas as vinhas, (...) melhor preparado o país vinícola para resistir aos muitos males (...) em diferentes anos têm destruído parte das colheitas. Novas plantações se estão fazendo ainda todos os dias, havendo-se declarado como que uma verdadeira febre de entusiasmo por parte dos lavradores nacionais pela cultura da vinha. (...) Do mesmo passo, aperfeiçoando os processos de cultura, têm conseguido valorizar mais o torrão pátrio, extraindo dele (...) mais elevada produção."<sup>4</sup>

"A vinha e o vinho então foram capazes de mobilizar um povo em prol da sua causa, tal força pode ser observada logo a partir da segunda metade do século XIX (...)."<sup>1</sup>

Problemas no setor vitivinícola a nível europeu



4. *Filoxera vastatrix*, uma das pragas que afetou a vinhas

1 Santos, Fernando dos. "A Vitivinicultura de Torres Vedras, 1850-1986" in *Enomemórias & enoturismo: os territórios culturais do vinho*. Maia: ISMAI, 2018. p.43

2 "Em Portugal, este ciclo de doenças da vinha foi iniciado pelo oídio, por volta dos anos de 1850-51, seguindo-se-lhe a maromba, a antracnose, a anguílula, a filoxera e o míldio." in Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Ação e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.6

3 Preâmbulo do Decreto nº 1 de 10 de maio de 1907, publicado no Diário de Governo, nº 104 de 11 de maio, Imprensa Nacional, Lisboa. apud ibidem. p.6

4 Costa, B. C. Cincinnato da, *O Portugal Vinícola, Estudos sobre a ampelografia e o valor enológico das primeiras videiras em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900. p. XXIV



5. Condução da vinha com tutor, na região de Alenquer

No entanto, apesar deste crescimento e da atualização dos meios de produção, o sector continuava exposto a diversos fatores (nomeadamente climáticos) que, associados a uma desorganização comercial e à falta de qualidade do produto, resultavam em crises consecutivas. Nos anos de pouca produção os preços eram inflacionados, colocando pressão sobre os mercados, desorganizando-os, nos anos de maior produção gerava-se uma concorrência comercial, que desvalorizava o produto, e se traduzia em baixos rendimentos. Tornou-se necessário regularizar a produção, aproximando-a das necessidades de consumo.

Legislação de João Franco

Sendo o sector vitivinícola um dos mais lucrativos da agricultura nacional, o Estado sente a necessidade de intervir perante as implicações sociais e económicas neste cenário de crise. No início do século (1901) os governos de Hintze Ribeiro e João Franco publicaram um conjunto de diplomas "(...)" que marcaram uma ruptura «estrutural entre um mercado com elevada liberdade de actuação dos agentes económicos e um mercado progressivamente condicionado.»<sup>5</sup> Nesta legislação já prefiguravam algumas das medidas mais tarde adotadas por Salazar, como a qualidade do plantio da vinha e o fomento de adegas sociais em moldes cooperativos, além da criação de grandes companhias/sociedades comerciais que, "pugnado pelo critério e aperfeiçoamento do produto concorressem para a qualidade, coadjuvassem na fiscalização e incrementassem o consumo no país e no estrangeiro."<sup>6</sup>

5 Simões, Orlando apud Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.11

6 Virgílio A. Dantas apud ibidem. p.12

Uma das questões mais relevantes tratada nos diplomas de 1907 é referente à demarcação de regiões produtoras de vinhos típicos generosos e o condicionamento das castas de vinha plantadas.

“[Para cada região foi criada uma comissão designada para] exercer a mais rigorosa fiscalização sobre a entrada de vinhos e aguardentes nas respectivas regiões; fazer o registo das propriedades (...); elaborar a estatística da produção, aceitando as declarações dos proprietários (...); passar os certificados de [origem; e] dar baixa na estatística do concelho, à saída dos vinhos, indicando sempre que seja possível, o local do destino, o nome do destinatário e meio de transporte.”<sup>7</sup>

Para possibilitar o controlo de qualidade do plantio da vinha este foi suspenso em certos terrenos durante três anos pelo “(...) facto de se ter expandido a cultura de produção barata e de baixa qualidade, devido à substituição de castas autóctones por outras hiperprodutivas,(...) após as invasões filoxéricas do século XIX.”<sup>8</sup> Todavia, uma vez que o próprio diploma admite que a produção barata era essencial para a expansão comercial do país, o objetivo passava por um equilíbrio entre qualidade e quantidade. Para realizar esta operação a demarcação de regiões foi fundamental, uma vez que organizou e delegou a ação disciplinadora sobre o plantio da vinha.

Apesar deste conjunto de legislação revelar um cuidado e conhecimento sobre o estado do sector vitivinícola nacional e os seus problemas, apontando uma série de soluções para “suavizar a crise vinícola”<sup>9</sup>, na prática não foi totalmente concretizado. A instabilidade política sentida a partir de 1909, não permitiu a prossecução de qualquer ação relativa ao sector em geral. Até 1926 muitas das medidas aprovadas pelos governos, mais ou menos transitórios, não tiveram efeitos práticos.

No início do século, Portugal era um país economicamente atrasado no contexto europeu, estando ainda muito dependente da agricultura. Este atraso resultava sobretudo da falta de formação, da incapacidade de criação de excedentes agrícolas (exceto o vinho e a cortiça), do modo como o governo intervinha na economia e principalmente na dilação das mentalidades que levava a uma ineficiente modernização dos sistemas produtivos.

7 M. Lucena apud Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Ação e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.16

8 ibidem. p.17

9 Virgílio A. Dantas apud ibidem. p.13

6.

PREÇO 16 CENTAVOS (1926)

Supervisor - JOSÉ MARQUES DE LIMA  
 Redacção: AV. DE PARIS, 100 - LISBOA  
 Impressão: ALVARO GONCALVES DE CASTELL  
 Editor: ALVARO GONCALVES DE CASTELL

# Diário de Notícias

Publicação: ESTRELA DE CASTELHO DE S. RAFAEL  
 Director: F. FILARDO BLANCO ALBUQUERQUE

O melhor romance historico de  
**«A TORRE DE NESLE»**  
 de  
 DE JACQUES DE MARSAILLON DE BOURBON  
 Publico a identidade de Diários de Notícias

## MAIS UM PRONUNCIAMENTO MILITAR

### O GENERAL GOMES DA COSTA FORÇADO A ABANDONAR A PRESIDENCIA DO MINISTERIO

CONSTITUI-SE UM NOVO GOVERNO, SOB A PRESIDENCIA DO GENERAL CARMONA

### COMO SE FEZ O GOLPE DE ESTADO E QUAIS FORAM AS SUAS CAUSAS

7.

# O Ouro de Portugal

O verbo PRODUIZIR precisa de gritar-se por toda a terra portuguesa com a mesma fé como que as bocas de gente ança gritam o v. 300 amar!

O ouro de Portugal é a terra, o trabalho da terra. Não temos minas. A colheita do ouro em Portugal não se faz trabalhando, minando as profundezas da terra.

O nosso ouro não existe no sub-solo.

— Existe no solo. Rompe-se a clara-luz do dia. A colheita faz-se cantando.

— Temos flores que, banhadas da graça de uma Rainha-Santa, já foram pó.

ca-se nestas Ilhas, a apanha do cacau entre a ancia de produzir, a febre do trabalho, a disciplina forte, sadia dos nossos trabalhadores.

As Ilhas de S. Tomé e Príncipe, pequeninas, com uma superficie que não chega a 1.000 kilometros quadrados, realisam a maravilha de produzir, só em cacau, á roda de cem milhões de escudos.

E' que, aqui, ha em cullo ferveroso pelo trabalho. Não sei de canto, em Portugal, onde mais se trabalhe, onde mais se procure arrancar á terra a fartura, a abundancia — o ouro.

Tem autoridade moral estas Ilhas para gritar bem alto a Portugal inteiro que é preciso produzir cada vez mais, que é preciso pôr uma barreira de trabalho, de fé, á carreira louca e desgastada da l'ra. O verbo «produzir» precisa de gritar-se por toda a terra portuguesa com a mesma fé com que as bocas de gente moça gritam o verbo «amar».

E o primeiro canto de Portugal a gritalo, de maneira a ouvir-se por toda a parte, são as Ilhas de S. Tomé e Príncipe.

Egido INSO

Electrica Ilhas Povo no Rio Guiza (S. Tomé)

Condição de casa de Bica Vista os Ilhas para a Vila de S. Tomé

Temos flores que, banhadas da graça do sol de Portugal, são o ouro de que precisamos.

São as flores, em cacho, das videiras.

São as flores que vestem o corpo delgado dos cacauzeiros.

Acabou a vindima em Portugal. Colheu-se o ouro das uvas entre a alegria vibrante dos ranchos das raparigas.

Começa, intensifi-

Quilómetros de estrada

Canal de ferro negro na zona Bica Vista (S. Tomé)

6. Diário de Notícias sobre o Golpe de Estado de 9 de Julho 1926

7. Periódico onde Portugal é referido como "terra de sol e uvas de ouro"

## O Estado Novo e as políticas corporativas. A criação da FVCSP

O sector vitivinícola ao longo de todo o seu percurso sofre de crises sucessivas, sendo este já um estado habitual para os vitivinicultores.

“(...) quando sentiam dificuldades em escoar os vinhos ou em obter o preço a que aspiravam, os produtores anunciavam crise, mesmo que fossem apenas situações regionais e de curta duração.”<sup>10</sup>

A 17 de Junho de 1926, o general Gomes da Costa, apoiado pelo exército, encabeçou um golpe de Estado que ditou a imposição de um novo regime político em Portugal. Os primeiros meses da Ditadura Militar foram conturbados e pautados pelas disputas constantes pelo poder. Esta situação leva a um novo golpe militar, a 9 de julho, dirigido pelo general Sines de Cordes, colocando o general Óscar Carmona<sup>11</sup> no governo. Durante os dois primeiros anos em que o país é governado por uma Ditadura Militar são conduzidas uma série de tentativas de reorganizar as finanças, equilibrar o orçamento e estimular a economia. Entre 1927 e 1931 registam-se diversas revoltas, ocorrendo várias tentativas de golpe de estado, inclusive dentro do próprio regime. O produto destas revoltas e conspirações foi a criação e aperfeiçoamento dos instrumentos repressivos.

Golpe de Estado de 1926

Numa tentativa de conferir legitimidade ao regime, alguns decretos ditatoriais estabeleciam a eleição presidencial por voto direto dos cidadãos. Sendo Óscar Carmona o único candidato, foi assim eleito Presidente da República. António Oliveira de Salazar é incumbido da pasta das finanças<sup>12</sup>. Salazar aceita o cargo com a condição de coordenar e supervisionar o orçamento de todos os ministérios. Gradualmente o seu controlo foi-se afirmando, atingindo também as questões políticas e militares.

Salazar assume as finanças do país.

“Nos anos 30 do século XX, Portugal era apresentado como terra de «sol e uvas de ouro»<sup>13</sup>. Uma evocação das riquezas da Pátria que dissimulava os problemas que, há décadas, andavam associados à vitivinicultura.”<sup>14</sup>

10 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.17

11 Óscar Carmona foi o presidente com maior longevidade no exercício de funções (1926-1951). Desempenhou um papel central no processo de ascensão política de Oliveira Salazar. Reeleito em 1935, 1942 e 1949, constitui a figura tutelar do regime, auxiliando na construção dos mecanismos necessários para a perpetuação do Estado Novo.

12 Duarte Pacheco dirige-se a Santa Comba Dão para discutir com Salazar as condições de retoma da pasta das finanças, que este já teria dirigido pontualmente em 1926.

13 “Este é o título da brochura de propaganda editada em 1938, por ocasião de V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, do OIV, realizado em Lisboa (Portugal..., 1938)” in Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.39

14 *ibidem*. p.39

## Nova crise vitivinícola

Desde 1927 que uma crise se instalara, de novo, no sector vitivinícola, devido a um ano de produção superior à média. Em Portugal, as excelentes condições meteorológicas resultavam em anos de excedentes produtivos, que levavam a dificuldades em conservar e escoar o vinho. Contudo, a esta situação de crise ocasional, associaram-se dois fatores: a depressão da economia internacional, que conseqüentemente diminuiu o poder de compra e fechou alguns mercados; e anos consecutivos de grandes produções de boa qualidade (segundo Dulce Freire, principalmente na primeira metade da década de 30), “(...) enquanto diminuía o consumo, a natureza oferecia sucessivas *superproduções*.”<sup>15</sup> Sendo assim, numa conjuntura em que outros sectores diminuía as suas produções, para acompanhar a pouca procura dos mercados, os vinicultores não tinham modo de controlar as colheitas, nem os custos de manutenção, produção e conservação dos vinhos.

## Os efeitos da Grande Depressão

A Grande Depressão que ocorreu em 1929, levou a que a década de 30 fosse um período de profunda crise económica a nível mundial. Dulce Freire sublinha que, não obstante a análise favorável, a crise foi sentida a diversos níveis, pois cada subsector exportador condicionou as atividades económicas suas dependentes, levando os efeitos da depressão até aos locais de origem dos produtos. “Na medida em que as actividades se inseriam nas dinâmicas locais e regionais, esses efeitos depressivos repercutiam-se na economia, na política e na sociedade de quase todas as zonas do país.”<sup>16</sup>

Os sectores mais afetados foram os que estavam dependentes dos mercados internacionais tais como a cortiça, as conservas de peixe e o sector vitivinícola.

“Os anos de 1929 e 1930 continuaram marcados pelas preocupações governativas que visavam a estabilização financeira, ao mesmo tempo que as principais medidas dirigidas à agricultura privilegiavam o pão, outros bens essenciais ao abastecimento interno e (apenas) a agilização do comércio de vinhos.”<sup>17</sup>

“(...) [Numa] década marcada pela depressão económica internacional e pela instabilidade política interna, as movimentações que estavam a atravessar as regiões vinícolas não poderiam ser menosprezadas pelo poder político.”<sup>18</sup>

15 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.18

16 ibidem. p.17

17 ibidem. p.111

18 ibidem. p.14

Desde maio de 1926 que o sector agrícola padecia de uma grande instabilidade, devido às constantes mudanças na chefia do Ministério, indiciando as tensões a que este se encontrava sujeito. A partir de 1930 Linhares de Lima assume a chefia do Ministério da Agricultura, possibilitando por fim “(...) a estabilidade que viabilizou a promulgação de medidas importantes para promover a diversificação produtiva do país, reestruturar a produção de vinhos e reorganizar o Ministério da Agricultura.”<sup>19</sup> Na legislação promulgada em 1931 constava a definição de zonas e regiões vinícolas, além da classificação de vinhos e dos seus derivados, acompanhadas do fomento de instituições de apoio e controlo da produção (juntas, adegas e estações vinícolas) regidas pelo Conselho Superior de Viticultura. A construção desta rede permitiu a descentralização dos serviços do Ministério da Agricultura, aproximando “(...) quanto possível os técnicos da lavoura, ligando-os intimamente na acção comum de que resultará a prosperidade agrícola do País.”<sup>20</sup>

Os problemas do setor condicionado pelo Ministério da Agricultura

Segundo Dulce Freire, estas medidas eram apoiadas por técnicos e agrónomos que defendiam a importância de mudar o “panorama produtivo do País” e combater a “hegemonia da vinha”. Contudo, devido à relutância dos produtores com receio da diminuição dos lucros, esta legislação foi parcamente posta em prática. Estas medidas acabaram por se revelar insuficientes, face à reforma necessária no sector.

É neste cenário desditoso, que se iniciam mudanças na situação política e económica do país. Em 1931 define-se o fim da Ditadura Militar, sendo o novo *status quo* o “estabelecimento de um nacionalismo político, económico e social bem compreendido, dominado pela soberania incontestável do Estado forte”<sup>21</sup>. O “Estado Novo” seria um regime social e corporativo, onde tanto os proprietários e empresários como os trabalhadores se iriam alinhar com um objetivo comum: a Nação. As forças de produção organizam-se através das Corporações, encetando uma nova coordenação económica com mais intervenção estatal sobre os sectores mais convenientes ao país (entre eles o sector vitivinícola).

Fim da Ditadura Militar

“O sistema corporativo e autoritário veio portanto moldar um Portugal diferente. Quis construir um país economicamente organizado e um Estado intervencionista, essencialmente oposto ao liberalismo republicano.”<sup>22</sup>

19 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.111

20 Decreto-Lei n.º 20526, 18-11-1931 in *ibidem*. p.112

21 Salazar sobre o fim da ditadura militar e a nova constituição in Marques, A. H. de Oliveira. *Brevíssima História de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2018. p. 209

22 *ibidem*. p. 210

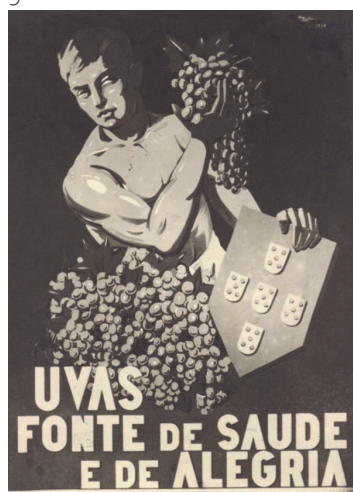
8.



O novo regime pinta a imagem de um país rural e agrícola, tendo como pilares a vitivinicultura e os cereais, "O *slogan* consagrado nesta década afirmava, justamente, que «beber vinho é dar o pão a um milhão de portugueses»<sup>23</sup>. A vitivinicultura torna-se num dos ramos mais prósperos e interessantes da agricultura portuguesa, no âmbito da reprodução de relações sociais locais e na estabilidade económica de diversos proprietários.

“contribuía para o desenvolvimento do *jogo de troca* e para a manutenção de alguns subsectores industriais, a vitivinicultura representava uma das poucas “lanças” do capitalismo no território das auto-suficiências domésticas e regionais.”<sup>24</sup>

9.



No sector vitivinícola, uma vez que a procura interna era insuficiente para escoar a produção nacional, o equilíbrio das despesas acabava por estar dependente dos mercados internacionais. Esta condição ligava o país (nesta altura relativamente periférico) à economia mundial, devido ao peso que as receitas geradas pela exportação do vinho representavam nas contas públicas, “(...) o que contribuía para o constante retornar da *questão vinícola* ao centro do debate político.”<sup>25</sup>

Após o escasso efeito das soluções legisladas por Linhares de Lima<sup>26</sup>, o sector vê a necessidade de se mobilizar e exigir as reformas necessárias para proteger a riqueza da vinha e do vinho nacionais. É neste contexto que, em 1931, surge a Comissão de Viticultura de Torres Vedras. Esta organização dinamiza uma série de reuniões e debates para discutir os problemas no sector e possíveis soluções. Entre os produtores “defendia-se a constituição de uma grande organização que, agregando os viticultores do Centro e do Sul, permitisse armazenar o excedente em anos de grandes colheitas e colocá-lo no mercado quando o vinho fosse escasso.”<sup>27</sup>

10.



As mobilizações empreendidas pelo ramo eram de uma natureza sensível uma vez que, opostamente aos produtores dos restantes bens agrícolas nacionais, que se encontravam em regiões específicas limitadas, os interessados no vinho estendiam-se por todo o país. “Para as intenções de Oliveira Salazar de criar uma base social de apoio, as tensões que emergiam no país vinícola poderiam constituir-se como obstáculos difíceis de transpor.”<sup>28</sup>

8-10. Cartazes de Propaganda da JNV, da autoria de Mário Costa, 1938.

23 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.18

24 *ibidem.* p.18

25 *ibidem.* p.19

26 Linhares Lima foi ministro da Agricultura de 1929 a 1932. Durante este período foi responsável pela implementação da “Campanha do Trigo”, uma política agrícola com o objetivo de autossuficiência cerealífera.

27 *ibidem.* p.113

28 *ibidem.* p.114

Após a extinção do Ministério da Agricultura, em 1932, e perante os protestos dos viticultores, mesmo com a restituição do Ministério no ano seguinte, o governo resolveu atender aos pedidos do sector vitivinícola. Em 1932 foi criada a Federação dos Sindicatos de Viticultores do Douro, além do Instituto de Vinho do Porto e do Grémio de Exportadores de Vinho do Porto.

Novas reformas vinícolas

“O projecto de diploma, que propunha a criação de uma «sindicalização racionalista» para «todos os que cultivam vinhas» (A Comissão de Viticultura..., 1933:8) foi entregue pela Comissão de Torres Vedras ao Ministro do Comércio e Indústria em Outubro de 1932. Mas, apesar da urgência solicitada pelos proponentes, a iniciativa teve de esperar mais de um ano para merecer aprovação governamental.”<sup>29</sup>

Apenas no ano seguinte, a 17 de novembro de 1933, foi criada a Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP) e o Grémio de Comércio de Exportação de Vinhos, após pressão dos comissários de Torres Vedras.

Em 1933 surge a FVCSP

“Para os viticultores que se tinham empenhado em exigir do governo a constituição destes organismos, o enquadramento ministerial não era satisfatório, mas o Estado Forte, que foi confirmado com plebiscito da nova Constituição da República, em 1933, impôs a sua lógica organizativa aos interesses contraditórios que emergiam do país vinícola.”<sup>30</sup>

Em 1932, António de Oliveira Salazar é eleito Presidente do Conselho de Ministros e com a promulgação da Constituição de 1933, o regime do Estado Novo estabelece-se com uma política de controlo governamental sobre todas as atividades económicas do país. Alguns estudos consideram que em Portugal, à semelhança de alguns países europeus, as soluções encontradas para combater a depressão económica, reforçaram o sentido nacionalista e protecionista das políticas estatais. Alguns historiadores, nomeadamente Fernando Rosas, consideram que “(...) a Grande Depressão contribuiu para consolidar o regime ditatorial nascido do golpe militar de 28 de Maio de 1926.”<sup>31</sup>

Nova Constituição em 1933, nova ordem política e social



11. “Nós queremos um Estado forte”. Cartaz apelando ao voto na Constituição de 1933, da autoria de Almada Negreiros.

29 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.152

30 *ibidem*. p.115

31 Rosas, Fernando apud *ibidem*. p.16

12. Tomada de posse da Federação de Viticultores do Centro e Sul de Portugal.



Apesar da situação de crise não ser um cenário novo na área vitivinícola “(...) em nenhuma das situações anteriores, o Estado assumira com a determinação verificada na década de 30, a missão de resolver a questão do vinho”<sup>32</sup>. A Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP, a 17 de novembro de 1933) foi constituída como um “órgão representativo de entidades patronais e do capital”<sup>33</sup> para regular as regiões de vinho não demarcadas do país, sendo a primeira estrutura corporativa para os vinhos correntes.

#### Atribuições da FVCSP

As designações da FVCSP iam desde a coordenação dos mercados, de modo a combater as consequências das irregularidades produtivas; passando pela fiscalização do comércio e da qualidade de produção, apoiando otimização dos métodos de fabrico e produção; além da promoção da construção de adegas cooperativas. Estas atribuições foram maioritariamente sugeridas pelos comissários de Torres Vedras, contudo o decreto-lei de 17 de novembro incluía uma série de outras medidas. Este novo organismo surge sob certas condições, nomeadamente a obrigação de sindicalizar os produtores e de estes contribuírem para um fundo social, o condicionamento do fabrico e comércio de aguardentes, e da aplicação de novas regras no plantio da vinha e introdução de novos vinhos no mercado.

32 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.19

33 *ibidem*. p.155

Apesar de ter surgido a pedido dos comissários de Torres Vedras, nem todas as áreas abrangidas concordaram com esta nova organização, “[a] delimitação traçada nos gabinetes ministeriais não foi pacificamente recebida nas localidades abrangidas e a contestação dos habitantes de algumas freguesias exigiu a alteração das fronteiras da federação.”<sup>34</sup>

“O rol de disposições, que vinculavam obrigatoriamente cada vitivicultor à Federação, demonstrava o pendor autoritário e corporativo do regime político que estava a estruturar-se nesses anos de 1933 e 1934, em que foram aprovados a nova Constituição da República e o Estatuto do Trabalho Nacional. Contudo, ao fim de um ano de funcionamento foram escassos os contributos da FVCSP para o prestígio e consolidação do Estado Novo.”<sup>35</sup>

Inicialmente, devido a anos consecutivos de grande produção, a FVCSP acabou por comprar os excedentes produtivos, armazenando-os para que o produto não fosse desvalorizado nos mercados. Estas reservas foram utilizadas em 1936 e 1937, devido a anos de fraca produção, o que resultou no descontentamento de alguns vinicultores e comerciantes, uma vez que não viram os seus produtos inflacionados. Extinção da FVCSP

“Além da invisibilidade da acção do organismo na regularização dos mercados, as dívidas financeiras e as críticas avolumavam-se. (...) Em poucos anos foi necessário adquirir e alugar instalações; organizar e reorganizar os serviços centrais e os grémios concelhios; recrutar um corpo de funcionários e colaboradores que tornassem efectiva no terreno a missão da Federação.”<sup>36</sup>

Apesar dos esforços, a FVCSP falhou nas suas funções criando discórdias no sector, sendo ainda um organismo muito dependente do Ministério da Agricultura, com “(...) pouca liberdade e sem verdadeira autonomia.” Alguns meses depois a FVCSP é extinta, e para a substituir é criada a Junta Nacional do Vinho (JNV).

34 Freire apud Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.155

35 *ibidem*. p.157

36 *ibidem*. p.157

13.



14.



15.



13. Primeiras instalações da sede da JNV na rua Mouzinho da Silveira, em Lisboa

14. Garraiada do pessoal da Junta Nacional do Vinho, na Praça da Feira Popular de Lisboa

15. Cortejo da Luz, carro da Junta Nacional do Vinho

## A Junta Nacional do Vinho. Um organismo de coordenação económica

A partir dos anos 30 reconhece-se uma nova fase na dinâmica legislativa do governo, destacam-se tanto as políticas com vista ao ressurgimento da economia nacional como o reforço das políticas repressivas. Nos seus discursos, Salazar repudia o conceito de liberdade individual, apelando a uma união total, “uma união de todos os portugueses”.

Ressurgimento nacional

Em 1936, são criadas a *Legião Portuguesa* e a *Mocidade Portuguesa*<sup>37</sup>, que funcionam como extensões do poder do regime. A censura à imprensa é instituída pela ditadura militar em 1926, e lentamente esta repressão estende-se aos outros meios de comunicação, tratando não só de assuntos políticos e militares, mas também morais e religiosos. A polícia política PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) alcançou um poder desmedido, afetando todos os sectores da vida nacional. O uso da tortura e a sua presença constante na vida dos cidadãos, acabaram por abafar qualquer conversa de desagrado ou tentativa de revolta pública, cimentando a posição de Salazar durante décadas e “(...) ajudando a explicar a famosa «ordem nas ruas» que ele tão orgulhosamente gostava de proclamar.”<sup>38</sup>

Reforço das políticas repressivas

Após a extinção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal era “(...) necessário um organismo com maior capacidade de acção, como os que foram previstos no regime jurídico dos organismos de coordenação económica, publicado em Julho de 1936 (Decreto-Lei n.º 26757).”<sup>39</sup> No âmbito da vitivinicultura, a organização que veio reger o sector, e acabou por se tornar a aposta financeira do Estado para resolver a *questão do vinho*, surgiu de forma natural e pouco premeditada. A solução foi encontrada através de sucessivas tentativas de aproximação ao problema, e não através de uma resposta pensada e estruturada. “Em Agosto de 1937, a FVCSP foi substituída pela Junta Nacional do Vinho (Decreto-Lei n.º 27977), um organismo de coordenação económica e, como tal, juridicamente mais robusto do que uma mera organização de produtores.”<sup>40</sup>

A JNV surge como organismo de coordenação económica

A Junta Nacional do Vinho (JNV) foi criada com os mesmos objetivos que a FVCSP, porém num âmbito mais alargado de ação não cingido apenas ao domínio da produção. “[A] esfera de influência da Federação confinada apenas ao domínio da produção, vedava-lhe, o contacto directo e constante com os demais sectores (...) da economia do vinho, impossibilitando-a (...) de exercer a acção conjunta que (...) se reconhece indispensável.”<sup>41</sup>



16. Símbolo da Junta Nacional do Vinho

37 Ambas as organizações assimilam características de modelos fascistas europeus.

38 Marques, A. H. de Oliveira. *Brevíssima História de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2018. p. 211

39 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.161

40 *ibidem*. p.162

41 Decreto-Lei n.º 27 977 de 19 de Agosto de 1937; Miguel, Américo. Oliveira, Rogério V. de apud Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.33

Na reunião de inauguração da JNV, o Ministro do Comércio e da Indústria, Pedro Theotónio Pereira, declara que “os organismos de Coordenação Económica foram instituídos para «reeducação da nossa vida económica e social». Entendia que à «opinião individual, inconstante e contraditória, deveria preferir-se a actuação conjunta dos organismos corporativos» (Conselho Geral da JNV. Livro N.º1. Acta N.º1).”<sup>42</sup>

Os grandes problemas estruturais do sector mantinham-se, “[depois] da polémica acção da FVCSP e da manifesta incapacidade em manobrar as leis do mercado a favor dos objectivos governamentais, a substituição do organismo corporativo por outro de coordenação económica visava impor com mais eficácia a moralização de agentes económicos que se revelavam irreverentes.”<sup>43</sup>

Soluções para a *questão do vinho*

A primeira metade dos anos 30 fica marcada pela *batalha de qualidade*, que apesar de ser muito difundida acabou por não ganhar tração suficiente para resolver a velha *questão do vinho*.<sup>44</sup> Após este esforço inicial o Estado acabou por defender os interesses dos produtores.

A legislação publicada pelo Estado Novo foi de encontro às políticas iniciadas por João Franco, determinando “uma nova disciplina económica e comercial passando esta a constituir um marco na construção e hierarquização do sector vitivinícola nacional.”<sup>45</sup>



17. Adega Triunfo na Rua dos Bacalhoeiros

42 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.163

43 *ibidem*. p.163

44 “Ganhar a batalha exigia, afinal, a alteração da estrutura produtiva da vinha, mudança de técnicas e hábitos de fabrico, conservação e transporte de vinho. Esta revolução implicava mexer nos interesses estabelecidos. E, como sabemos, esses não eram os propósitos do Estado Novo dos anos 30.” in *ibidem*. p.118

45 Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.13

## Ação e influência da Junta Nacional do Vinho

“A Junta herdou da FVCSP os âmbitos e as áreas de acção, a máquina administrativa e de fiscalização já «em perfeito e experiente movimento» e também os Grémios Concelhios de Vinicultores. Todavia, estes desapareceram e deram lugar a 15 delegações e a 31 subdelegações, que, ficando ligadas por delegados estatais e agentes concelhios, constituíram o início de uma densa rede de infra-estruturas que foi cobrindo a geografia do país vinícola.”<sup>46</sup>

Diferenças nas influências da FVCSP e da JNV

Em relação à abrangência da organização, no diploma apresentado pelos Comissários de Torres não é esclarecido quem fica abrangido pela organização uma vez que “[a] experiência dos comissários mostrava-lhes que a cultura da vinha estava quase sempre associada ao fabrico do vinho, por isso, designá-los por viticultores ou vinicultores era indiferente.”<sup>47</sup> Contudo, no Decreto-Lei n.º 23231, o entendimento é ainda mais extenso, referindo-se a “todas as entidades singulares ou colectivas que fabriquem, por sua conta, mosto, vinho, ou produtos dele derivados, com uvas da sua lavra ou adquiridas por qualquer título”<sup>48</sup>.

Após a sua inauguração, a Junta Nacional do Vinho assumiu as designações anteriormente estabelecidas nos diplomas da FVCSP. No entanto, sendo a JNV um organismo de âmbito vertical, abrangente dos vários sectores relacionados à produção de vinho, a legislação promulgada incluía também “(...) os trabalhadores intervenientes nas diversas tarefas exigidas pelo armazenamento e comercialização de vinhos (...)”<sup>49</sup>, uma vez que estes desempenhavam um papel fundamental, e também deveriam ser integrados nas novas regras do Estado Corporativo.

Sob a administração deste organismo de coordenação económica foi criado o Fundo Corporativo da Vinicultura, como património coletivo dos vinicultores. Este fundo foi o dispositivo que permitiu o financiamento e aquisição de grande parte do património do organismo, através do pagamento de taxas, multas e outros subsídios. O Estado procura uma lógica de autofinanciamento do aparelho corporativo e dos organismos de coordenação económica, permitindo o desenvolvimento de novos sectores e funções sobre o seu domínio, sem pesar no Orçamento nem aumentar o aparelho administrativo.

O Fundo Corporativo da Vinicultura

46 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.164

47 *ibidem.* p.153

48 Decreto-Lei n.º 23231 in *ibidem.* p.153

49 *ibidem.* p.167

“A construção do sistema corporativo exigia o envolvimento dos visados no acatamento das disposições e no sustento da organização. Pressupunha o autofinanciamento do sistema. Para tal instituíram-se várias fontes de rendimento taxas, multas e prestação de serviços.”<sup>50</sup>

#### Atribuições da JNV

A atuação da JNV abrange um vasto leque de funções, no domínio dos vinhos de pasto, desde o fomento da consciência corporativa e o sentimento de solidariedade, à emissão de pareceres sobre os assuntos que lhe fossem submetidos. A sua organização assenta numa política de orientação e defesa da produção e comércio do vinho, com o objetivo de organizar o sector a nível nacional.

Além destas competências, também lhe foram atribuídas funções burocráticas, como a concessão de certificados de origem; atividades de fomento, nomeadamente a promoção da melhoria das condições de fabrico de produtos vinícolas e a criação de Adegas Cooperativas; e também de apoio, através de assistência técnica e intervenção no sector vitivinícola com vista à regularização dos preços no mercado, garantindo o escoamento dos produtos. Das funções abordadas, destacam-se duas fundamentais para a resolução da *questão do vinho*: a regularização do mercado, para estabilização dos preços; e a construção de uma rede nacional de adegas cooperativas. Uma vez que a primeira designação terá sido o principal mote de criação da organização, e o que causou maior impacto ao longo da sua existência; e a segunda o objeto de estudo em causa neste trabalho.

#### Intervenção no mercado

Apesar de inicialmente ser estipulado que a sua intervenção no mercado seria limitada, ao longo do tempo a Junta tornou-se cada vez mais num agente económico. Esta situação, deve-se tanto ao crescimento do sistema corporativo e a “intervenção cada vez mais nítida e determinante do Estado”<sup>51</sup>, como ao aumento da capacidade de armazenagem, quer da JNV quer da produção em geral, através do uso das novas adegas cooperativas, que permitiam uma maior acumulação de excedentes. “A função comercial da JNV prolongou-se e avassalou as restantes atribuições.”<sup>52</sup>

50 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.192 e 193

51 Orlando Simões apud Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p. 39

52 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.164

De acordo com o diploma que a criou, a política de regularização do mercado e dos preços levada a cabo pela Junta Nacional do Vinho consistia no ajuste entre a produção e o consumo. Assegurando a estabilidade dos preços, difícil até aí pela oscilação da produção. Para realizar este objetivo a JNV retirava do mercado os vinhos excedentes, nos anos de maior produção, guardando-os para os anos com produção em falta, substituindo a especulação e a concorrência por um regime equilibrado de procura e oferta.

“Contrariar-se-iam assim as grandes oscilações provocadas pelas (imprevisíveis) condições climatéricas e eventuais reduções do consumo interno e da exportação. Acautelar-se-iam os interesses da produção e do consumo, impedindo que o volume de oferta inviabilizasse o justo preço para a produção.”<sup>53</sup>

Uma vez que a maioria dos produtores não tinham capacidades económicas de conservar o vinho, para aguardar a melhor oportunidade de venda, eram forçados a transacionar o produto independentemente da situação, de forma a obter o capital necessário para as despesas decorrentes da exploração agrícola. Para combater estas circunstâncias e conferir mais poder de escolha aos vinicultores, a FVCSP e depois a JNV, implementaram políticas de financiamento da produção, que consistiam em operações de crédito sobre a produção individual com base nas produções de anos anteriores. “Com os necessários ajustes anuais, os financiamentos e as compras de géneros tornaram-se as principais armas para imunizar a viticultura do perverso jogo da troca.”<sup>54</sup>

Financiamento à produção

Ao longo da sua atividade, tanto a FVCSP como a JNV, legislaram uma série de medidas que condicionavam desde o plantio da vinha, aos preços de compra e venda dos produtos. Contudo, nem sempre terá sido fácil fazê-las cumprir, uma vez que os sócios muitas vezes procuravam o caminho mais lucrativo, independentemente das regras do organismo. “Atingir o prestígio e a eficiência almejados pelo corporativismo tornava-se uma missão impossível dentro de um funcionamento normal da organização, transferindo a concretização desses objectivos para a acção da fiscalização.”<sup>55</sup>

Fiscalização

53 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.171

54 *ibidem.* p.179

55 *ibidem.* p.183



18. Desfile das Brigadas de Fiscalização da JNV, na Praça do Comércio

A fiscalização era realizada por funcionários dos grêmios concelhios, equiparados a “agentes de autoridade”, estando estes autorizados a levantar “autos de notícias” e a proceder a “apreensões”, posteriormente esta função passou a ser desempenhada pela sede.

“Esse serviço deveria ser composto por 6 a 10 fiscais [anteriormente eram cerca de 240] de «toda a confiança», «rapazes com alguma cultura, critério, coragem e decisão (...) munidos duma motocicleta e uma pistola, percorrendo toda a área da Federação(...)»: nasciam as brigadas motorizadas de fiscalização da JNV.”<sup>56</sup>

O serviço de fiscalização assume o rosto e o prestígio da “eficiência da Máquina Corporativa”<sup>57</sup>, como imagem da repressão, mas garantia da qualidade dos produtos nacionais.

“As brigadas transformaram-se na vanguarda da organização: percorriam a área da JNV fazendo cobranças difíceis a retalhistas renitentes em pagar a avença; confirmavam manifestos de produção de vinho junto dos produtores; selavam depósitos aos que não tivessem vinho dentro das condições legais; interceptavam veículos em trânsito para averiguar se o transporte de vinho estava acompanhado de guia de trânsito.”<sup>58</sup>

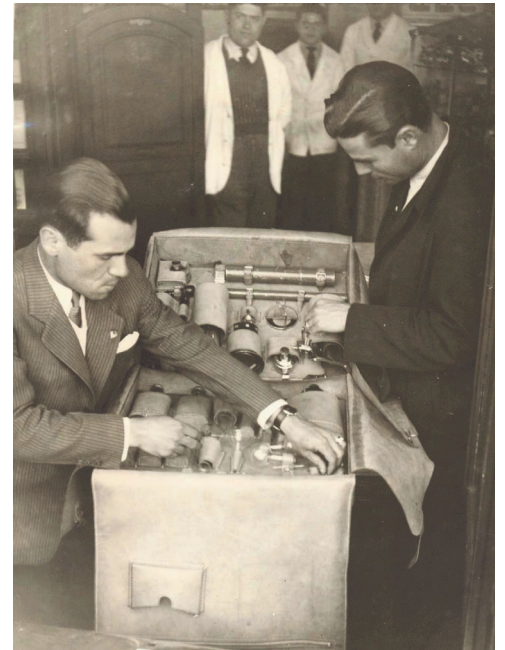


19. Cartaz da Mobiloil com referências às brigadas de fiscalização da JNV

56 Ofício redigido no Grémio dos Viticultores de Torres Vedras, a 27 de Agosto de 1935 in Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.189

57 Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Ação e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p. 65

58 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.190



Com o tempo “(...) atribuíram-se às brigadas motorizadas mais funções de assistência técnica e fiscalização.”<sup>59</sup> A ação fiscal do organismo, com um carácter acentuadamente técnico, constituiu um instrumento que era ao mesmo tempo de assistência e de repressão, contribuindo, através desta dualidade, para a sanidade dos produtos e a moralização das transações, garantindo a sua genuinidade junto dos consumidores.

20. (esquerda) Desfile das Brigadas de Fiscalização da JNV, na Praça do Comércio

21. (direita) Brigadas de Fiscalização da JNV, mala com instrumentos laboratoriais para fiscalização

Associada ao debate da *batalha de qualidade*, a assistência técnica à vitivinicultura era um dos âmbitos fundamentais da FVCSP/JNV. Contudo, desde cedo, se reconhece a impossibilidade prática desta tarefa uma vez que “[não] havia condições nem oportunidades, para um acompanhamento mais detalhado.”<sup>60</sup> A partir de 1935, são lançadas as Campanhas de Assistência Técnica à Vinificação, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos métodos de fabrico e conservação dos vinhos. Porém apesar dos esforços nem o orçamento nem o número de técnicos permitiam “(...) acompanhar a azáfama do calendário agrícola (...)”<sup>61</sup>. Sendo assim, “[incapaz] de promover a melhoria do vinho desde a raiz, o Estado Novo tratou de fazer o possível no depósito”<sup>62</sup>, deste modo “(...) os critérios da organização corporativa ambicionavam, principalmente, garantir vinhos que se conservassem durante alguns anos.”<sup>63</sup>

Assistência técnica

59 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.189

60 *ibidem*. p.222

61 *ibidem*. p.222

62 *ibidem*. p.223

63 *ibidem*. p.224

Nós estamos

... "empenhados em encontrar uma fórmula que respondesse às seguintes condições:

a) A organização deveria aliviar o hipertrofiado e monstruoso Estado moderno, desembaraçando-o de algumas das suas funções, serviços e despesas e defendendo só por esse facto a liberdade individual e as economias privadas;

b) A organização deveria ser decalcada, com prejuízo embora da sua pureza teórica e simetria, sobre a vida real do homem na família, na profissão, na sociedade; e, sendo assim, aproveitar o mais possível as formas conhecidas e espontâneas de organização e integrar em plano de conjunto;

c) A organização não deveria dissociar o económico do social, pela razão fundamental de que todos os que de qualquer modo trabalham são solidários na produção e é da produção que todos devem viver;

d) A organização deveria não perder de vista as realidades supra-individuais e que, portanto, só é verdadeiramente útil se conseguir satisfazer os legítimos interesses privados e ao mesmo tempo promover o interesse colectivo,

E foi por estas razões que pretendemos estabelecer entre os vários tipos possíveis de organização e de corporativismo a organização corporativa portuguesa".

OLIVEIRA SALAZAR

"Discursos e Notas Políticas"

Volume III - 1938-1943

pag. 361 e 362

# A construção de uma rede de apoio à vinicultura

## A cooperativa de produção

A proclamada estabilidade financeira tornou-se num dos pilares fundamentais para a legitimação da administração do Estado Novo e para a sua alegada capacidade de “bom governo e de progresso contínuo”<sup>64</sup>. A Segunda Guerra Mundial<sup>65</sup> foi fundamental para a consolidação desta realidade, tendo a neutralidade de Portugal no conflito, contribuído para a resultante estabilidade e alguma prosperidade económica do país. Um dos meios utilizados para fomentar e assegurar esta estabilidade resultava da intervenção direta do Estado nos sectores mais convenientes à economia nacional.

“Com o Estado Novo surgiram grandes alterações com a implementação da organização corporativa da lavoura, o que implicou a extinção dos sindicatos agrícolas e a sua transformação em Grémios e Casas da Lavoura podendo ainda constituir-se em cooperativas desde que as suas finalidades não fossem da competência das outras instituições. Foi assim um período de grande condicionalismo e ingerência por parte do Estado na criação e funcionamento das cooperativas.”<sup>66</sup>

No sector vitivinícola, condicionado pelos pequenos produtores, sem capacidades técnicas ou financeiras de autossuficiência, e que acabavam por destabilizar todo o sector pela natureza das suas produções, a concretização das políticas de qualidade e aumento da capacidade de armazenagem do Estado Novo, estava diretamente dependente do fomento de adegas cooperativas.



23. Foto promocional da vindima na Região de Palmela

64 Marques, A.H. de Oliveira. *Brevíssima História de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2018. p. 114

65 Ocorrida entre 1939 e 1945, a Segunda Guerra Mundial foi um conflito travado entre Aliados (EUA, Reino Unido, França, entre outros) e o Eixo (Itália, Alemanha, Japão, entre outros), resultando na morte de milhões.

66 Granchinho, Manuel António, *As Adegas Cooperativas do Alentejo: Um caso de sucesso de organização cooperativa da produção*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1997. p. 19

“(…) 90% dos produtores de vinhos comuns colhem menos de 10 pipas e que 80% não ultrapassam as 5 pipas. Predomínio acentuadíssimo, portanto, de economias privadas muito débeis sem perspectivas de progresso, nem garantias de estabilidade, nem condições de resistência. Exatamente o tipo das empresas agrícolas a quem a cooperação mais interessa, aquele cujas dificuldades perante uma economia de mercado melhor podem ser superadas quando elevadas da fragilidade das esferas individuais para os sólidos, amplos e arejados domínios da cooperativa de produção.”<sup>67</sup>

Esta solução não era inédita, uma vez que a origem do socialismo associativo, como movimento, remonta ao início do século XIX e é atribuída a dois teóricos sociais: Robert Owen<sup>68</sup> e Charles Fourier<sup>69</sup>. Ao longo do século XIX este conceito é desenvolvido, e surgem as primeiras associações cooperativas<sup>70</sup> na Europa.

Em Portugal, o cooperativismo agrícola surgiu na segunda metade do século XIX, e foi colocado em prática através da criação da primeira adega social (1853), e da instauração de sindicatos agrícolas (1854), como organismos associativos com a capacidade de responder às carências sentidas pelo sector agrícola.

As primeiras tentativas de aplicação do cooperativismo na vitivinicultura em Portugal decorreram devido à crise económica de 1892, agravada no sector pela invasão da *filoxera* nas vinhas nacionais (conforme já abordado anteriormente). A associação de vitivincultores em sociedades cooperativas de produção surge como resposta aos problemas que o sector enfrentava.

O cooperativismo agrícola

O cooperativismo em Portugal



24. Comunidade de New Harmony da autoria de Robert Owen



25. Plano do Falanstério da autoria de Charles Fourier

67 Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*, Lisboa: ISA, 1993. p. II

68 Robert Owen (1771-1858) foi um industrial inglês, socialista utópico, que queria acabar com o três males da sociedade: o casamento tradicional, a propriedade privada e a religião. Expõe as suas ideias nas obras *A New View of Society* (1813), em *Report to the County of Lanark* (1829) e *The New Moral World* (1834). Constrói um lugar denominado *New Harmony* (1824-1829), onde procura organizar uma sociedade mais justa, através da eliminação de classes, através da propriedade comunitária e do trabalho coletivo.

69 Charles Fourier (1772-1837) foi um filósofo socialista utópico, que na sua obra *Traité de L'association Domestique Agricole* propõe uma nova sociedade composta comunidades agrícolas de cooperação (*Falanges*), organizadas dentro de um só edifício, o *Falanstério*, onde todos trabalhavam para o bem comum.

70 “(…) as cooperativas são pessoas colectivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que através da cooperação e entreatada dos seus membros, com obediência dos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.” in Granchinho, Manuel António, *As Adegas Cooperativas do Alentejo: Um caso de sucesso de organização cooperativa da produção*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1997. p. 14

Os governos de Hintze Ribeiro e de João Franco tentaram dar seguimento a estas medidas através dos diplomas publicados em 1901. Contudo, apesar de terem sido instaladas algumas adegas sociais, o espírito cooperativo não singrou entre as comunidades vitivinícolas do país, não desenvolvendo as condições propícias à sua continuidade.

“(…) num país que se tem revelado até hoje mal provido de espontaneidade cooperativa, se torna necessário confiar sobre tudo na acção de factores externos para lançar e radicar a ética e práticas da cooperação. (...) «pelo menos no caso português, sòmente sob a égide do Estado Corporativo embora este se encontre em fase incipiente e incaracterística, é possível dar forma, em moldes exequíveis à ideia das cooperativas de produtores agrícolas, e criarem-se as condições necessárias à sua fundação, permanência de funcionamento e progressivo desenvolvimento».”<sup>72</sup>

Foi apenas através da reorganização económica do Estado Novo que se criaram as condições necessárias para a construção de uma rede de adegas cooperativas. Porém, não mediante a descoberta do espírito cooperativo ou da livre vontade dos vitivinicultores, mas sobretudo através das intervenções directas do Estado, que via nesta solução um meio de atingir os seus objetivos económicos e de levar a cabo o ressurgimento nacional.

“A maior parte das adegas cooperativas surge só a partir de 1945 (...) através dos organismos de coordenação económica e, ou organizações cooperativas, «na maioria dos casos não correspondendo a necessidades directas sentidas pelos agricultores nem à sua iniciativa, mas para responder a objetivos de política global mais ligados ao aumento das necessidades de abastecimento das grandes cidades provocado pelo êxodo rural e desenvolvimento industrial».”<sup>73</sup>

“Até 1904 foram criadas 5 adegas sociais livres e 4 regionais mas a solução cooperativa ao contrário do que acontecera noutros países da Europa como a Itália e a França não alastrou.”<sup>71</sup>

As adegas sociais livres eram constituídas pelos próprios viticultores enquanto que as adegas regionais eram criadas e exploradas com apoio do Estado.

71 Cabral, Carlos M. A. apud Granchinho, Manuel António, *As Adegas Cooperativas do Alentejo: Um caso de sucesso de organização cooperativa da produção*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1997. p. 20

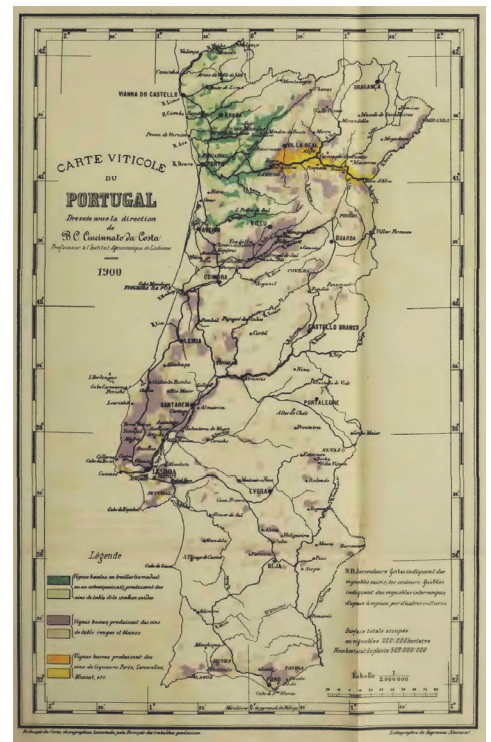
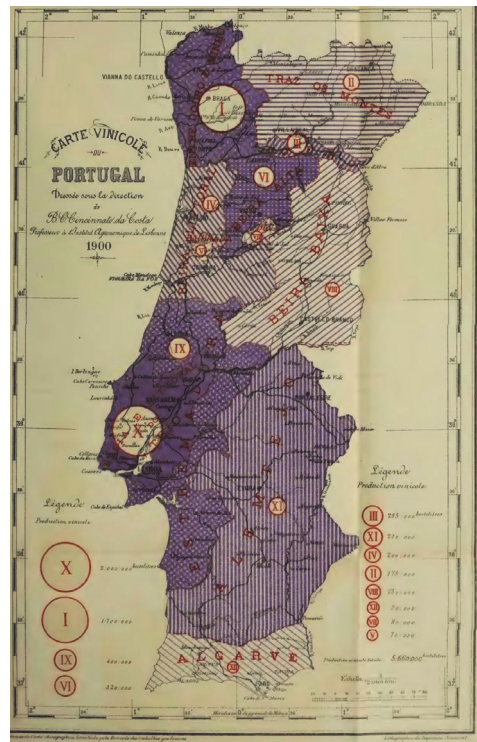
72 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. p. XIII

73 Cabral, Carlos M. A. apud Granchinho, Manuel António, *As Adegas Cooperativas do Alentejo: Um caso de sucesso de organização cooperativa da produção*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1997. p. 20

26 e 27. "Os primeiros mapas conhecidos representando dados da produção de vinho do país, são dois na escala de 1:1.000.000, ambos denominados «Carta Vinicola de Portugal, produção aproximada, Média 1884 a 1888», elaborados no âmbito da estatística agrícola dirigida por Gerardo Pery e publicados no Boletim da Direcção Geral da Agricultura (1890)."<sup>82</sup>



28 e 29. Cicinnato Costa, para a Exposição Universal de Paris, em 1900, produz dois mapas com objetivos distintos: "Carte Vinicole du Portugal" e "Carte Viticole du Portugal". No primeiro é de novo representada a produção média anual em cada região, no segundo são representados os diferentes tipos de vinho dessa produção (vinhos comuns, vinhos verdes e vinhos licorosos).



Como se pode observar nos mapas, em 1900, a vinha encontrava-se especialmente concentrada em três regiões: Alto Douro, Estremadura e Ribatejo.

## A geografia de uma nação vitivinícola

No século XIX, são iniciadas as primeiras tentativas de compreender a produção vinícola nacional, através do mapeamento das diferentes áreas de vinha do país, e dos seus níveis médios de produção. Esta preocupação surge tanto pelo peso do sector vitivinícola na economia nacional, como também, pelos problemas causados pelas doenças que afetavam a vinha. Os dois mapas publicados em 1890, no Boletim da Direcção Geral da Agricultura, já configuravam a divisão do território nacional em nove regiões agronómicas, criadas em 1886.

Em 1900, para a representação de Portugal na Exposição Universal de Paris, Cincinnato da Costa elabora duas publicações onde apresenta as atividades agrícolas nacionais: *O Portugal Vinícola: Estudos sobre a Ampe-lografia e o Valor Enológico das Principais Castas de Videiras de Portugal e Portugal au point de vue agricole*. Neste contexto, a segunda publicação inclui dois mapas onde o território aparece já dividido em doze regiões vitícolas. Estas cartas viriam a ser as bases de referência para o estudo e representações futuras da paisagem vitivinícola nacional.

Ao contrário de outras culturas, com áreas de cultivo e produção delimitadas, a área de produção vitivinícola abrangia praticamente todo o território nacional. Contudo, como o próprio nome indica a FVCSP (Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal) apenas abrangia os vinicultores do Centro e Sul do país.

“Os grémios obrigatórios estavam já ambigualmente contemplados no Decreto-Lei n.º23049 (23-9-1933), que estipulava apenas que se dedicariam a um ramo de actividade. A partir do decreto-lei que criou a Federação, os grémios de vinicultores teriam de instalar-se em todos os concelhos dos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal excluídos de regiões demarcadas e com uma produção mínima de um milhão de litros anuais. Quando a média das colheitas anteriores não atingisse tal quantitativo, os concelhos agrupar-se-iam por proximidade geográfica para formar um grémio.”<sup>84</sup>

Primeiras cartografias vinícolas



30. “Scènes de vendange au Minho. Vignes en fourches”, gravura realizada no âmbito da obra *Portugal au point de vue agricole* de Cincinnato da Costa

“Em Portugal, no que à cartografia histórica da viticultura diz respeito, existem duas fases marcantes em que o uso da cartografia foi recorrente: o primeiro, descola essencialmente no dealbar do último quartel do século XIX, (...) o segundo, iniciou-se com a fase de afirmação política do Estado Novo e encerrou-se, sensivelmente, pelos anos 50 do século passado.”<sup>83</sup>

82 Gonçalves, Mário e Marques, Hélder (colaboração). “Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação da rede das adegas cooperativas pela Junta Nacional do Vinho” in *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. p.150 e 151

83 Gonçalves, Mário e Marques, Hélder (colaboração). “Mapas temáticos da viticultura portuguesa: «Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.» (1942)” in idem. p.188

84 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.152

33.



34.



Área de influência da FVCSP

31. Mapa de Portugal com a área de influência da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP) sombreada.

32. Área de jurisdição da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, em 1938.

Nesta organização corporativa estavam incluídos os concelhos dos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal (apenas os não inclusos nas regiões demarcadas). A área de abrangência foi escolhida devido ao desenvolvimento da vitivinicultura comercial nestas zonas verificado a partir de 1800. “(...) [A] vinha estreme cobria milhares de hectares e o vinho de pasto transformara-se na mais importante indústria agrícola.”<sup>85</sup>

A área de abrangência da FVCSP acabou por ser bastante vasta, estendendo-se desde a zona de Aveiro a Setúbal. “(...) [A] FVCSP ficou com jurisdição sobre um vasto território onde reconhecia a existência de cerca de 90 mil viticultores e industriais de vinificação.”<sup>86</sup>

Os Grémios Concelhios de Vinicultores<sup>87</sup> foram sendo constituídos conforme o empenho e aderência da elite local associados aos resultados dos estudos estatísticos dos inquéritos da FVCSP. Contudo em certos locais os agricultores não queriam ficar sujeitos às obrigações da Federação.

“Em 1935, 28 concelhos das franjas dos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e Setúbal tinham saído da Federação com o argumento de que a produção local era toda absorvida no interior dos concelhos, não influenciando, portanto, o mercado nacional.”<sup>88</sup>

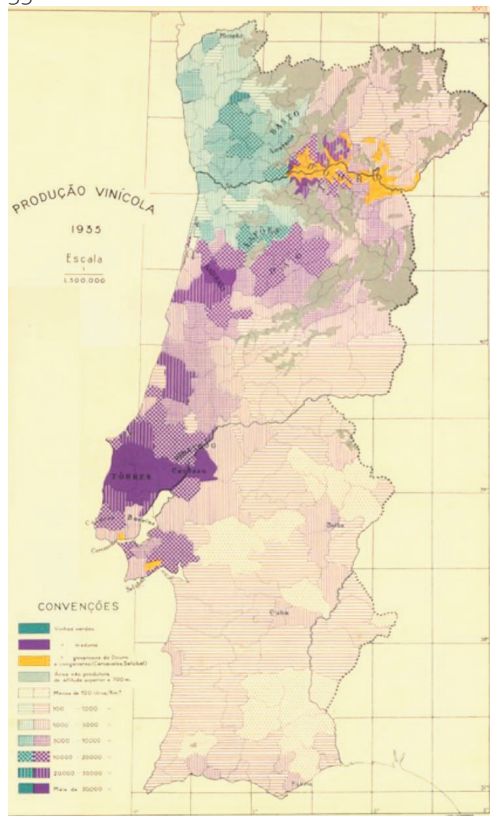
85 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.155

86 ibidem, p.155

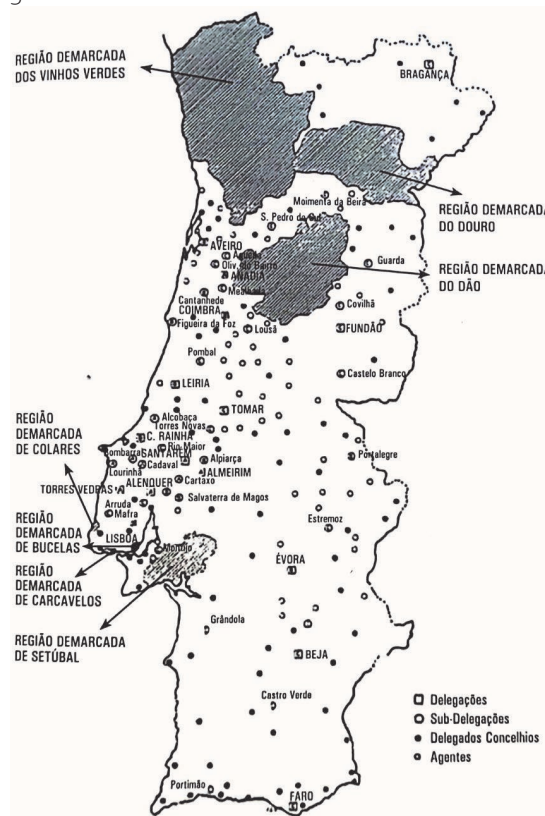
87 Em 1937, na área de jurisdição da FVCSP, existiam cerca de 43 Grémios Concelhios de Vinicultores.

88 ibidem. p.160

35.



36.



Quando a Junta Nacional do Vinho é criada, na sequência da queda da FVCSP, os Grémios Concelhios de Vinicultores são substituídos por delegações e subdelegações.

“A Junta herdou da FVCSP os âmbitos e as áreas de acção, a máquina administrativa e de fiscalização já «em perfeito e experiente movimento» e também os Grémios Concelhios de Vinicultores. Todavia, estes desapareceram e deram lugar a 15 delegações e a 31 subdelegações, que, ficando ligadas por delegados estatais e agentes concelhios, constituíram o início de uma densa rede de infra-estruturas que foi cobrindo a geografia do país vinícola.”<sup>89</sup>

No início, a influência da JNV exerce-se sobre os vinhos comuns de todo o território nacional<sup>90</sup>, ou seja, maior parte da produção vinícola do país exceto as regiões já demarcadas (Dão, Douro, Moscatel de Setúbal, Bucelas, Carcavelos, Colares e os Vinhos Verdes). “(...) O Estado Corporativo tendia, assim, a integrar toda a Nação e todas as actividades económicas.”<sup>91</sup> Mais tarde, a JNV acaba por alargar a sua ação a todas as regiões produtoras do continente e ilhas, exceto a região do Douro.

Área de influência da JNV

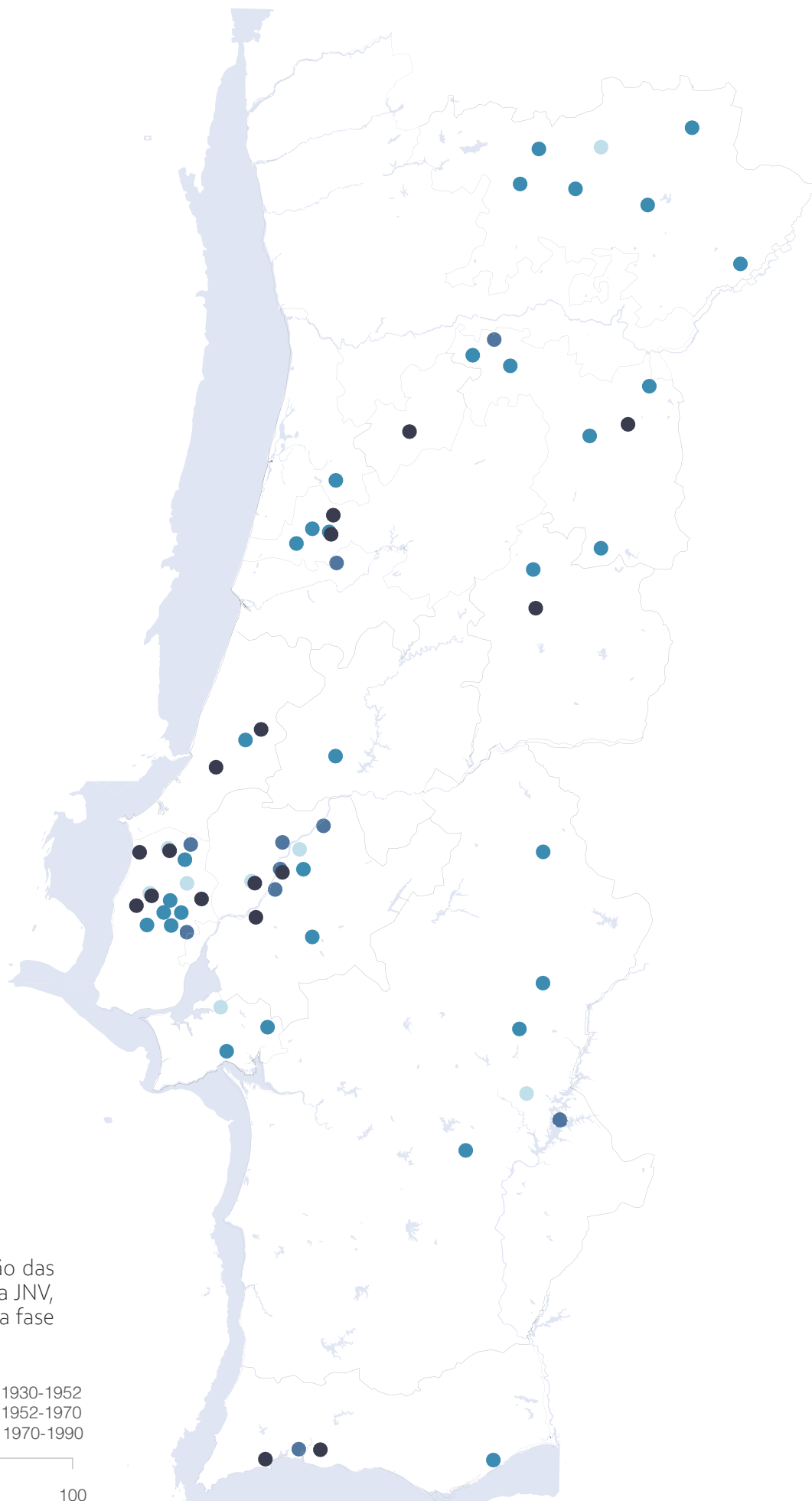
33. Mapa da produção vinícola de Portugal, em 1935, da autoria de Amorim Girão. Este mapa conjuga num só os dois níveis de informação representados nas cartas de Cincinnato Costa. Demonstrando os diferentes tipos de vinhos produzidos, além dos seus níveis médios de produção.

34. Mapa da área de jurisdição da Junta Nacional do Vinho, com representação das regiões demarcadas, das delegações e dos delegados concelhios, em 1938.

89 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010.. p.164

90 “A Junta foi estabelecida então como área de influência, todo o território da metrópole, com excepção das ilhas adjacentes e das regiões vitícolas demarcadas, cujos organismos, todavia, deveriam cooperar com ela no estudo e resolução dos problemas de interesse geral que lhes sejam comuns.” in Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*, Lisboa: ISA, 1993. p. 3

91 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.164



35. Mapa de localização das adegas cooperativas da JNV, identificadas segundo a fase de construção

- Fase de implantação 1930-1952
- Fase de expansão 1952-1970
- Fase de concentração 1970-1990

km 15 50 100

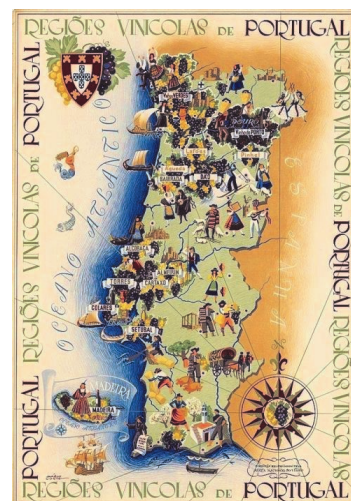
## Três “momentos” na constituição da rede de adegas cooperativas

Como organismos coordenadores da vitivinicultura nacional, um dos principais encargos que constava em ambos os diplomas fundadores da FVCSP e da JNV era a “promoção e criação de adegas cooperativas, nos termos da legislação em vigor”<sup>74</sup>.

A Junta Nacional do Vinho, num volume publicado em 1952 sobre o tema, sublinha que “[as] adegas cooperativas são capazes de corrigir todos estes defeitos [refere-se aos problemas da vitivinicultura nacional anteriormente abordados], de suprir todas estas deficiências, de remediar todas estas dificuldades. (...) Porquê, julga-se que todos os sabem, aqueles pelo menos que não desconhecem os verdadeiros milagres de que, por todo o Mundo, e sob as mais variadas estruturas sociais, tem sido capaz a cooperação em agricultura.”<sup>75</sup>

A rede de infraestruturas a instalar tinha como objetivo responder aos dois principais problemas da vitivinicultura nacional: a qualidade e a quantidade. Com a maquinaria e utensilagem adequada, estes equipamentos representavam uma melhoria nas condições de produção da pequena vitivinicultura, permitindo a uniformização dos métodos de fabrico do vinho e dos seus derivados, além do aumento da capacidade de armazenar excedentes vinícolas

No início, devido a anos consecutivos de produções abundantes (1933 e 1934), esta nova organização cooperativa teve a necessidade de recorrer a “requisições violentas”<sup>77</sup> e ao aluguer e cedência de adegas, armazéns e caldeiras de destilação para o tratamento deste *stock*. Após a anarquia deste período, face aos volumes adquiridos nas operações de intervenção e aos custos de armazenamento, estes processos tornaram-se impraticáveis. Contudo, inicialmente, foi difícil proceder de outro modo, uma vez que o movimento cooperativo dos vinicultores nunca teve grande desenvolvimento até ao impulso decisivo da JNV, que planeou e concretizou uma extensa rede de infraestruturas.



36. Mapa das regiões vinícolas, da autoria de Mário Costa

“Nestas instalações, as uvas deveriam ser vinificadas segundo as modernas técnicas e os processos enológicos, evitando que muito vinho fosse para a caldeira [quando o vinho não tinha qualidade era transformado em água ardente].”<sup>76</sup>

74 Junta Nacional do Vinho. *Anais da JNV*, Vol. IV. Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. p. VIII

75 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. p. IV e V

76 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.225

77 Trata-se do aluguer ou cedência involuntários de instalações particulares. in JNV, Relatório e Contas do Exercício de 1940, p.17-18 in Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Ação e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.86

Através dos desenvolvimentos tecnológicos, dos apoios económicos e da simplificação dos métodos de fabrico, a Junta procurou “(...) levar a cabo uma obra de largo alcance económico e social, que visa o robustecimento das pequenas economias rurais e a emancipação social dos seus titulares”<sup>78</sup>. Este processo foi algo difícil e demorado, tanto pela força da “estrutura individualista” da vinicultura, que resistia a associativismos, como por razões de ordem técnica e financeira, pois o processo de planificação, execução e equipamento de adegas é bastante complexo e dispendioso.

“Tal como já era defendido nos anos 30, foi sendo demonstrado pelo comportamento produtivo e económico do subsector, que o crescimento da capacidade de armazenamento e a homogeneização das características dos vinhos exigiam a associação dos produtores em adegas cooperativas. Entre finais dos anos 40 e meados da década seguinte, elaboraram-se e aprovaram-se os planos de redes de adegas cooperativas para as mais importantes regiões vinícolas. Com um enorme apoio financeiro do governo, as adegas foram surgindo.”<sup>79</sup>

Ao longo do seu percurso, a JNV adquiriu um vasto património de Norte a Sul do país, inserido nas principais regiões produtoras, sendo este o objeto de reflexão desta Dissertação. Devido às suas diversas naturezas, considera-se que este processo se desenvolveu em “momentos” de produção distintos: implantação, expansão e concentração.

Implantação: 1935-1952

O primeiro “momento” (implantação), decorreu entre 1935 e 1952. A Junta Nacional do Vinho recorreu, principalmente, ao uso de pavilhões temporários e à aquisição de instalações, localizadas nos principais locais de produção. As aquisições trataram-se, sobretudo, de antigos armazéns da FVCSP e de adegas particulares que, beneficiando de obras, foram equipadas com os meios necessários às novas funções a desempenhar.

A partir de 1945 as novas adegas cooperativas são instaladas em edifícios constituídos para esse propósito. Deste modo, foram gradualmente criados os primeiros focos de ação da JNV que, mais tarde, associados a outros núcleos, se tornaram adegas cooperativas organizadas em delegações.

78 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. parte III p. 8

79 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.383

“Um plano consistente de construção de uma rede de adegas cooperativas começou apenas nos anos 50. Nessa altura, consideraram-se as tentativas anteriores como correspondendo a uma primeira fase (...).”<sup>80</sup>

Expansão: 1952-1969

Devido às dificuldades apresentadas e à magnitude deste projeto de planeamento a nível territorial, só em 1952 é que a JNV apresentou a proposta de uma rede de adegas cooperativas para a sua área de influência. As 141 adegas previstas iriam ser distribuídas por 14 zonas, com as respetivas áreas de influência. Foram feitas algumas revisões ao plano inicial, após alguns dos parâmetros, anteriormente preconizados, terem sido ultrapassados.

No decorrer deste plano, entre 1950 e 1970, a JNV adquiriu uma série de terrenos com áreas superiores ao necessário, com o propósito de ceder espaço para a construção de adegas, de eventuais armazéns de apoio e outros serviços necessários. Esta medida, conjugada com o plano e com as possibilidades de financiamento proporcionadas pelo organismo, constituíram fatores decisivos no desenvolvimento do associativismo cooperativo.

Num momento posterior, devido à situação económica e política do país, a possibilidade de expandir geograficamente o alcance desta rede torna-se inviável. Contudo, na década de 70 a capacidade de armazenagem ainda continua insuficiente e a Junta vê-se obrigada a rever os critérios de construção e expansão das suas instalações. Na revisão efetuada em 1974, verifica-se que das 141 adegas inicialmente previstas, existiam apenas 64, em toda a sua área de influência.

Concentração: 1970-1986

A JNV adota uma política de ampliação dos principais armazéns já existentes, tendo agora a oportunidade de modernizar estas estruturas com novos equipamentos e tecnologias, necessários à produção. “A capacidade de armazenagem da JNV aumentou significativamente: de 30 mil pipas (500 l cada pipa) em 1939, para mais de 500 mil pipas em 1972. Mesmo assim não foi conseguida a regularização interanual do mercado.”<sup>81</sup>

Tendo em conta a diversidade da produção arquitetónica ao longo destes três “momentos”, resultado das diferentes circunstâncias e propósitos inerentes, procuraremos explorá-los, a partir de temas relevantes, de modo a caracterizar e compreender o objeto de estudo.

80 Junta Nacional do Vinho apud Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.227

81 *ibidem*. p.383

37.



38.



39.



37. Armazém regulador de Santarém (1934)

38. Armazém regulador de Vila Nova de Gaia (1937)

39. Armazém regulador de Leiria (1949)

## Implantação: as primeiras infraestruturas (1935-1952)

Inicialmente, devido a anos sucessivos de grandes produções, a FVCSP e a JNV sentem a necessidade de aumentar rapidamente a sua capacidade de armazenagem, para o próspero desempenho das suas funções. Para isso recorrem ao aluguer e cedência de armazéns e pequenas adegas e, eventualmente, à construção de armazéns próprios.<sup>92</sup>

“(...) [A] JNV enveredou pela criação imediata de armazenagem pura que permitisse desde logo uma intervenção eficiente na produção e no comércio. A par e passo que as adegas cooperativas forem instaladas ser-lhes-á entregue aquela capacidade de armazenagem (...)”<sup>93</sup>

Não obstante esta solução inicial, o objetivo era ir além da constituição de mera armazenagem, uma vez que as adegas cooperativas, através do seu programa mais complexo, ofereciam também um aperfeiçoamento técnico, associado a uma melhoria de qualidade do produto, e um retorno mais constante do capital investido. Contudo, tratando-se de edifícios mais dispendiosos, tanto no apetrechamento como na mão de obra, a construção desta rede de adegas torna-se um processo mais moroso.<sup>94</sup>

Os armazéns são constituídos em locais estratégicos, possibilitando a futura instalação de adegas cooperativas. Através da implantação destas infraestruturas a FVCSP e a JNV tentam, desde o início, “dotar o Organismo com o necessário número de armazéns, que, pela sua capacidade de guarda e conveniente localização nos diversos pontos da área onde a Junta exerce a sua influência, pudesse constituir a estrutura intervencionista do Organismo, no sector da economia vinícola portuguesa.”<sup>95</sup>

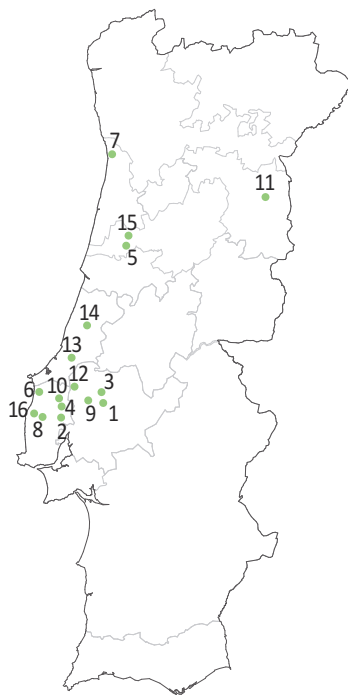
92 “O processo [referente à compra de excedentes para regularizar o mercado],(...) mostrou-se, no entanto, inviável, porquanto há que contar com a deficiente armazenagem da Produção, as desfavoráveis condições de conservação do produto, em geral mal fabricado, e ainda com a complicadíssima organização e o elevado emprego de pessoal que resultaria da pulverização das reservas. (...) Por isso, desde o início, teve a Federação, e depois a Junta Nacional do Vinho, de enveredar pelo caminho de concentrar as reservas em armazéns próprios.” in Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. parte II p. 65

93 *ibidem*, p. 70

94 “Ao contrário do que se passa com a armazenagem (...) a realização de capacidade através das adegas cooperativas traduz-se em maior estabilidade económica e em produtividade certa e elevada dos valores investidos, evitando ao mesmo tempo a duplicação de capital inerente ao primeiro processo (armazenamento na Produção e na Organização). Todavia, só quando as adegas cooperativas constituírem rede completa é que se tornará viável o processo.” in Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*, Lisboa: ISA, 1993. p. 12

95 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. parte I p. 34

Criação de armazenagem



40. Mapa dos armazéns instalados durante a 1.ª Fase (1935-1952)

1934	1 Almeirim
	2 Olhalvo
	3 Santarém
1935	4 Abrigada
1937	5 Mealhada
	6 Lourinhã
	7 Vila Nova de Gaia
1939	8 Torres Vedras
1942	9 Cartaxo
1946	10 Cadaval
	11 Pinhel
1947	12 A-dos-Francos
1948	13 Alcobaça
1949	14 Leiria
1950	15 Mogofores
1952	16 Bombarral

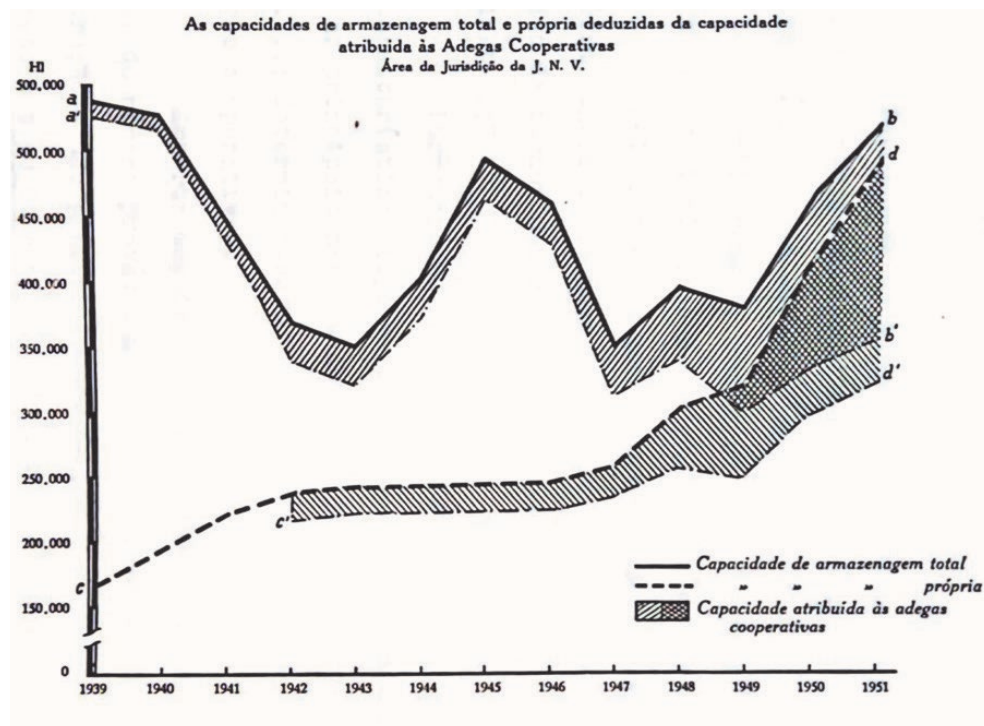
	Hl.
Abrigada	3.045
A dos Francos	1.230
Agueda	250
Alcoobaça	11.160
Almeirim	57.365
Bombarral	57.475
Cadaval (2 armazéns)	1.755
Cartaxo	37.410
Fundão	12.000
Lagoa	5.855
Lagos	1.160
Leiria (Carlos Mata)	12.790
Leiria (Corteas)	3.785
Lourinhã	3.215
Mealhada	69.540
Mogofores	23.285
Olhalvo (2 armazéns)	39.130
Pinhel	13.285
S. Pedro do Sul	2.000
Santarem	30.050
Torres Vedras (2 armaz.)	45.720
Vila Nova de Gaia	40.950
<b>TOTAL</b> .....	<b>472.435</b>

41. Capacidade de armazenagem da Junta, em 1951, incluindo adegas cooperativas

“Assim, deu a Junta início a um intenso movimento de construção de armazéns com adegas anexas para a laboração em comum, procurando ao mesmo tempo que se apetrechava com os meios materiais necessários ao cabal desempenho das atribuições que lhe estão impostas no plano intervencionista, lançar as condições necessárias de atracção económica para despertar o movimento de cooperação entre os vinicultores.”<sup>96</sup>

A concretização desta primeira etapa, de dotar o organismo com a capacidade de armazenagem necessária, está intimamente ligada com o fomento do cooperativismo entre os vinicultores que, apesar de inicialmente não verem vantagens neste novo sistema, com a venda do excesso de produtos vínicos a estes armazéns, começaram a habituar-se à ideia da cooperativa de produção.

“Existe uma relação entre a acção cooperativa e o problema de realização da capacidade de armazenagem. (...) Em vez de o fomento de adegas cooperativas ser absoluta consequência de espontânea consciência cooperativa, passou esta a ser educada, senão mesmo criada, pela organização das primeiras cooperativas.”<sup>97</sup>



42. “Gráfico das capacidades de armazenagem total e própria deduzidas da capacidade atribuída às Adegas Cooperativas”

96 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. parte I p. 34

97 Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*, Lisboa: ISA, 1993. p. 13

O primeiro “momento” de construção da rede de adegas decorre sensivelmente entre 1935 e 1952, sendo iniciado ainda sob a jurisdição da FVCSP.<sup>98</sup> Este período é denominado de fase de implantação, uma vez que se trata da constituição dos primeiros focos de ação e das primeiras infraestruturas de apoio desta rede de cooperativismo vitivinícola.

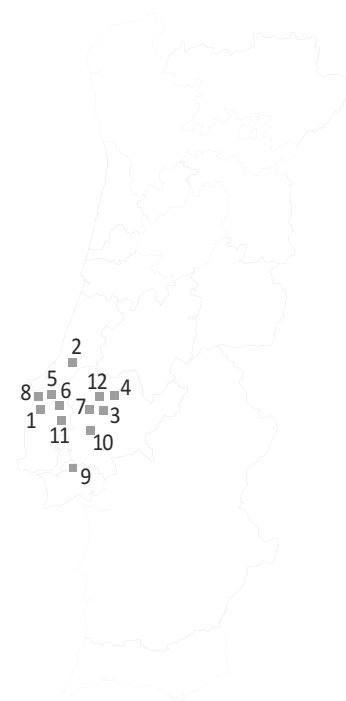
Nas reuniões da FVCSP, quando esta rede de adegas cooperativas é discutida, o plano traçado é bastante ambicioso: “Em 1935, planeava-se a construção de 92 adegas. Como se revelava impossível criar simultaneamente todas as instalações, a FVCSP deu prioridade a 12.”<sup>99</sup> Através um plano de ação mais tangível e realista, são escolhidos os primeiros locais de intervenção. Nesta escolha foi dada prioridade às principais regiões vinícolas, de acordo com os volumes de produção e das necessidades de armazenamento locais.

“Conforme os estudos e as plantas, que nesta data estariam prontos a executar, adoptavam-se três estratégias para instalar as primeiras 12 adegas. Deviam construir-se instalações novas em A-dos-Cunhados (Torres Vedras), Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Alcobaça, Alpiarça e Montijo. Em Olhalvo (Alenquer), Cartaxo, Santarém e Almeirim adaptar-se-iam os armazéns que a Federação já tinha nestas localidades (Documentos, Acção da FVCSP..., 1937:19). Para a adega a criar em Muge (Salvaterra de Magos) aceitar-se-iam as instalações cedidas pela grande casa de lavoura dos Duques do Cadaval.”<sup>100</sup>

Porém, devido às limitações da Federação e da escassez inicial de auxílio do Estado, a única que apresentou resultados positivos foi a adega de Muge (1935). Deste modo destacam-se os “(...) fracos apoios financeiros destinados a estas adegas - note-se que a única que começou a laborar usava instalações privadas - e a indiferença dos vinicultores, que não vislumbravam vantagens em levar as uvas para a cooperativa, [e que] bloquearam uma mais lata aplicação dos ideais.”<sup>101</sup> Até à extinção da FVCSP, em 1937, a única adega bem-sucedida é, como referimos anteriormente, a adega de Muge.

Só em 1938, após a instauração da JNV, o diálogo sobre esta rede de adegas cooperativas é retomado, acompanhado pela discussão sobre os estatutos que estas deveriam cumprir.

O planeamento das primeiras adegas cooperativas



43. Mapa da localização das adegas planeadas pela FVCSP

- 1 A-Dos-Cunhados
- 2 Alcobaça
- 3 Almeirim
- 4 Alpiarça
- 5 Bombarral
- 6 Cadaval
- 7 Cartaxo
- 8 Lourinhã
- 9 Montijo
- 10 Muge
- 11 Olhalvo
- 12 Santarém

98 Relembrando que a FVCSP esteve em funcionamento de 1933 a 1937, sendo substituída pela JNV em novembro desse ano.

99 Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*, Lisboa: Âncora Editora, 2010. p.226

100 *ibidem*, p.226

101 *ibidem*, p.226



44. Mapa da localização das adegas instaladas durante a 1.ª fase (1935-1952)

- - Adegas planeadas
- - Armazéns adaptados
- - Instalações privadas adaptadas
- - Instalações novas

km 15 50 100

“Assim, em 1938 nas reuniões do Conselho Geral da JNV discutia-se o estudo que devia ser efectuado sobre as adegas cooperativas ensaiando-se as primeiras tentativas para a criação dos estatutos e regulamento que as deviam reger. Nestas discussões estavam já, mais ou menos, previstas as formas de fomento, colaboração e financiamento a prestar pela JNV. “<sup>102</sup>

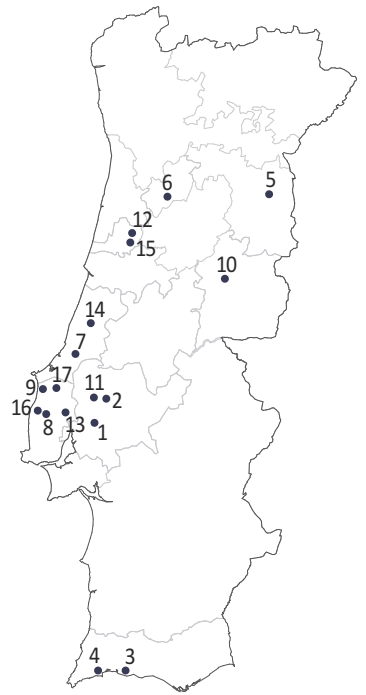
Das doze adegas cooperativas inicialmente planeadas pela FVCSP, apenas sete começaram a laborar durante este período. Contudo, admitindo que o plano desenvolvido pela Federação se destinava à sua área de influência, a aplicação por parte da JNV fica desde início condicionada, devido à disparidade das áreas de jurisdição dos dois organismos. Fora do plano, a JNV constituiu dez adegas, estabelecendo ao todo dezassete adegas cooperativas, durante este primeiro “momento”.

Fazendo um balanço, podemos concluir que a adega de Muge e as adegas que viriam a ser instaladas em armazéns da FVCSP, foram bem-sucedidas (embora mais tardiamente do que preconizado), excetuando a adega de Santarém, que continuou a funcionar apenas como armazém.

Das sete adegas cooperativas, planeadas para ocupar novas instalações, apenas três foram concretizadas. Instituíram-se as adegas do Bombarral, da Lourinhã e de Alcobaça (esta última numa adega privada adquirida e adaptada para o propósito). Entre as adegas não planeadas, somente três se encontram na área da Federação, fora dessa região são instituídas cinco adegas mais a norte, e duas a sul.

Ao analisar o mapa, ainda se denota a importância da área de influência anterior (da FVCSP) na constituição das adegas desta primeira fase. A zona de maior densidade de construção continua a ser o centro litoral onde no total são instituídas dez adegas durante esta fase. Além de ser uma das áreas de maior produção, dentro do território da JNV (a norte contém a região da Bairrada, que só viria a ser demarcada em 1979, e mais a sul a região do Ribatejo, com uma produção essencial ao abastecimento de Lisboa), os estudos realizados no contexto da publicação *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J.N.V.*<sup>103</sup> terão sido determinantes para este desenvolvimento.

A constituição das primeiras adegas cooperativas



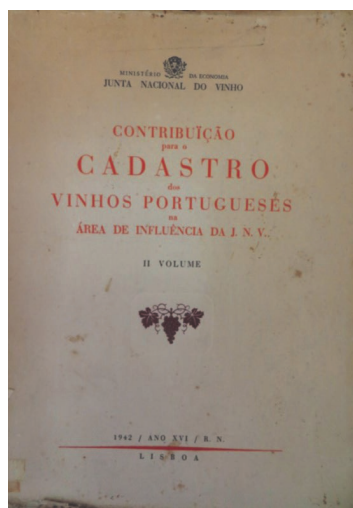
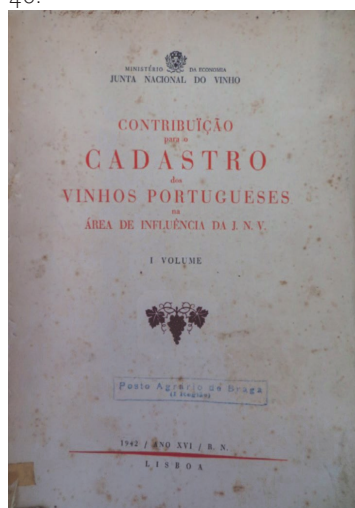
45. Mapa da localização das adegas constituídas durante a 1.ª fase (1935-1952)

1935	1 Muge
1942	2 Almeirim
1945	3 Lagoa
1946	4 Lagos
1947	5 Lafões
	6 Pinhel
1948	7 Alcobaça
1949	8 Torres Vedras
	9 Lourinhã
	10 Fundão
1950	11 Cartaxo
	12 Mogofores
	13 Olhalvo
1951	14 Leiria (Cortes)
	15 Mealhada
1952	16 S. Mamede da Ventosa
	17 Bombarral

102 Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.54

103 Junta Nacional do Vinho, *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.*, Volumes I e II, Lisboa: Ministério da Economia, Tipografia Ramos, Afonso e Moita, Lda, 1943. Em 1939 iniciaram-se os trabalhos de campo, e a sua publicação foi em 1943, apesar de na capa fazer referência a 1942.

46.



46. Junta Nacional do Vinho, *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.*, Volumes I e II, Lisboa: Ministério da Economia, Tipografia Ramos, Afonso e Moita, Lda, 1943.

Estes dois volumes tratam-se de um levantamento e análise dos solos, dos mostos e das características organoléticas da vinha, de forma a compreender os problemas e deficiências da produção vitivinícola nacional.

47. Mapa das "Regiões sobre que incide o estudo do Cadastro dos Vinhos"

47.



Verifica-se que a área em estudo (identificada a vermelho no mapa "Regiões sobre que incide o estudo do Cadastro dos Vinhos") é composta pela faixa litoral entre Aveiro e Setúbal, coincidindo com a área de jurisdição da FVCSP<sup>104</sup>. Esta situação associada a uma maior facilidade dos meios disponíveis em termos técnicos, de mão de obra e de pessoal, além de esta ser a zona onde o espírito cooperativo estaria mais desenvolvido (através dos armazéns da FVCSP), justificam que tenha sido a área mais evoluída durante este primeiro período.

"De qualquer forma, estava-se numa primeira fase, talvez inspirada e municiada pelo contexto político dos centenários, de afirmação da Junta Nacional do Vinho (1937), a qual, como outros organismos corporativos, depositava no conhecimento técnico e científico, bem como na propaganda, na cartografia, fundadas esperanças para o crescimento do país e o vencimento do Estado Novo, olhando-se para a cartografia como útil instrumento, apesar das limitações técnicas dos seus autores."<sup>105</sup>

104 "Aceita-se que por razões de capacidade logística ou de insuficiência de meios se tivessem deixado para próximas oportunidades todo o Alentejo, as Beiras e Trás-os-Montes, já que as que foram tratadas eram de facto, à época, as mais pertinentes face aos objetivos que se pretendiam atingir." in Gonçalves, Mário e Marques, Hélder (colaboração). "Mapas temáticos da viticultura portuguesa: «Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.» (1942)" in *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. p.191

105 *ibidem*. p.194

A construção desta rede de equipamentos deparou-se com diversas dificuldades e o seu arranque foi algo conturbado. Durante os primeiros onze anos de atuação, o organismo apenas instituiu seis adegas cooperativas. “A partir de 1946 o número de Adegas cresce em progressão quase geométrica, a capacidade de laboração de cada uma aumenta progressivamente em razão de cada vez maior volume laborado em cada campanha, o número de associados multiplica-se.”<sup>106</sup> A partir de 1948, sente-se um ímpeto construtivo na realização desta rede, sendo a partir do ano seguinte que começam a ser construídos novos edifícios para este propósito.<sup>107</sup>

Durante esta primeira etapa, a aplicação do plano inicialmente proposto acaba por estar bastante dependente das condições e necessidades locais, uma vez que a perspetiva de sucesso era essencial antes da implantação definitiva de qualquer uma das adegas. A partir dos textos da obra *Adegas Cooperativas*<sup>108</sup>, compreende-se que as primeiras dezassete adegas são constituídas através de um processo relativamente orgânico. Para a sua implantação, a JNV, procedia de três modos: ora construía em locais onde o seu sucesso era certo, ora garantia a associação antecipada dos vinicultores da região, através de inquéritos, ou instalava adegas e equipamentos provisórios.

Processos de instalação das adegas

Neste último método, num momento inicial, eram instalados equipamentos desmontáveis, em locais onde se verificava uma carência deste tipo de infraestruturas, e após compreender a verdadeira necessidade e a possibilidade de sucesso, era instalada a adega cooperativa definitiva.

“Pode-se dizer que as adegas cooperativas têm já 3 fases no seu desenvolvimento: - adegas experimentais, instaladas em pavilhões metálicos desmontáveis os quais se destinavam à sondagem das possibilidades de construir uma instalação definitiva; construção dos edifícios que a JNV punha à disposição dos vinicultores nas regiões e localidades onde se tinha como certo o êxito da empresa; associação prévia dos vinicultores com realização de quotas e obtenção de subsídios para a construção.”<sup>109</sup>

106 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. parte I p. 12

107 “A partir desse ano [1949], inclusive, todas as adegas criadas ficaram instaladas em armazéns da Junta ou em edifício próprio construído expressamente para esse fim por intermédio da JNV.” in Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*, Lisboa: ISA, 1993. p. 11

108 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952.

109 Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*, Lisboa: ISA, 1993. p. 14

Este período caracteriza-se por uma abordagem mais orgânica: os edifícios surgem conforme a possibilidade patrimonial, associada às necessidades de produção e fomento locais. Apesar de algumas adegas cooperativas serem instituídas de acordo com o plano inicialmente traçado pela FVCSP, na sua maioria estas foram surgindo conforme a disponibilidade do Fundo Corporativo da Vinicultura.<sup>110</sup>

“(…) [Estando] confiada à Junta (…) a administração do FCV, (…) foi possível, mediante a utilização das disponibilidades dum património, levar a cabo, a par dum apetrechamento próprio destinado a permitir ao Organismo a regularização eficiente do mercado de vinhos sem o recurso à destilação de boas massas vínicas (…).”<sup>111</sup>

A própria Junta Nacional do Vinho reflete que as infraestruturas realizadas até à apresentação da “Planificação da rede de adegas cooperativas”, em 1952, se tratam de uma primeira fase de construção. O propósito deste período menos condicionado passa pelo apetrechamento técnico e de armazenagem do organismo e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento da ideia de cooperativa de produção entre os vinicultores.

“Até esta altura, o que se tem passado em matéria de cooperativismo vinícola engloba-se no que se pode chamar uma primeira fase. (...) Trata-se de uma fase de adaptação do espírito do viticultor à ideia cooperativa.”<sup>112</sup>

110 O financiamento e auxílio económico, da Junta Nacional do Vinho, na realização desta primeira fase, esteve diretamente dependente do Fundo Corporativo da Vinicultura (FCV), do qual a JNV é administradora. Os investimentos do FCV, vão além da construção dos edifícios, uma vez que, também concretizam a instalação e apetrechamento das adegas cooperativas, com a maquinaria e utensilagem necessária, e com o pessoal técnico e administrativo essencial ao seu funcionamento.

111 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. parte I p. 35

112 Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*, Lisboa: ISA, 1993. p. 11

## Expansão: a planificação de uma rede de adegas (1952-1969)

“Em vez do fomento das adegas cooperativas ser absoluta consequência de espontânea consciência cooperativa, passou esta a ser educada, senão mesmo criada, pela organização das primeiras cooperativas. E o êxito foi tal que quase se pode afirmar que se o cooperativismo não se iniciava no País era menos por falta daquela consciência do que pela natural inércia dos homens em experimentar coisas novas, ainda que sejam velhas na sua mente. Atestam-no as contínuas solicitações à Junta para instalação de novas adegas.”<sup>113</sup>

Em 1940, a pretexto das comemorações do Duplo Centenário<sup>114</sup> foram elaboradas duas publicações: *Atlas de Portugal e Geografia de Portugal*, ambas da autoria de Amorim Girão. Associadas à obra anteriormente abordada, *Contribuição para o Cadastro dos Vinho Portugueses na Área de Influência da J.N.V.*, ilustram a vontade do Estado de consolidação do regime através da ciência, neste caso, utilizando a cartografia como modo de propaganda.

Cartografia como modo de propaganda

Acompanhando esta vontade de afirmação do Estado Novo, após 1940 e meados da década de 50, sob a égide do regime, surgem diversos planos para a constituição e desenvolvimento de redes de adegas cooperativas para as principais regiões vinícolas do país. Neste contexto, em 1953, surge o plano de uma rede de adegas cooperativas para a área da Junta Nacional do Vinho, entrando-se num segundo momento de construção, uma vez que nesta data já se encontravam dezassete adegas em pleno funcionamento.

Plano para a rede de adegas cooperativas da JNV

“Este plano previa uma rede de 141 adegas cooperativas, das quais, no entanto, 17 já se encontravam criadas em 1952. O apoio governamental à formação de adegas cooperativas traduziu-se, nomeadamente, numa contribuição financeira maciça (canalizada através de várias entidades como a Junta de Colonização Interna, o Fundo de Fomento de Exportação e outros organismos ligados à produção de vinhos), que geralmente ultrapassava, (...) os cerca de 85% do custo total da adega.”<sup>115</sup>

113 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. parte II p. 111

114 Comemorações realizadas para celebrar os oitocentos anos de nacionalidade e o terceiro centenário da Restauração da Independência.

115 Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*. Lisboa: ISA, 1993. p.31

Além da vontade de afirmação do regime, anteriormente abordada, estes planos surgem devido à quantidade reduzida de adegas cooperativas construídas até à data, uma vez que estas se tornaram num equipamento essencial para a concretização das políticas governamentais de fomento e regularização do sector vitivinícola.

“O fenómeno alarga-se da freguesia, da vila, do próprio concelho, aos povos vizinhos e distantes, e os pedidos de instalação de Adegas Cooperativas surgem, na Junta, vindos de todos os pontos do país. Em tal número, que se torna impossível atendê-los todos de momento, levando o Organismo a elaborar um plano de instalações futuras, que atinge como já vimos, o número de 124 unidades, além das 17 já em pleno funcionamento nesta data, com uma capacidade de laboração total de cerca de 400.000 pipas.”<sup>116</sup>

A cartografia como auxiliar de projeto

O plano para esta rede de adegas foi profundamente estudado. Um dos principais meios utilizados foi a cartografia, que desempenhou um papel fundamental na tomada de decisões, como demonstrado pelo grande volume de documentos desta natureza utilizados e produzidos.<sup>117</sup> Os estudos e inquéritos realizados durante a primeira fase de construção também se tornaram cruciais nas opções tomadas acerca do plano proposto.

“Daqui por diante, os métodos de trabalho terão de ser diferentes. Cada adega a instalar terá de ter a sua localização previamente estudada, em relação com as outras já instaladas ou por instalar, dentro de certos conceitos e critérios de ordem geográfica, económica, social e técnica.

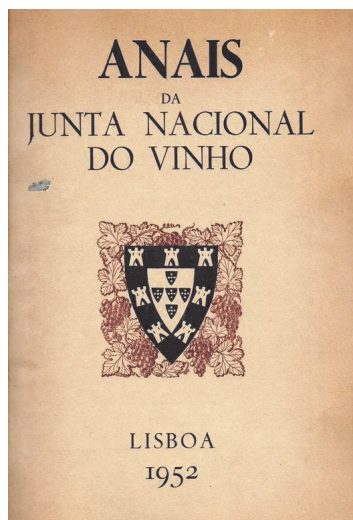
O fomento do cooperativismo vinícola, depois deste período de experiência, desde que pretenda atingir largo e completo âmbito no plano regional ou nacional, tem de assentar em bases de sólida estruturação, sem as quais muito seriam de reचार futuros insucessos.”<sup>118</sup>

116 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. parte I p. 12 e 13

117 “A importância da cartografia como instrumento de conhecimento e decisão no processo de planeamento da rede de adegas cooperativas foi importante em quaisquer dos casos, particularmente no da JNV, bastando atentar (...) na cartografia publicada, carreada como “valiosos auxiliares” de trabalho, ou na quantidade de documentos cartográficos produzidos.” in Fernandes, Mário Gonçalves e Marques, Hélder (colaboração). “Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação da rede das adegas cooperativas pela Junta Nacional do Vinho” in *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. p.154

118 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952, p.141





51. Junta Nacional do Vinho. *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952

Para a apresentação do Plano da Rede de Adegas Cooperativas, para a sua área de jurisdição, a Junta Nacional do Vinho publica “Adegas Cooperativas”<sup>120</sup>, uma obra constituída por três publicações anteriormente divulgadas nos *Anais da Junta Nacional do Vinho*. O primeiro trabalho, da autoria do Conselho Administrativo da JNV, intitula-se “O problema das Adegas Cooperativas. Sua determinação e perspectivas” e expõe os dados do problema, fazendo um balanço da situação á data da elaboração do Plano. Os dois textos seguintes tratam das soluções encontradas para os problemas apresentados: “Solução Cooperativista do Problema de Armazenagem de Vinhos” e “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho”. Ambos os textos são elaborados por Américo C. Miguel e Rogério V. de Oliveira, dois engenheiros agrónomos técnicos do Gabinete de Estudos da JNV, que são os principais intervenientes na elaboração do Plano da Rede de Adegas Cooperativas de 1953.

Nestes dois textos além de descreverem as soluções encontradas, os autores também deixam claros quais os critérios e metodologia utilizados na conceção desta rede:

“Na planificação de uma rede completa de adegas cooperativas, a considerar o sistema cooperativo como o principal esteio da economia vitivinícola, há que contar com fatores ecológicos, económicos, sociais e enológicos, em estreita interdependência uns dos outros e que tem de ser objecto de pormenorizado estudo.”<sup>121</sup>

A capacidade de laboração necessária

Na primeira etapa do plano é calculado o volume de laboração necessário, e o conseqüente número de adegas cooperativas, essenciais à concretização dos objetivos previstos. Para isso, era crucial calcular a percentagem de produção nacional que deveria ser laborada em regime cooperativo. Após calcular a produção total da área de jurisdição da JNV, são retirados da equação os produtores com capacidade de laboração própria.<sup>122</sup>

120 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952

121 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Solução cooperativista da armazenagem de vinhos” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. p.144

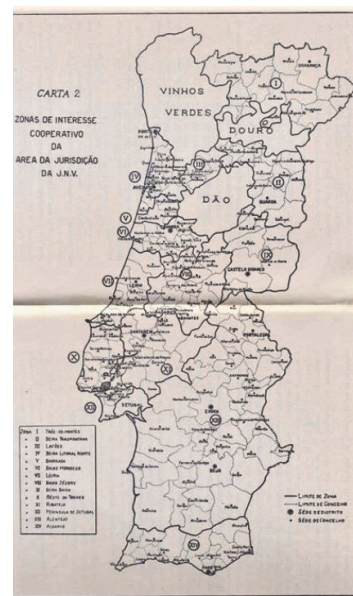
122 “Não se pode, porém, admitir que toda esta produção venha a ser desviada para laboração em regime cooperativo, pois, além de outras razões, há que contar com os grandes vinicultores, que têm já montado o seu processo fabril produzindo a relativamente baixos preços. Assim, o objectivo primário e essencial do cooperativismo confina-se à defesa da pequena e média vinicultura.” in *ibidem*. p.144

“(…) [Formularam-se] hipóteses e adoptaram-se critérios, não só para a previsão dos montantes que poderão interessar ao cooperativismo vinícola em Portugal nos vários estádios da sua provável evolução, como também para a determinação do número de produtores e respectiva produção que poderão dar ingresso em cada uma das adegas cooperativas, depois de definida a sua área de influência. Importa agora localizar as adegas, convindo para tal dividir a área da jurisdição da J.N.V. em zonas que permitam uma distribuição que satisfaça a certos requisitos de técnica, organização e administração.”<sup>123</sup>

Numa primeira instância delimitaram-se zonas com base nas características organoléticas<sup>124</sup> das diferentes regiões produtoras (com base nos resultados publicados em “*Estudo das características dos vinhos portugueses (área da J.N.V.) colheita de 1948*”<sup>125</sup>). Deste modo, as áreas de influência das adegas cooperativas incidiriam sobre regiões com afinidades enológicas, facilitando a definição de tipos, reduzindo os custos de produção e de transporte. O agrupamento de adegas cooperativas em zonas servia, também, para as organizar segundo um regime federativo, evitando rivalidades ou tendências bairristas, cultivando um sentimento de cooperação e entreaajuda, ao estabelecer como prioridade a defesa da vitivinicultura e do agricultor.<sup>126</sup>

Devido à natureza ecológica bastante diversa do solo português, e por questões de logística, tornou-se essencial cruzar este critério com as divisões administrativas e geográficas que o país apresentava, sendo a associação dos dois critérios essencial para um equilíbrio<sup>127</sup>.

### Delimitação de zonas



52. Carta II, “Zonas de Interesse Cooperativo da Área de Jurisdição da JNV”.

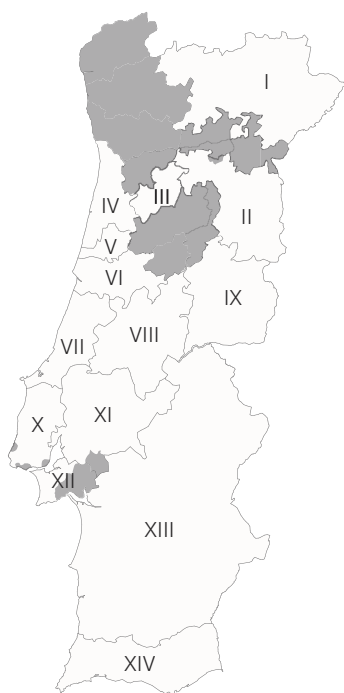
123 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952, p.156

124 Este termo refere-se às propriedades dos corpos que impressionam os sentidos, é bastante utilizado para referir o leque de qualidades que o vinhos assumem e as sensações que proporcionam, assim como para descrever a qualidade do *terroir*.

125 Salvador, A. R. Nunes e F. F. Franco Frazão, *Estudo das características dos vinhos portugueses (área da J.N.V.) colheita de 1948*. Volume I e II, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1950-1951

126 “Assim, num plano de conjunto regional, organizar-se-ão mercados; permitir-se-ão abonos e mesmo subsídios; ordenar-se-á, inclusivamente, a produção, sempre dentro de um espírito de defesa comum; criar-se-ão unidades para aproveitamento de produtos secundários; instalar-se-ão centros onde farão lotes para afinação de tipos, se procederá ao engarrafamento e se formarão reservas regionais para exportação; instituir-se-ão obras de finalidade social, etc., etc..” in Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952, p.156 e 157

127 “Pretende-se, portanto, delimitar as zonas seguindo um critério que satisfaça da melhor maneira àqueles dois requisitos: por um lado, sem desprezar de todo a natural divisão ecológico-vitícola, tem de se dar à zona maior latitude; por outro, sem a tornar muito desequilibrada no que respeita à produção e ao número de adegas, há que restringir-lhe um pouco a extensão, num acordo de mútua transigência.” in *ibidem* , p.157 e 158



53. Mapa da delimitação das 14 zonas da área da JNV

- I Trás-os-Montes
- II Beira Transmontana
- III Lafões
- IV Beira Litoral Norte
- V Bairrada
- VI Baixo Mondego
- VII Leiria
- VIII Baixo Zêzere
- IX Beira Baixa
- X Oeste
- XI Ribatejo
- XII Península de Setúbal
- XIII Alentejo
- XIV Algarve

Através da conjugação dos vários critérios estabelecidos com os dados recolhidos na cartografia estudada, foram constituídas catorze zonas, representadas na carta II: “Zonas de Interesse Cooperativo da Área da Jurisdição da J.N.V.” (figura 45).

“Delimitadas as regiões, urge fazer o estudo económico de cada uma sob o ponto de vista vitivinícola(...). Estudam-se as influências sociais da vinha e do vinho na região. Estabelecem-se escalões de produtores quanto à sua produção média anual. Inquire-se da carência de adegas particulares e da maneira como é recebida a ideia da cooperativa. Avalia-se a consciência cooperativa e da necessidade de fomentá-la.”<sup>128</sup>

Após a definição de zonas foi necessário realizar o reconhecimento de cada uma delas, do seu potencial e das suas necessidades enológicas. Foram estudados, entre outros fatores, a área total de cada zona, os seus concelhos, a população agrícola, a natureza da produção de vinho e o potencial vitivinícola que poderia interessar às adegas cooperativas.

Divididas e exploradas as diversas regiões,urgia estabelecer critérios para decidir onde deveriam ser instaladas as adegas cooperativas. Para tornar esta rede o mais eficiente possível, as preocupações iam desde fatores económicos, como quantos agricultores iriam ingressar nas adegas e quais os benefícios que estas lhes trariam; ecológicos, que se prendiam com os tipos de vinho e a constituição de reservas; administrativos atendendo, na medida do possível, às divisões regionais e de freguesias e também económicos, sendo um critério fundamental as vias de acesso e as distâncias percorridas até às adegas.

“Estudam-se as possibilidades enológicas regionais na sua relação com a manutenção de tipos, constituição de reservas, e saídas para o estrangeiro.

(...) Pormenorizam-se as condições de acesso e transporte, as características topográficas, a exposição, as suas relações com as principais manchas da vinha, com as vias de comunicação, etc...

Determinam-se por fim os locais onde se edificarão as adegas cooperativas.”<sup>129</sup>

128 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Solução cooperativista da armazenagem de vinhos” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952

129 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Solução cooperativista da armazenagem de vinhos” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952

Outro fator fundamental nesta equação foram as vias de comunicação e acessos, tanto entre adegas da mesma zona, como também entre estas e pontos de comércio.<sup>130</sup>A qualidade das vias de acesso às adegas foi determinante na escolha dos locais de implantação e na delimitação das áreas de influência. Sendo assim foram selecionados locais de convergência de vias de acesso, adjacentes a estradas principais ou próximos de caminhos de ferro.

Critérios de implantação das adegas cooperativas

“Mostra a experiência e a lógica que a distância tem acção decisiva na afluência à adega. Para os vinhedos integrados na área económica de influência quanto maiores forem as distâncias à adega tanto menores serão as probabilidades de entrega de uva.”<sup>131</sup>

A abordagem á localização das adegas foi iniciada através de um estudo preliminar, com o auxílio de cartografia de base, das estatísticas realizadas e das cartas vinícolas já elaboradas. Foram assinalados os possíveis locais de implantação das adegas no gabinete da JNV, delimitando toscamente as suas respectivas áreas de influência.

“A marcação provisória das adegas, além de proporcionar melhor orientação na sequência do trabalho, teve como particular missão fornecer ao técnico de campo um dos principais pontos de apoio para o desenvolvimento dos seus inquéritos.”<sup>132</sup>

Nos lugares onde se previa a constituição de adegas cooperativas, a JNV conduziu inquéritos para averiguar as opiniões dos seus técnicos destacados nos locais, dos representantes institucionais e também de engenheiros e regentes agrícolas. Os inquiridos eram informados dos objetivos e da localização das adegas, e era-lhes dado acesso ao estudo preliminar desenvolvido em gabinete. Os problemas e preocupações eram debatidos entre todos tentando encontrar a solução mais conveniente.

130 “Convém ainda salientar o importante papel que as vias de comunicação podem revestir na delimitação das zonas. As vias de acesso, não só como elemento social, isto é, de ligação entre os órgãos representativos das várias adegas, mas muito principalmente pelo interesse económico que representam no transporte das matérias primas (...)” in Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952, p.158

131 *ibidem*, p.253

132 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952, p.260



Para a apresentação desta rede de adegas cooperativas para a área de jurisdição da Junta Nacional do Vinho, foram elaborados três tipos de mapas: os de maior pormenor, com mais informação e conteúdo, destinados às “zonas de maior importância” (X Oeste, XI Ribatejo, V Bairrada e VII Leiria); os mais simples, dedicados às zonas de importância intermédia (I Transmontana, II Beira Transmontana, IV Beira Litoral Norte, VI Baixo Mondego e VIII Baixo Zêzere); e os de conjunto onde, além de apresentar toda a rede de forma sintetizada, foram representadas as restantes zonas de menor importância (III Lafões, IX Beira Baixa, XII Setúbal, XIII Alentejo e XIV Algarve). Este último mapa de conjunto permite avaliar a importância de cada adega dentro da rede da JNV e a sua respetiva área de influência.

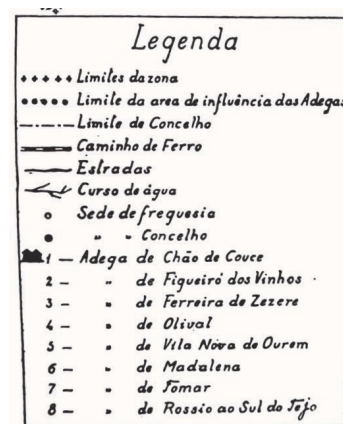
“Esta carta constituirá como que um índice gráfico da rede de adegas. Será completada com um índice descritivo donde constará, para cada zona, o número e o nome da adega bem como a freguesia e o concelho a que pertence.”<sup>134</sup>

Este conjunto de produções cartográficas permite compreender e reconhecer mais claramente a distribuição das adegas cooperativas no território. Cada uma das adegas foi estudada e considerada individualmente na sua relação com as manchas de vinha que a serviriam, além das vias de comunicação e métodos de transporte, tanto dos campos para as adegas como das adegas para os mercados.

“Pode dizer-se que, nesta planificação, só ficaram fora do sistema cooperativo as regiões em que a vinha se encontra tão dispersa que não permitiu a constituição de áreas de influência dentro dos princípios estabelecidos.”<sup>135</sup>

Neste plano foram considerados aspetos bastante complexos, desde a capacidade de laboração inicial de cada uma das adegas, à sua possibilidade de expansão ou contração, ou mesmo à potencial necessidade de reforço da rede em si através da construção de mais adegas. Portanto, a rede de adegas cooperativas da área da JNV teve de ser pensada como um projeto aberto: possibilitando a expansão das adegas em si, e da rede como um todo. Assumindo as incertezas futuras, o plano foi elaborado de forma a diversificar as possibilidades de ação.

Representação da rede de adegas cooperativas

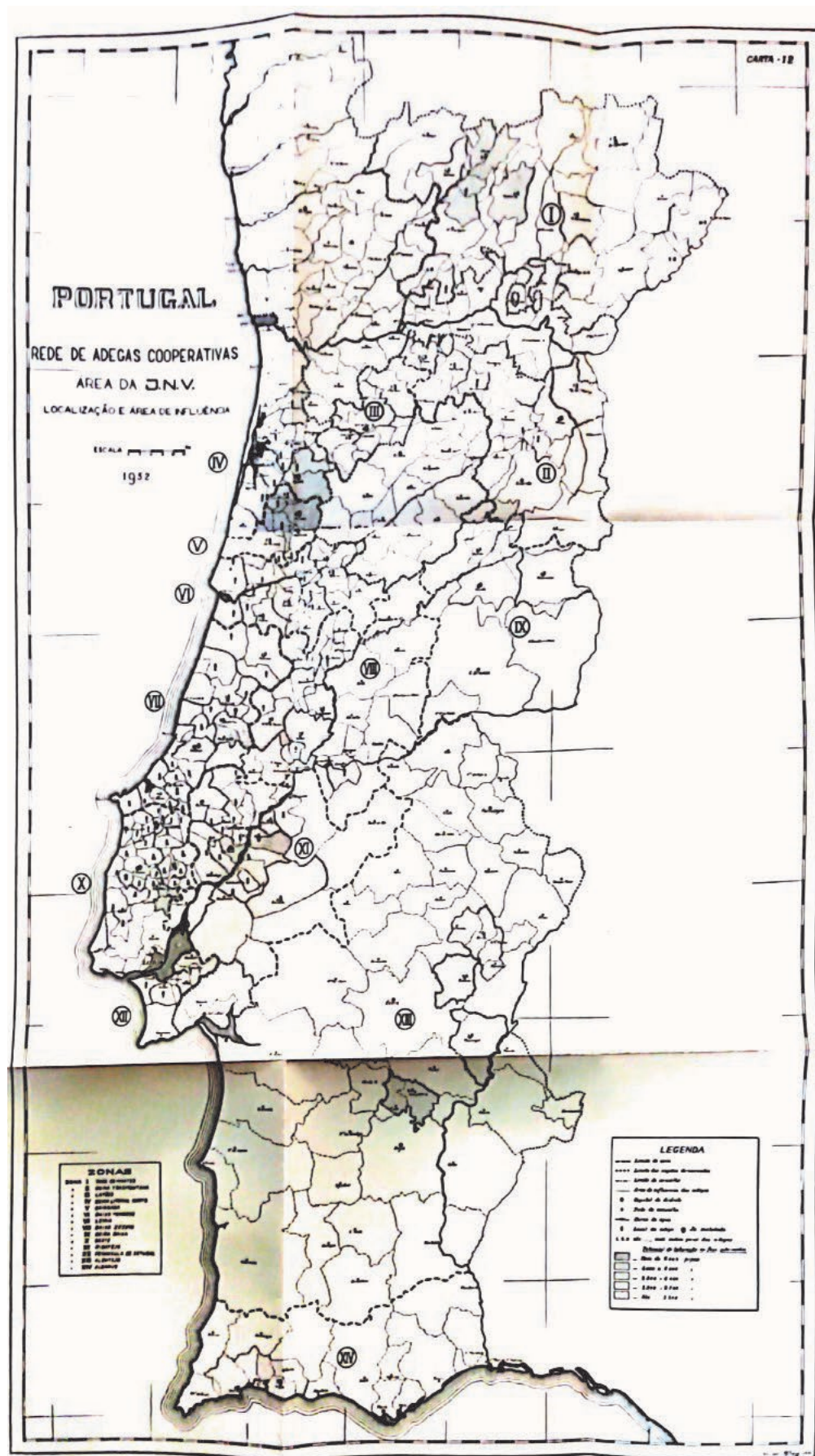


56. Legenda do mapa da Zona VIII - Baixo Zêzere, onde se observam os critérios ilustrados nos mapas.

133 Fernandes, Mário Gonçalves e Marques, Hélder (colaboração). “Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação da rede das adegas cooperativas pela Junta Nacional do Vinho” in *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. p.155

134 *ibidem*. p.273

135 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. p.350



57. Mapa de conjunto da Rede de Adegas Cooperativas Área da JNV, com a localização das adegas cooperativas e respectiva área de influência

“(...) [As] adegas são construídas em várias fases, prevendo os seus projectos a possibilidade de ampliações técnica e economicamente eficientes. Deste modo, em cada uma das fases previstas, a adega poderá laborar dentro do melhor aproveitamento dos capitais investidos.”<sup>136</sup>

Foram estabelecidas três fases de evolução após a constituição e delimitação da área de influência de cada adega cooperativa. “Dentro de tudo o que se tem enunciado, no evoluir de uma adega cooperativa, delimitada a sua área de influência, serão consideradas três fases.”<sup>137</sup>

Fases de evolução das adegas

Durante a *fase inicial* seria determinada a capacidade mínima de laboração. Considerando a produção total, inerente à área de influência de cada adega cooperativa, equacionando oscilações produtivas. O objetivo passava por estabelecer uma capacidade mínima para o bom funcionamento inicial.

Fase inicial

Após os primeiros anos de funcionamento, atingir-se-ia uma *fase intermédia*, em que os volumes extraordinários, resultantes de anos de superprodução, deveriam ser integrados na capacidade normal de laboração. O propósito seria assegurar que as adegas cooperativas atingiam o volume de laboração necessário às circunstâncias reais em que se inseriam.

Fase intermédia

Numa *fase final*, a capacidade das adegas cooperativas iria de encontro à possibilidade de todos, ou quase todos, os vinicultores serem integrados no regime cooperativo. Deste modo atingindo a capacidade máxima, através do aumento das adegas em si ou da rede como um todo, assegurando sempre resposta, independentemente de um aumento exponencial da cultura vínica numa região, ou de um aumento inesperado do associativismo cooperativo.

Fase final

Contudo, apesar de serem estabelecidos estes critérios, no caso de qualquer alteração (expensão ou contração) deveriam ser conduzidos novos inquéritos para aferir novamente as necessidades de cada região.

“Os números calculados servirão, portanto, para fazer uma ideia da potencialidade de cada adega e, no seu conjunto, do montante da produção do País (...). Além disso, aqueles números, bem como as condições técnicas de fabrico, terão particular interesse para a escolha do tipo da adega na sua relação com os aumentos previstos, servindo de base essencial para a elaboração dos esboços e ante-projectos (...).”<sup>138</sup>

136 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. p.270

137 ibidem. p.154

138 ibidem. p.155

Lista do Plano da rede de adegas cooperativas da JNV, de 1952<sup>139</sup>

I Zona Transmontana

Boticas  
*Chaves*  
Ribeira de Oura  
Adoufe  
Constantim  
*Valpaços*  
Macedo de Cavaleiros  
Bragança  
Urrós  
Duas Igrejas

II Zona da Beira Transmontana

*Tarouca*  
S. Romão  
*Moimenta da Beira*  
Vila da Ponte  
*Fig. de Castelo Rodrigo*  
Vila Franca das Naves  
Freixedas

III Zona de Lafões

Castro Daire  
Oliveira de Frades

IV Zona da Beira Litoral Norte

Oliveira de Azemeis  
Salreu  
Angeja  
S. João de Loure  
Oliveirinha  
Valongo do Vouga  
Águeda  
Soza

V Zona da Bairrada

Oiã  
Troviscal  
Vilarinho do Bairro  
*Cantanhede*  
Ançã  
Barcouço

VI Zona de Baixo Mondego

Alhadas  
Alqueidão  
Carapinheira  
Souselas  
Coimbra  
Assafarge  
Penacova  
Poiares  
Samuel  
Soure  
Condeixa-a-Nova  
Lamas

VII Zona de Leiria

Louriçal  
Pombal  
Santiago de Litém  
Souto da Carpalhosa  
Leiria  
Santa Eufémia  
Maceira  
*Batalha*  
Montes  
Alfeizerão  
Tornada  
Salir de Matos  
Santa Catarina  
Trabalhia  
A-dos-Francos  
Atouguia da Baleia

Outro aspeto fundamental foi a definição de prioridades, uma vez que seria impossível construir toda a rede prevista simultaneamente, foram escolhidos os primeiros lugares de ação de acordo com a sua importância a nível regional e local, associada ao grau de desenvolvimento do espírito cooperativo, que nos locais em que estaria já desenvolvido resultaria numa maior fruição das adegas construídas.

“(…) Por um lado a simultaneidade é impossível e desta maneira, por força, o movimento cooperativo deverá tomar aspectos diferentes nas diversas regiões: algumas haverá em estado de desenvolvimento cooperativo bastante adiantado, talvez porque a sua importância vinhateira suscitou maior interesse das entidades que superintendem e fomentam o cooperativismo, enquanto outras, possivelmente, se encontrarão no período inicial.”<sup>140</sup>

Desde início se equacionava a hipótese de a rede prevista não alcançar os volumes de laboração inicialmente propostos, contudo, o verdadeiro objetivo passava por criar uma densa rede de infraestruturas capazes de auxiliar e estabilizar a vitivinicultura nacional.

“Julga-se, todavia, que, dentro de boas condições económicas, será impossível atingir aquele limite e, portanto, os números reais deverão ficar muito àquém. Procura-se, contudo, que as cooperativas formem uma rede de malha tão estreita quanto o permitirem as boas condições económicas, pois é sabido que a acção cooperativa será tanto mais eficiente quanto maior for a produção nela englobada, isto é, quanto mais se aproximar dos valores atrás registados.”<sup>141</sup>

No plano para esta rede constavam 141 adegas cooperativas, sendo que 17 já se encontravam em funcionamento à data da sua elaboração, estava projetada a constituição de mais 124 adegas.

“(…)17 Adegas Cooperativas em pleno funcionamento, (…) projectada a instalação de mais 124, para as quais alguns edifícios já estão em vias de acabamento; pedidos frequentes de vinicultores para a montagem de mais ainda (…).”<sup>142</sup>

139 As adegas cooperativas solicitadas à data de elaboração do plano estão a itálico.

140 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. p.153 e 154

141 *ibidem*. p.153

142 Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952, p.45

Neste plano, as quatro zonas mais importantes integram 79 adegas cooperativas (56% do total planeado), contudo são responsáveis por 70% da laboração total prevista. Esta situação deve-se a disparidades de laboração, pela instalação de adegas cooperativas de grande capacidade nas zonas de maior volume de produção. Sendo assim, apesar de relacionada, a produção projetada para cada região não é diretamente proporcional ao número de adegas cooperativas nela inseridas, uma vez que para cada adegas está prevista uma capacidade de laboração distinta.

Estas estruturas são pensadas em associação com áreas de vinhas e vinhedos, de modo a facilitar o transporte e assegurar volumes de laboração. Deste modo são compreensíveis as distintas distribuições das adegas em zonas como Leiria, Bairrada e Baixo Mondego, onde há uma distribuição mais homogênea da vinha; e zonas como o Oeste ou o Ribatejo onde se denota uma maior descontinuidade. As zonas de menor importância, como Trás-os-Montes ou o Alentejo, organizam-se por núcleos de produção, levando a uma distribuição bastante heterogênea no território.

Apesar de estar prevista a constituição de 141 adegas cooperativas, até à extinção da Junta Nacional do Vinho apenas foram constituídas 67, no total. Durante este segundo “momento” de construção (1952 a 1970) foram instaladas 43 adegas cooperativas no território da JNV, das quais 30 constavam no plano proposto.<sup>143</sup> Inicialmente, durante este período, o número de adegas instaladas a cada ano mantem o ritmo da fase anterior, sendo instaladas uma a duas adegas cooperativas anualmente. Contudo, a partir de 1957 estes números aumentam gradualmente, atingindo o pico em 1960, ano em que são construídas sete adegas. A partir desse ano, cria-se uma alternância entre anos de maior construção e anos em que são implantadas poucas adegas cooperativas.

Até 1952 (data de elaboração do plano) foi solicitada à Junta a instalação de 21 adegas, 14 destes pedidos foram concretizados. “Estes pedidos de instalação de adegas, reveladores do interesse que o cooperativismo vem merecendo nas mais diversas regiões do País, constituem um dos factores que hão-de presidir à determinação de prioridades de construção.”<sup>144</sup>

143 As adegas cooperativas instaladas em regiões onde já existiam adegas em funcionamento (constituídas durante a primeira fase, nomeadamente Almeirim e Mealhada) não foram contabilizadas como adegas planeadas nem como adegas não planeadas. Uma vez que, apesar de constarem no plano, este referia-se apenas às adegas já em funcionamento, e não as que foram posteriormente construídas.

144 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952, p.357

Olho Marinho  
Óbidos  
A-dos-Negros

VIII Zona do Baixo Zêzere

Chão de Couce  
Figueiró dos Vinhos  
Ferreira do Zêzere  
Olival  
Vila Nova de Ourém  
Madalena  
*Tomar*  
*Rossio ao S. do Tejo*

IX Zona da Beira Baixa

Belmonte  
*Covilhã*  
Penamacor

X Zona do Oeste

Miragaia  
Reguengo Grande  
Moita dos Ferreiros  
Roliça  
Carvalhal  
Vermelha  
Figueirós  
Cadaval  
Vilar  
A Dos Cunhados  
Campelos  
Ramalhal  
S. Pedro da Cadeira  
Carvoeira  
Turcifal  
*Dois Portos*  
Lages da Freiria  
Abrigada  
Merceana  
Meca  
Santo Estêvão  
Sant'Ana da Carnota  
*Arruda dos Vinhos*  
*Azueira*  
Caeiros  
Cheleiros

XI Zona Ribatejana

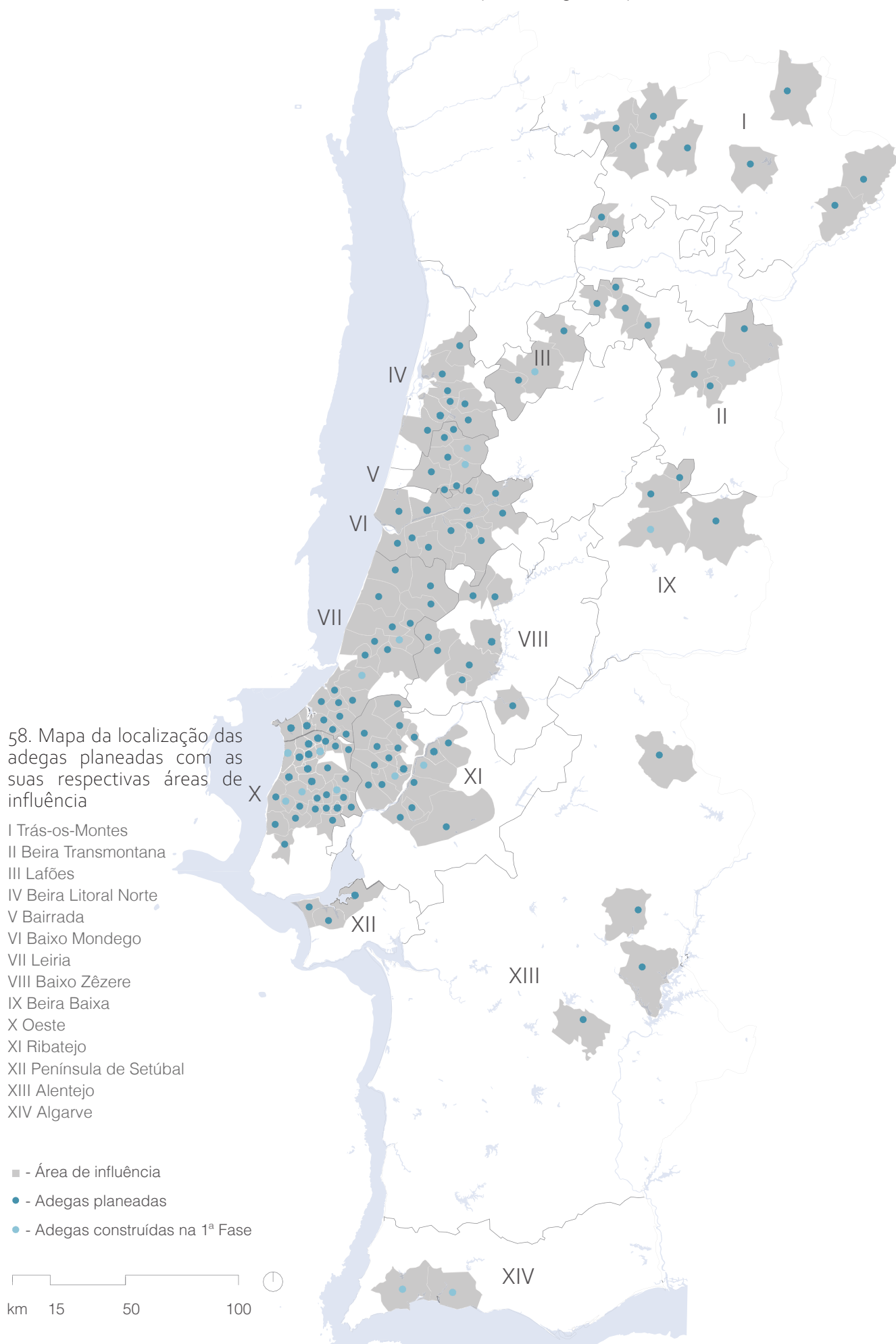
*Rio Maior*  
Marmeleira  
Secorio  
Almoster  
Amiais de Cima  
Tremez  
Alcanhões  
Vale de Santarém  
Pontével  
*Massuça*  
*Aveiras de Cima*  
Vale de Cavalos  
Alpiarça  
Benfica do Ribatejo  
Marinhais  
Salvaterra de Magos  
Coruche

XII Zona de Setúbal

Montijo  
Caparica  
Arrentela

XIII Zona Alentejana

Borba  
Redondo  
Reguengos de Monsaraz  
*Vidigueira-Cuba*





Lista das adegas constituídas durante a 2.ª fase (1952-1969)<sup>145</sup>

- 1952 *Águeda*  
*Arruda dos Vinhos*
- 1953 *Martim Rei*
- 1955 *Palmela*
- 1956 *Chaves*
- 1957 *Cantanhede*  
*Covilhã*  
*Moimenta da Beira*
- 1958 *Borba*  
*Bragança*  
*Chamusca*  
*St. Isidro de Pegões*  
*Valpaços*
- 1960 *Carvoeira*  
*Almeirim (2)*  
*Fig. de Castelo Rodrigo*  
*Mealhada (2)*  
*Redondo*  
*Souselas*  
*Vila Franca das Naves*
- 1961 *Coruche*  
*Portimão*
- 1962 *Alcanhões*  
*Batalha*  
*Portalegre*  
*Tarouca*
- 1963 *Macedo de Cavaleiros*  
*Vidigueira*
- 1964 *Benfica do Ribatejo*  
*Dois Portos*  
*São Romão*  
*Sobral de Monte Agraço*
- 1965 *Granja*  
*Merceana*  
*Ribeira de Oira*  
*Tomar*
- 1966 *Vermelha*
- 1967 *Gouxá*  
*Sendim*
- 1969 *Azueira*  
*Cadaval*  
*Tavira*  
*Vilarinho do Bairro*

Na concretização das solicitações de adegas é de sublinhar que em diversas zonas as primeiras adegas instaladas, durante esta fase, são aquelas que já teriam sido requisitadas à Junta. Bem como, nas zonas com menor taxa de implantação de adegas, estas terão sido as únicas infraestruturas instaladas (como nas zonas de Leiria, Baixo Zêzere e Beira Baixa).

No plano para esta rede, as zonas com maior número de adegas cooperativas são, naturalmente, as quatro zonas de maior importância. A zona Oeste teria projetadas 26 adegas cooperativas, além das 5 já construídas, contudo apenas foram instaladas 7. Esta foi a zona do território da JNV com mais adegas constituídas durante esta fase, mantendo a tendência já verificada na fase anterior. Para a zona de Leiria estariam programadas 19 adegas cooperativas, a única adega instalada foi a da Batalha; no Ribatejo estariam delineadas 17, foram instaladas 3 adegas do plano e 2 fora; a Bairrada, devido à sua área menor, iria contar apenas com 6, sendo 2 construídas durante esta fase.

A seguir à zona Oeste as três zonas com o maior número de adegas cooperativas constituídas durante este período são: a zona de Trás-os-Montes e da Beira Transmontana, ambas com 5 adegas do plano constituídas, seguidas do Alentejo, com 3 adegas concretizadas, esta última zona é a única que concretiza todas as adegas planeadas até à extinção da JNV.

Pelo contrário, as zonas onde o plano inicialmente previsto tem menos sucesso são, por esta ordem: a zona de Leiria, seguida da região do Baixo Mondego e por fim, a Beira Litoral Norte e o Baixo Zêzere. Deduz-se que esta situação se deva ora às entidades locais ora à fraca aderência dos vinicultores destas regiões ao sistema cooperativo. A única zona sem qualquer adega planeada é o Algarve, pelos seus níveis de produção vitivinícola bastante baixos, além das duas adegas instaladas durante o primeiro “momento”, não se justificando a instalação de mais infraestruturas na região.

“(…) esta zona pode considerar-se das mais adequadas ao desenvolvimento das adegas cooperativas. De resto, as duas adegas já lá instaladas são disso prova evidente. Porém, a fraca produção e a sua dispersão sem montantes elevados não possibilitarão a criação de muito mais adegas do que as já existentes.”<sup>146</sup>

145 As adegas cooperativas solicitadas até à data do plano estão a itálico, e as instaladas fora do plano estão a cinzento.

146 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. p.221

Uma vez que o plano para a rede de adegas cooperativas foi extensamente estudado, os autores aconselharam “(...) a não se instalar outras adegas que não sejam as que constituem a rede (...) planificada, pretende-se apenas que qualquer alteração ao que se apresentou deva ser objecto de estudo cuidadoso de todo o conjunto (...)”<sup>147</sup>.

Analisando os números e a taxa de execução das adegas, o Plano de 1953 aparenta não ter sido bem-sucedido, contudo a questão é um pouco mais complexa. Ao longo desta fase os panoramas económico, social e vitivinícola do país sofrem profundas alterações, obrigando a diversas adaptações e revisões do Plano inicialmente proposto.

Durante este período, onze adegas cooperativas foram instaladas fora do plano. Depreende-se, pelas suas localizações, que as adegas cooperativas não planeadas, localizadas nas zonas do Algarve e Alentejo, tenham surgido por carências locais de laboração dos produtos vinícolas. Não obstante não estar planeada a construção de muitas infraestruturas nestas regiões, foram instaladas mais do dobro das adegas projetadas. A região do Alentejo torna-se um caso isolado, uma vez que inicialmente era uma zona de baixa produção vinícola, onde não se justificava a construção de uma densa rede de adegas. Contudo, com o auxílio da Junta de Colonização Interna, que através do seu trabalho, incentivou o desenvolvimento da vitivinicultura, deu-se uma transformação no panorama vitivinícola da região<sup>148</sup>.

As restantes adegas, pela sua localização, surgem pela reconsideração dos técnicos da JNV, devido a necessidades locais, ou como alternativa à impossibilidade de implantar as adegas nos lugares inicialmente previstos.

“A distância média das vinhas à adega, para a entrega da uva, foi calculada em 3,9 km, o que denota a preocupação de estabelecer áreas de influência compatíveis com os precários meios de transporte à disposição do viticultor na época.”<sup>149</sup>

147 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952. p.358

148 “No caso do Alentejo, é de realçar o trabalho da Junta de Colonização Interna que, entretanto, promoveu naquela região a instalação de colonos e o desenvolvimento da viticultura, justificando essa instalação mais adegas.” in Miguel, António Cerca. “O tempo do cooperativismo vinícola em Portugal” in *Cultivar. Cadernos de Análise e Prospetiva*. n.º24. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, dezembro de 2021. p. 84

149 Miguel, António Cerca. “O tempo do cooperativismo vinícola em Portugal” in *Cultivar. Cadernos de Análise e Prospetiva*. n.º24. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, dezembro de 2021. p. 83

O transporte das uvas, que à data do plano se realizava maioritariamente através de tração animal, foi um fator fundamental na decisão dos locais de implantação das adegas, e respetivas áreas de influência. Durante este segundo “momento” de construção, a mecanização dos transportes permitiu aumentar as distâncias percorridas até às adegas, ampliando a área de influência de cada adega e por conseguinte a sua capacidade de laboração. Deste modo, devido à evolução dos meios de transporte, o plano inicial foi revisto, aumentando a capacidade de cada adega e diminuindo, em proporção, o número de adegas instaladas.

Contudo, esta decisão afastou vários vitivinicultores de menores dimensões, uma vez que os seus níveis de produção não justificariam os custos de transporte.

“Contrariamente ao previsto no plano não foram os vinicultores de menor dimensão que, em termos relativos, mais se integraram nas cooperativas. As adegas cooperativas facilitaram sobretudo a relação com o mercado dos vinicultores de dimensão média (...). O aumento da dimensão das adegas cooperativas registado nos anos seguintes, juntamente com um alargamento da área de influência da adega, levou entre outras consequências a um aumento dos custos de transporte para a adega, que afasta decisivamente muitos pequenos vinicultores.”<sup>150</sup>



60. Carro de bois carregado de uvas, na chegada à adega

150 Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*. Lisboa: ISA, 1993. p.31

## Concentração: o declínio do Estado corporativo (1970-1986)

No final da década de sessenta o Estado já não possui a força e estabilidade de outrora, apesar das tentativas de aparência de ordem. A visível perda de faculdades de Salazar, e as divisões dentro da administração, prejudicam a política em geral, sendo a situação controlada apenas através de censura. A repressão tornou-se o único meio de perpetuação do regime, tornando clara a necessidade de mudança.

Em setembro de 1968, Oliveira Salazar sofre um acidente que compromete a sua permanência no ativo. No dia 27 do mesmo mês, o Presidente Américo Tomás chama Marcelo Caetano para ocupar o cargo vacante. Marcelo Caetano, consciente da situação que herda, procura perpetuá-la colocando em prática apenas ligeiras alterações. Atenua um pouco a repressão anteriormente imposta, moderando a atividade de censura e os poderes da PIDE. Contudo, a estrutura do Estado Novo foi mantida na sua essência: a guerra colonial não abrandou, continuaram a não ser permitidos partidos políticos e o sistema corporativo manteve-se em pleno.

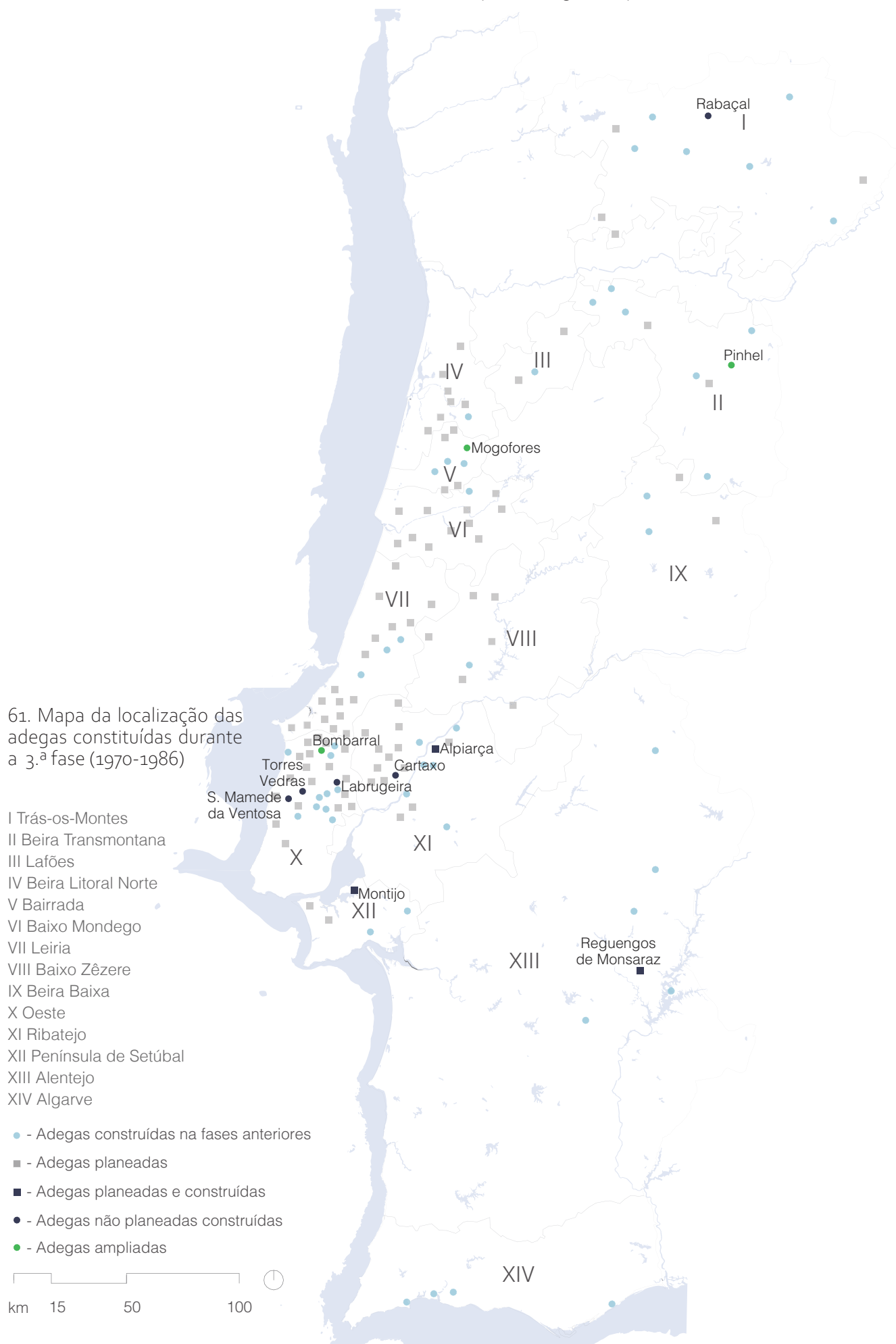
No final de 1969, a tolerância de Marcelo Caetano para com os grupos da oposição chega ao fim. Muitos dirigentes da oposição, entre eles Mário Soares, viram-se obrigados a novo exílio, e outros foram seguidos e encarcerados.

“Politicamente, o Estado Novo mostrava-se incapaz de renovação e de abertura, não só pela rigidez e o arcaísmo das suas estruturas, mas também pelo peso de um grupo de «históricos», chefiados pelo próprio Presidente da República, Américo Tomás.”<sup>151</sup>

A partir da década de 70, em função da situação económica e política do país, a rede de adegas cooperativas da Junta Nacional do Vinho entra numa nova fase. A instabilidade social e política, associada aos problemas financeiros que surgiam devido à Guerra do Ultramar, levaram ao fim das políticas de desenvolvimento económico.

Todavia, a capacidade de armazenagem da rede de infraestruturas da JNV, continuava insuficiente. Não sendo viável continuar a instalar adegas cooperativas ao ritmo das fases anteriores, a Junta vê-se obrigada a rever as estratégias traçadas no Plano de 1953. Neste terceiro “momento”, a JNV adota uma política de ampliação das instalações dos principais armazéns já existentes, aproveitando para modernizar as estruturas com novos equipamentos, necessários à produção.

151 Marques, A.H. de Oliveira. *Brevíssima História de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2018. p. 207



Durante este último período foram instaladas oito adegas cooperativas na área de jurisdição da JNV. Das adegas constituídas, apenas três constavam no plano elaborado em 1953 (Reguengos de Monsaraz, Montijo e Alpiarça). Das restantes adegas, apenas a da Labrugeira e do Rabaçal não foram mencionadas no plano, uma vez que as outras três adegas cooperativas foram instaladas em locais onde já existiam infraestruturas em laboração (Torres Vedras, São Mamede da Ventosa e Cartaxo). Este conjunto de adegas surge para reforçar a rede já existente e, apesar de se localizarem em áreas de influência já abrangidas, as três últimas não se tratam de ampliações, uma vez que são instaladas em novos edifícios, distantes das infraestruturas existentes. Em Pinhel, Mogofores e Bombarral adotou-se a estratégia contrária e foram ampliados os edifícios já existentes.

Lista das adegas constituídas durante a 3.º fase (1970-1986)<sup>152</sup>

1971	Reguengos de Monsaraz S. Mamede da Ventosa (2) Torres Vedras (2)
1973	Montijo
1974	Cartaxo (2)
1975	Alpiarça Labrugeira
1979	Rabaçal

Em continuidade com as fases anteriores, as zonas com maior número de adegas instaladas nesta fase são a zona Oeste e o Ribatejo.

Em fevereiro de 1974, o general António Spínola<sup>153</sup> publica, com a autorização de Costa Gomes<sup>154</sup>, um livro da sua autoria intitulado *Portugal e o Futuro*, onde crítica as políticas governamentais tanto internas como externas, anunciando entrelinhas a ideia de um golpe de Estado. O livro de Spínola foi o dispositivo que acabou por desencadear a vontade de ação, e a partir daí os acontecimentos desenrolaram-se a grande velocidade.

A 16 de Março, do mesmo ano, emerge uma primeira revolta militar, nas Caldas da Rainha, que é rapidamente abafada.

“Foram dias foram anos a esperar por um só dia.  
Alegrias. Desenganos. Foi o tempo que doía  
Com os seus riscos e seus danos. Foi a noite e foi o dia  
Na esperança de um só dia.”<sup>155</sup>

Pouco tempo depois, a 25 de Abril de 1974, eclode de novo um movimento militar, que se desenrolando com maior rapidez e precisão, coloca fim ao regime. Houve muito pouca resistência e quase nenhum derramamento de sangue, rendendo-se o governo em Lisboa. Constituí-se a Junta de Salvação Nacional, sob a chefia de António Spínola. É assim o fim do Estado Novo.

152 As adegas cooperativas instaladas fora do plano estão a cinzento.

153 Antigo governador da Guiné e militar de carreira, António de Spínola, chega a desempenhar as funções de presidente da Junta de Salvação Nacional e de presidente da República durante alguns meses, após o 25 de abril de 1974.

154 Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas (1972-1974). Sucedeu António de Spínola. Ocupou o cargo até junho de 1976, altura em que as primeiras eleições livres ditaram a eleição de António Ramalho Eanes.

155 Alegre, Manuel. “Trova do Mês de Abril” in *Atlântico*. Lisboa: Dom Quixote, 1981

Com a orientação do Governo Provisório, após o fim do Estado Novo, surgiu a necessidade de reestruturação dos organismos de coordenação económica. Depois de várias propostas, a Junta Nacional do Vinho continuou a exercer a sua atividade de regulação do sector vitivinícola, contudo com algumas alterações devido à nova realidade.

Após 25 de abril de 1974, ainda foram instaladas três adegas cooperativas: a adega de Alpiarça, da Labrugeira e do Rabaçal. Com o processo de adesão de Portugal à CEE<sup>156</sup>, e a necessidade de reestruturação do setor económico, a Junta Nacional do Vinho foi extinta em 1986. Para a suceder foi criado o Instituto da Vinha e do Vinho, reunindo sob a sua jurisdição todos os assuntos que a Junta anteriormente coordenava.

À data da adesão de Portugal à CEE estavam a laborar em Portugal 121 adegas cooperativas, estando 67 sob a jurisdição da Junta Nacional do Vinho. Das 141 adegas pensadas no Plano de 1953, foram instaladas 49. Porém, além das adegas inicialmente previstas, foram instaladas mais 18 em novas localizações, para substituir o conjunto de adegas de menor dimensão previamente projetados.

Como seria espectável as regiões onde foram instaladas mais adegas cooperativas ao longo da atuação da JNV são aquelas onde o esteio cooperativo estaria mais desenvolvido. Estas seriam as zonas com os níveis mais altos de produção vitivinícola e conseqüentemente as que veriam mais vantagens nesta nova rede de infraestruturas.

“Apesar da realização incompleta do Plano, de tudo isto resta a grande certeza de que o movimento cooperativo, lançado em boa hora na primeira metade do século passado, e as suas Adegas Cooperativas, foram o elemento estruturante e determinante da qualidade atual do vinho português e do êxito crescente que o setor tem adquirido a nível mundial.”<sup>157</sup>

156 Comunidade Económica Europeia

157 Miguel, António Cerca. “O tempo do cooperativismo vinícola em Portugal” in *Cultivar. Cadernos de Análise e Prospetiva*. n.º24. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, dezembro de 2021, p. 86

# Reconhecimento das adegas cooperativas:

## o lugar, a planta, a expressão

Não obstante os diversos planos desenvolvidos durante a atuação da JNV, a instalação das adegas cooperativas não se realizou num momento único, ou seja não foi resultado de uma projeto singular fechado, conduzido por uma só equipa. Na realidade, a rede de edifícios constituída pela Junta, foi resultado de um longo trajeto marcado pelas decisões dos diferentes técnicos e dirigentes da JNV, pelos avanços e recuos das políticas do organismo e também pelo panorama social e económico do país. Como consequência, este património edificado apresenta uma polifonia de soluções, reflexo das diversas fase políticas, sociais e económicas que o organismo atravessou, e também do contributo dos diversos autores envolvidos. Ao analisar o objeto de estudo é fundamental ter em conta o panorama arquitetónico nacional, que sofreu profundas alterações ao longo da constituição desta rede.

Para compreender a complexidade desta rede de adegas dividimos o seu estudo em três temas de aproximação, acompanhados por três escalas de análise distintas: O lugar, a implantação e a expressão. Exploramos o objeto de estudo através destes três pontos, cruzando as escalas de modo a facilitar a compreensão dos tópicos abordados.

O primeiro tema aborda os lugares de implantação das adegas a uma escala regional. Estudamos os problemas encontrados, os critérios estabelecidos na escolha dos lugares e as metodologias de projeto, para a compreensão das soluções.

Na segunda escala analisamos os princípios de implantação, a caracterização do programa e as formas que este assume nos objetos de estudo. Focamos também na articulação das diversas áreas das adegas, das suas diferentes espacialidades e do modo como estas se refletem na composição dos edifícios.

Continuamos no modo como a planta e o programa se refletem na imagem do edifício. Nesta última escala de leitura do objeto, exploramos algumas obras que consideramos pertinentes para este debate, de modo a analisar os princípios de composição volumétrica, as materialidades escolhidas, os sistemas construtivos e a expressão arquitetónica resultante.

62.



63.



62. Adega cooperativa da Olhalvo, 1950. Esta adega insere-se num contexto rural, longe de qualquer núcleo urbano.

63. Adega cooperativa de Chaves, 1956.

## A distância na escolha dos lugares de implantação

Conforme abordado anteriormente, a escolha dos lugares de implantação das adegas cooperativas foi uma premissa fundamental, a seleção dos locais apropriados providos das condições necessárias viria a determinar o grau de sucesso desta rede.

A distância é um elemento central na determinação dos locais de implantação. Este fator desempenha um papel decisivo no planeamento desta rede no território, começando por condicionar o número de adegas a instalar por zona, bem como o seu tipo e o próprio desenho dos edifícios, uma vez que parte do programa se centra no acesso e chegada das uvas à adega. Nesta escala de análise identificam-se duas distâncias fundamentais: a distância das vinhas até à adega e distância da adega aos centros urbanos ou às habitações dos vinicultores.

A maioria dos edifícios construídos durante o primeiro período, não foram construídos de raiz. Tratando-se sobretudo de armazéns da FVCSP adaptados e desenvolvidos para integrarem adegas cooperativas (tanto no seu interior como em edifícios adjacentes). Neste contexto, os locais de implantação dependem da disponibilidade dos edifícios existentes. Ainda assim, os armazéns da FVCSP são instalados em locais estratégicos, com vista à instalação de adegas numa fase posterior. Durante este período, a estruturação desta rede foi uma preocupação secundária, em relação à disponibilidade dos locais de implantação.

Após o primeiro “momento” de produção, a rede de adegas cooperativas da JNV foi considerada como um todo, sendo a sua disposição no território uma premissa fundamental do projeto. Conforme abordado anteriormente, no âmbito do Plano de 1953, após a subdivisão do país em 14 zonas vitivinícolas, a etapa seguinte consistiu em realizar um estudo detalhado de cada região. Essa abordagem revela a intenção de adequar as intervenções aos seus contextos específicos, atendendo às suas circunstâncias e necessidades individuais, influenciando também a escolha dos locais e tipos de edifícios a serem implantados.

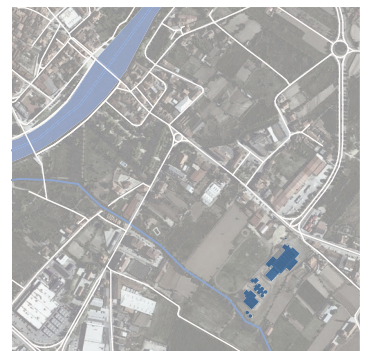
Ao analisar o conjunto de equipamentos instalados, compreende-se que a maioria não se localiza nos centros urbanos, porém, também não se encontram em locais completamente remotos. Estas infraestruturas são estrategicamente localizadas, num contexto de periferia urbana, dentro das regiões onde se inserem.



64. Adega cooperativa do Bombarral, 1952. Fotografia de contexto.



65. Ortofotomapa da adega cooperativa de Olhalvo, 1950.



66. Ortofotomapa da adega cooperativa de Chaves, 1956.



67. Adegas cooperativa de Moimenta da Beira, 1958



68. Ortofotomapa da adegas cooperativa de Moimenta da Beira, 1958



69. Ortofotomapa da adegas cooperativa da Carvoeira, 1960

Esta escolha levava em consideração a facilidade de acesso a boas vias de comunicação, além da proximidade com outras indústrias produtoras de matérias-primas. Atendendo também ao custo mais acessível dos terrenos, permitindo a aquisição de áreas maiores para a construção das instalações e possíveis expansões futuras.

Outro fator importante é o impacto nas áreas residenciais. Ao serem localizadas em áreas periféricas, as adegas cooperativas causam menos interferência e conflito com áreas de habitação. Embora sejam fundamentais para os vitivinicultores no seu cotidiano, estes edifícios possuem uma importância secundária na vida social das regiões.

A diversidade de níveis de urbanização em cada região leva à instalação das adegas em dois contextos distintos. Em algumas regiões, são localizadas em periferias urbanas, integradas em áreas de menor relevância dentro da região. Em regiões menos desenvolvidas urbanisticamente, são instaladas em edifícios mais isolados na paisagem, em locais providos das vias de acesso adequadas. Essa distinção reflete as particularidades de cada região e a disponibilidade de espaços apropriados para a sua implantação.

Durante o primeiro “momento” de construção, apesar de apenas as adegas de Lagoa, Lagos, Lafões, Fundão, Mogofores e Bombarral serem instaladas em edifícios construídos para esse propósito, denota-se já uma preocupação com as questões levantadas. Apesar das situações distintas, salvo a adega de Pinhel (que é instalada no antigo quartel militar, assumindo uma posição mais central), desde logo as adegas cooperativas são instaladas em contextos periféricos. Apontam-se os casos das adegas de Lafões e Olhalvo que são instaladas em contextos mais isolados que as restantes.





A importância que os caminhos de ferro têm no funcionamento destes equipamentos traduz-se no modo como influenciam as suas implantações. Destacam-se as adegas da Mealhada, Torres Vedras, Palmela, Mogofores, Dois Portos, entre outras. Através destas infraestruturas, o transporte de bens e mercadorias entre adegas e para os mercados e centros de consumo é facilitado, permitindo uma redução de custos.



73 e 74. Cais ferroviário da adega cooperativa da Mealhada, 1951.

Os rios e cursos de água também foram elementos que influenciaram a escolha dos locais. Podemos observar esta tendência nas adegas de Águeda, Arruda dos Vinhos, Olhalvo, Chaves ou Valpaços. A conveniência dos cursos de água em alguns casos deve-se ao transporte de bens, contudo na maioria a sua presença auxilia através do facilitismo de possuir uma fonte de água fiável para a produção do vinho.



75. Ortofotomapa da adega cooperativa da Mealhada, 1951

Concluindo este tema compreendemos que cada adega foi estudada e considerada individualmente, através de critérios que iam desde: a relação das adegas com as vinhas que as iriam servir; a adesão das instituições e vitivinicultores locais; a relação dos edifícios com as vias de comunicação (estradas regionais, caminhos de ferro e cursos de água); e a distribuição da rede no território, tendo em conta a relação e a distância entre as diversas infraestruturas vitivinícolas (além das adegas cooperativas e privadas, havia a considerar também os armazéns e as destilarias). A escolha dos lugares nesta rede de adegas cooperativas é uma questão fundamental que considera diversos aspetos que contribuem para o bom funcionamento do setor vitivinícola e para uma melhor relação com o seu contexto.



76. Ortofotomapa da adega cooperativa de Águeda, 1952

77. Cais fluvial da adega cooperativa de Águeda, 1952



## O percurso como tema de desenho do programa

“Importa depois estudar cada adega de *per si*. Inquire-se o número provável de associados, da capacidade média de laboração e das possibilidades de um eventual alargamento. Estuda-se o tipo de Adega e processo de fabrico mais adequado à região e à definição do tipo de vinho a produzir e a manter.

Escolhem-se os processos de conservação. Prevê-se o material e a utensilagem compatíveis com a capacidade de laboração e o produto a fabricar. Estudam-se as suas relações com as outras adegas sob todos os aspetos possíveis.

Estabelece-se, por fim, o diagrama fabril mais compatível com as condições técnico-económicas locais e regionais.”<sup>160</sup>

A rede de adegas cooperativas surgiu para responder a uma série de necessidades e problemas sentidos pelo setor vitivinícola, tanto a nível nacional, como local. Pela complexidade e pluralidade das funções a desempenhar, as adegas são edifícios ambivalentes que integram uma miríade de programas.

Observando a polifonia de soluções, compreende-se que não foi criado um projeto tipo ou uma solução aplicada a todas as situações, cada edifício foi adaptado ao seu contexto e às condições específicas do lugar, da produção e dos meios disponíveis. Admitindo que cada adega se apresenta como um caso único, para compreender o seu programa e a sua organização, iremos abordar a questão de um modo mais abstrato numa primeira fase, para em seguida analisarmos mais concretamente o objeto de estudo.

“(…) a JNV para o desempenho cabal das suas funções, tinha necessidade de se dotar de infra-estruturas que lhe permitissem cumprir a missão de que estava incumbida, uma vez que a “concentração de reservas” em grandes unidades estava na génese da sua criação.”<sup>161</sup>

As adegas cooperativas desenvolvidas pela JNV são compostas por seis áreas principais, diretamente relacionadas com as funções que estas deveriam desempenhar: área de recebimento das uvas, área de vinificação ou transformação, área de armazenamento, área de destilação, laboratórios de análise e controlo de qualidade e área administrativa.

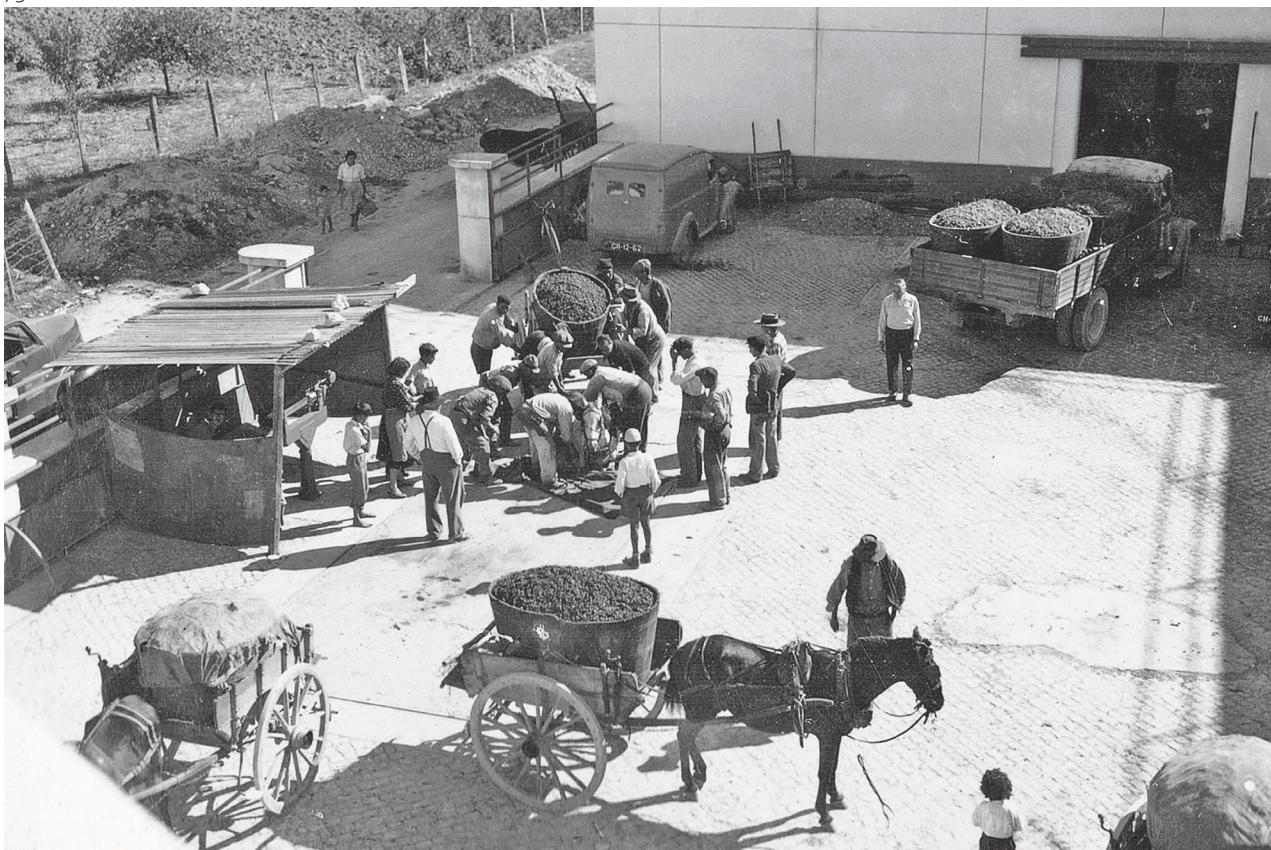


78. Esquema da distribuição programática das adegas cooperativas

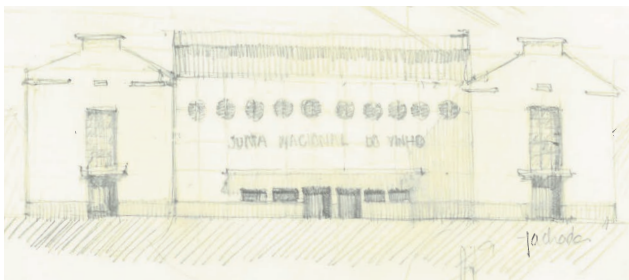
160 Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Solução cooperativista da armazenagem de vinhos” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952

161 Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.86

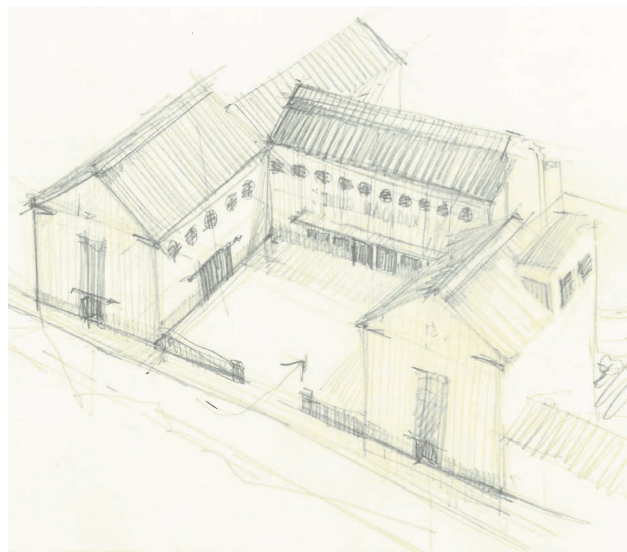
79.



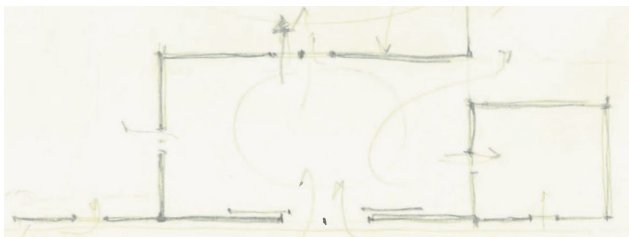
80.



81.



82.



79. Fotografia da chegada das uvas à adega cooperativa do Cartaxo

80-82. Desenhos de estudo do espaço de chegada e volumetria adega cooperativa de Cartaxo

83 e 84. Fotografia da chegada das uvas à adega cooperativa do Cartaxo



Numa primeira aproximação à questão da implantação notamos a diversidade de soluções que estas infraestruturas apresentam. Para a compreensão do objeto de estudo, exploramos os temas de desenho, as metodologias de projeto e a evolução na implantação destes edifícios, ao longo do desenvolvimento desta rede.

Analisando a procura de temas comuns e elementos estruturadores de composição na planimetria, compreendemos a complexidade apresentada pela diversidade destas estruturas, o que impossibilitou estabelecer uma relação direta entre os vários edifícios ou agrupar soluções. Ainda assim, identificamos algumas questões que são transversais a quase todas as adegas.

A primeira questão prende-se com o posicionamento dos edifícios na relação com o contexto que os conforma. Na maioria dos casos, estas estruturas são implantadas numa posição distante das vias de comunicação, que delimitam a sua propriedade, garantindo com este afastamento deliberado espaço livre para a circulação de veículos na área exterior da adega. Sublinhamos a atenção dada ao desenho dinâmico dos percursos dentro do espaço da adega, assim como a disposição estratégica dos seus programas e funções. O alçado principal, na maioria dos casos, direcciona-se para a entrada do recinto ou para a área de chegada.

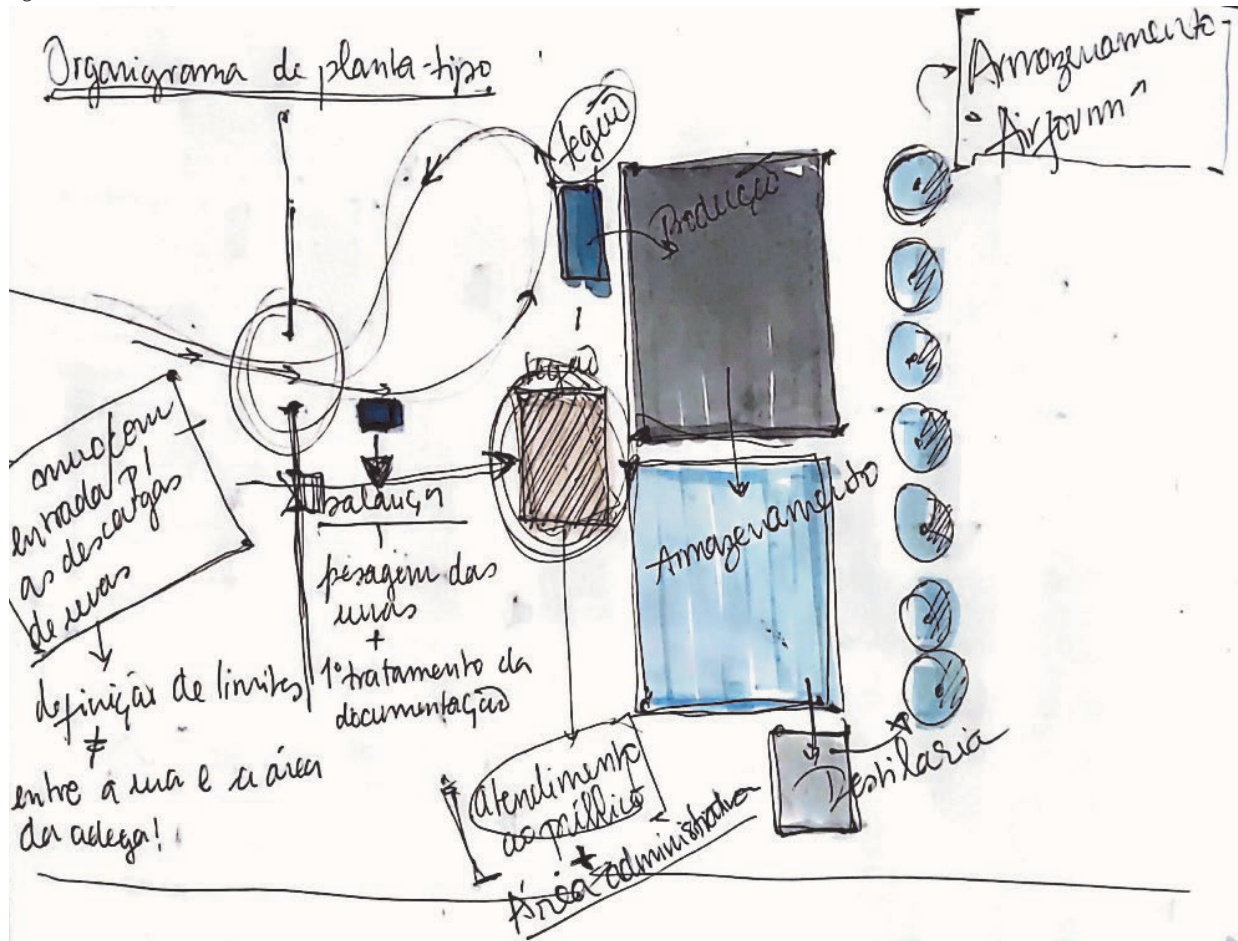
Em várias soluções observamos que a orientação das adegas e os seus princípios de composição são definidos com base nos limites da propriedade ou nas vias e ruas associadas ao ponto de entrada.

No âmbito deste conjunto de infraestruturas, na leitura da sua a implantação e da sua volumetria, compreendemos que existe uma clara hierarquia programática, que se traduz na organização das diversas funções destes edifícios e na articulação das suas espacialidades.

Outro elemento constante é o muro que delimita a área dos edifícios. Este dispositivo privatiza o espaço da adega, estabelecendo uma separação clara entre este e o espaço público, as vias de comunicação e as ruas adjacentes. Esta delimitação contribui para uma maior clareza e definição destas infraestruturas, que muitas vezes são compostas por pequenos elementos que se encontram dispersos no recinto.

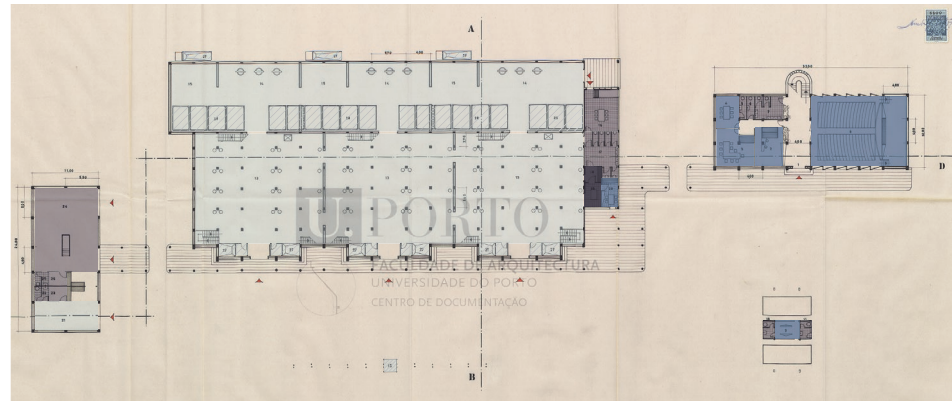
Analisando este espólio edificado, numa primeira instância, compreendemos que o seu desenho é desenvolvido em torno do momento de chegada das uvas à adega. Nalguns casos, os edifícios assumem uma forma em U, e mesmo nas situações em que se desenvolvem através de uma composição mais linear, a entrada inclui um largo ou pequena área

85.

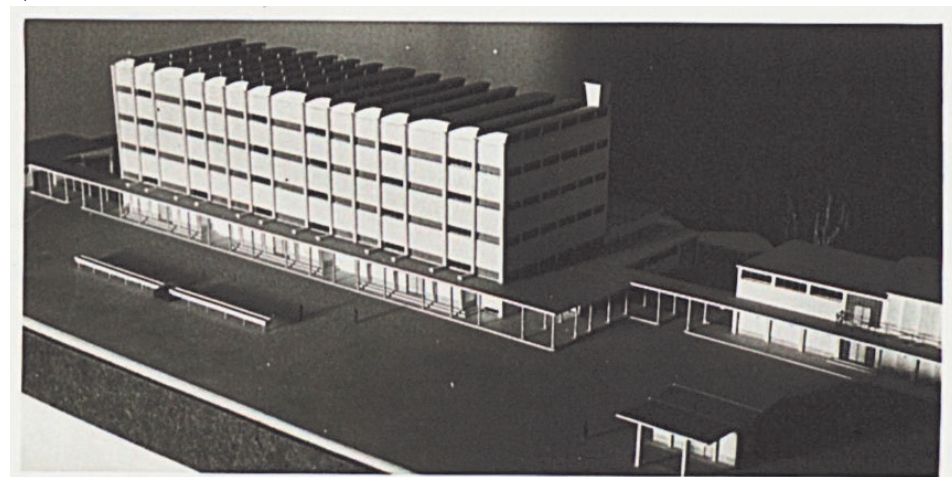


86.

- - Área administrativa
- - Instalações Sociais
- - Laboratório
- - Área de produção
- - Depósitos e equipamento



87.



85. Organograma de planta tipo com a distribuição dos diversos programas

86. Análise da distribuição programática, planta do piso 0, projeto da adega cooperativa de A-dos-cunhados

87. Maquete do projeto da adega cooperativa de A-dos-cunhados

de acolhimento. Este espaço assume um carácter central, de permanência e encontro, de trabalho e convívio característicos da vindima. As adegas cooperativas nesta primeira fase evidenciam, pela sua configuração, um sentido comunitário.

Ao estudar a sua evolução sentimos uma transição na composição dos volumes, que num momento inicial é aberta, acolhe e recebe, para posteriormente uma composição mais fechada, onde o percurso funciona em torno dos edifícios. Os espaços exteriores dos edifícios são desenhados em função do percurso de veículos e, em vez de um largo, são desenhados canteiros que conformam as vias de circulação. As adegas começam a ser pensadas de modo mais pragmático tendo em vista principalmente a contenção de custos e a facilidade de construção. O uso do betão armado torna-se mais corrente, o que acaba por afetar o modo de construir os edifícios, que passam a desenhar-se, principalmente, em função do sistema estrutural.

O abandono gradual do pátio de entrada relaciona-se, também, com a conceção mais informal dos espaços exteriores, de modo a permitir uma maior flexibilidade, caso seja necessário expandir a adega no futuro.

Sublinhamos alguns casos onde se denota grande cuidado no desenho dos arranjos exteriores, sendo a integração dos vários equipamentos, os pequenos espaços verdes e as vias de circulação, o que define estas áreas. Citamos alguns exemplos como Vila Franca das Naves, Mealhada II, Arruda dos Vinhos e Santo Isidro de Pegões.

Em termos morfológicos estes edifícios ora se apresentam como um conjunto de volumes ora se concentram num volume único. Contudo, devido à sua natureza industrial e à complexidade do seu programa, em ambas as situações denota-se a presença constante de questões como a economia de meios e a vontade de resolver o programa de forma simples e pragmática, com vista à optimização da produção. O conjunto de questões comuns abordadas demonstra que as adegas são desenhadas atendendo às necessidades funcionais, orientadas para a resolução de um programa utilitário.

Pela pluralidade das suas funções as adegas cooperativas são planeadas de modo a otimizarem a produção e facilitarem os processos de fabrico. A centralidade do percurso das uvas no desenvolvimento do desenho e distribuição do programa nos edifícios, faz com que seja relevante conduzir a sua análise segundo este critério.



O desenho do momento de entrada na área das adegas é influenciado por um acontecimento específico: a chegada das uvas. Durante o período da vindima a afluência a estas infraestruturas aumenta exponencialmente, sendo necessários equipamentos que agilizem esta etapa. A sua entrada é constituída por uma balança, um cais e um tegão<sup>162</sup>.

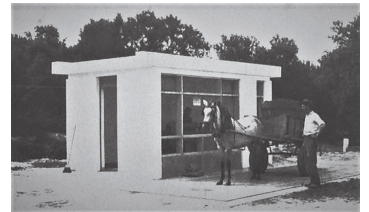
Pela sequência que estes equipamentos obrigam no seu uso, a questão do percurso está de novo presente. A solução deste espaço de entrada é desenhada de modo a resolver de forma prática os problemas apresentados. Os temas e questões observados a nível territorial prolongam-se no interior da adega, numa escala cada vez menor.

“A pesagem será feita numa báscula de 15 a 30 toneladas, com estrado cujas dimensões permitam a pesagem de grandes veículos, e localizada de modo a consentir desafogada circulação e manobra de carros, pois que, cada carro tem de ser pesado duas vezes.”<sup>163</sup>

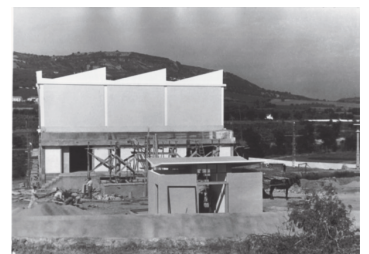
A balança é um equipamento que se encontra adjacente à entrada rodoviária, sendo com a pesagem das uvas que se inicia o percurso dentro da adega. São poucas as adegas que não possuem este equipamento, são os casos de Almeirim, Cartaxo, S. Mamede da Ventosa, Bombarral e Águeda. Presume-se que esta situação se deva, nos primeiros dois casos, ao facto de se tratarem de edifícios adaptados para adegas, e nos últimos três à natureza do desenho dos seus espaços de recepção. Algumas adegas não possuíam este equipamento numa fase inicial, sendo instalado posteriormente.

O edifício onde se encontra a balança é constituído por uma área para a pesagem das uvas e uma zona fechada, semelhante a uma guarita, com espaço para uma pessoa controlar e assistir no momento de pesagem. Geralmente, é instalado ao longo do caminho que vai da entrada ao cais rodoviário ou ao tegão. Em alguns casos encontra-se na área exterior de recepção da adega, adjacente à entrada, em alguns exemplos é integrada no volume do edifício principal, como é o caso da Adega do Fundão.

#### Área de recepção



91. Balança da adega cooperativa de Santo Isidro de Pegões



92. Adega cooperativa de Arruda dos Vinhos em construção, onde se observa a balança em primeiro plano.



93. Balança da adega cooperativa de Figueira de Castelo Rodrigo

162 Recipiente em forma de pirâmide invertida, destinado a uvas ou azeitonas, geralmente à entrada de adegas ou lagares. Este dispositivo remove os materiais indesejados, como galhos e folhas, antes de serem iniciados os processos de fermentação e prensagem.

163 Santos, Amadeu José P. dos. *Uma adega cooperativa*. Porto: ESBAP, 1958 [CODA]. p.4



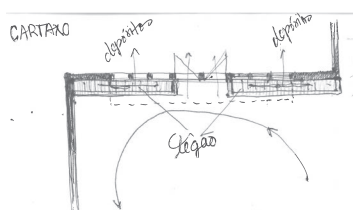
94. Cais ferroviário da adega cooperativa da Mealhada



95. Cais fluvial da adega cooperativa da Águeda



96. Tegão da adega cooperativa da Carvoeira



97. Desenho de análise do funcionamento do tegão da adega cooperativa de Cartaxo



98. Adega cooperativa de Cartaxo

Após a pesagem das uvas estas são transportadas até ao cais que pode possuir ou não um tegão, sendo que algumas as adegas possuem apenas um destes dispositivos outras apresentam ambos.

O cais trata-se de uma pequena área coberta, associada a um vão sobredimensionado da adega, de modo a permitir a entrada e saída das uvas e produtos vitivinícolas, bem como de matérias primas e equipamento. Observam-se três tipos de cais diferentes de acordo com a sua natureza: rodoviário, ferroviário e fluvial. O cais rodoviário é o mais comum, geralmente encontra-se sobrelevado em relação ao solo, para facilitar as cargas e descargas de veículos, sendo muitas vezes coberto para proteger das condições meteorológicas.

O tegão é um tanque ou grande recipiente onde são descarregadas as uvas e através de um sistema de tapetes rolantes se realiza o desengace<sup>164</sup>. Estes dispositivos facilitavam o momento de chegada das uvas à adega, pela sua conveniência na eliminação de passos anteriormente morosos, além desta vantagem, em muitos casos eram desmontáveis após o fim da vindima.

“A uva descarregada no tegão rolante é esmagada e separada do engaço; este cai em tinas próprias, donde é levado em carinhos para fora da adega e amontoado para ser vendido para a fabricação de estrume. O líquido é transportado através de tubos para tanques próprios à entrada do corpo da adega.”<sup>165</sup>

A área de entrada nas adegas é projetada de modo a facilitar a descarga das uvas de forma dinâmica, sendo a livre circulação de veículos a questão central do seu desenho. Perante o conjunto de programas que integram as adegas, o cais e o tegão são estrategicamente colocados, sendo considerada a sua relação com o momento de entrada na área da adega, a balança e a zona de produção.

Na maioria dos casos, devido à função que desempenha, o cais apresenta uma solução comum em quase todos os edifícios, encontrando-se integrado no edifício principal, geralmente adjacente à zona de produção.

O tegão, pelo contrário, já não apresenta uma resposta tão linear. Para este programa são encontradas diversas soluções e estratégias de localização, não existindo um modelo ou resposta única.

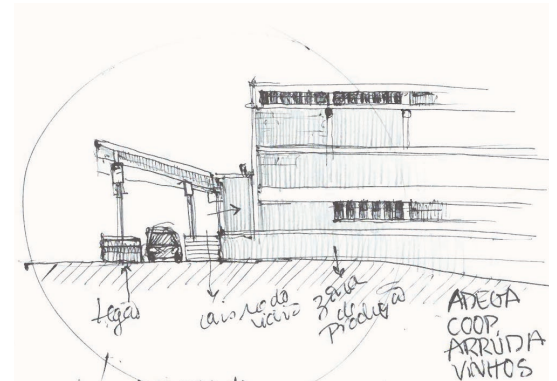
164 Desengace é o ato de tirar os bagos de uva do engaço.

165 Santos, Amadeu José P. dos. *Uma adega cooperativa*. Porto: ESBAP, 1958 [CODA]. p. 15

99.



101.



100.



102.



A solução mais comum é a integração deste programa no cais rodoviário, adjacente ou incluído no volume principal. Esta solução surge devido à sua conveniência no transporte do produto das uvas para o interior da adega, deste modo descartando a necessidade de complexos sistemas de tubagens ou mesmo do transporte do produto em carrinhos de mão. Observando os casos das adegas cooperativas de Cartaxo, Águeda e Lafões, entre outras semelhantes, identifica-se a presença do tanque do tegão na fachada, adjacente ao cais ou vão de entrada da adega, sempre acompanhado de um sistema de sombreamento.

Nas adegas cooperativas de Lagoa, Arruda dos Vinhos, Coruche, Portimão e Benfica do Ribatejo, a resposta a este programa apresenta uma nuance de desenho, uma vez que o tegão é instalado numa posição adjacente ao cais rodoviário, apenas afastado o suficiente para permitir a passagem de veículos. Resolvendo, de forma prática, o problema da dinâmica entre estes dois equipamentos na fachada.

A partir da segunda fase<sup>166</sup> de construção é cada vez mais recorrente o tegão volumetricamente separado da adega. Nestes casos os tanques são instalados estrategicamente, no exterior da adega, continuando a pos-

99. Desenho de análise da posição do tegão da adega cooperativa de Lagoa

100. Tegão da adega cooperativa de Lagoa

101. Desenho de análise do funcionamento do tegão da adega cooperativa de Arruda dos Vinhos

102. Adega cooperativa de Arruda dos Vinhos onde se observa o tegão na fachada

166 Durante a primeira fase esta situação apenas se observa na Adega Cooperativa da Lourinhã.



103. Tegão da adega cooperativa de Tomar



104. Tegão da adega cooperativa de Palmela

suir um sistema de cobertura. Numa etapa inicial o seu desenho e materialidade vai de encontro à linguagem do conjunto, denotando atenção e cuidado na integração deste equipamento. No final do segundo “momento” e durante o terceiro, este programa assume uma expressão mais prática e funcional, secundarizando a sua expressão, passa a ser construído em betão armado por vezes com cobertura em aço inoxidável. Deste modo reduz-se os custos e tempo de construção, permitindo também expansões futuras. Podemos observar esta solução de tegão nos casos de Dois Portos, Cadaval e Alpiarça, entre outros.

São de assinalar as adegas de São Mamede da Ventosa e Martim Rei onde a presença do cais e do tegão é um dos principais motivos de desenho. Estes equipamentos conferem qualidade arquitetónica a estes conjuntos edificados, através da intencionalidade expressiva e dimensão funcional resultantes do seu desenho e integração na fachada.

105.



105. Alçado da adega cooperativa de S. Mamede da Ventosa

106.



106. Alçado da adega cooperativa de Martim Rei

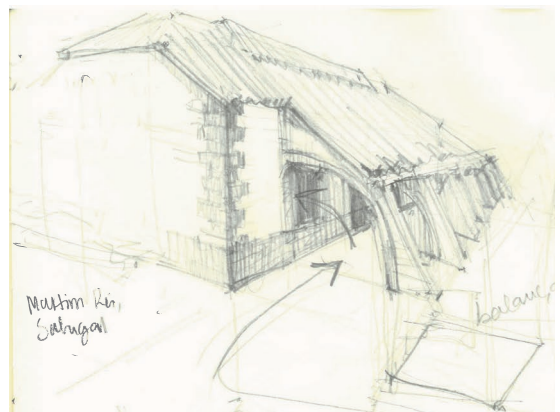
107. Desenho de análise da posição e funcionamento do tegão da adega cooperativa de S. Mamede da Ventosa

108. Desenho de análise da posição do tegão na adega cooperativa de Martim Rei

107.



108.



109.



110.



Após a chegada das uvas à adegas sucede a vinificação<sup>167</sup>. Ao longo da atuação da Junta, o sector vitivinícola evoluiu tornando-se cada vez mais técnico e mecanizado. Contudo, em muitos casos ainda se observa a forte presença dos métodos tradicionais nas adegas cooperativas, verificando-se uma combinação das duas vertentes na maioria dos casos. A utilização dos novos meios de produção variava bastante de acordo com o período de instalação das adegas, a disponibilidade de meios e recursos, associados ao local onde viriam a ser instaladas e a sua dimensão (volume de produção).

Tradicionalmente as uvas eram pisadas, contudo, com os avanços tecnológicos a partir dos anos 30, foram introduzidos métodos mais eficientes e higiênicos, incluindo o uso de prensas e tanques de fermentação (estes podem ser feitos de aço, betão ou madeira, sendo que cada material, pelas suas características, influencia o perfil do vinho resultante).

Das sessenta e sete adegas instaladas durante a vigência da JNV, apenas Almeirim, Torres Vedras, Lourinhã, Mogofores, Olhalvo e Bombarral, não apresentam a área de produção como volume principal. Refletindo, compreende-se que estes se tratam sobretudo de edifícios constituídos durante a primeira fase, num contexto de armazenagem, e apenas posteriormente terão sido adaptados para adegas cooperativas, justificando assim a diferença.

Nas restantes adegas a área dedicada à vinificação é localizada no volume principal, numa situação central, constituindo o “coração” das adegas cooperativas, indicando uma hierarquia programática.

167 Conjunto de operações para transformar as uvas em *mosto*, o suco das uvas que será fermentado para produzir o vinho.

#### Área de produção

109. Descarga e prensagem inicial das uvas no tegão

110. Prensagem das uvas na adegas cooperativa de Almeirim



111. Zona de produção da adegas cooperativa de Águeda

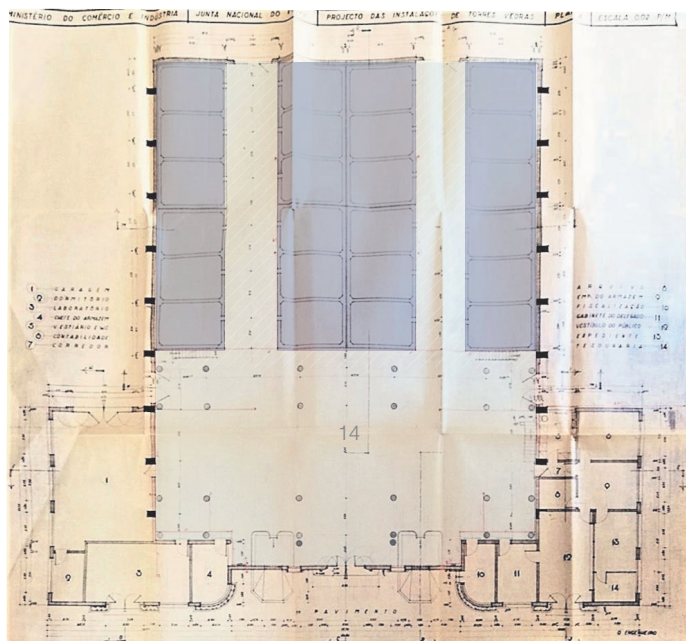


112. Corredor dos depósitos da adegas cooperativa de Pinhel

113.



114.



Planta piso 0



113. Mezaninos da área de produção da adega cooperativa de Torres Vedras

114. Análise da posição dos depósitos na planta do piso 0 adega cooperativa de Torres Vedras

115. Vista superior da área de produção da adega cooperativa de Torres Vedras

115.



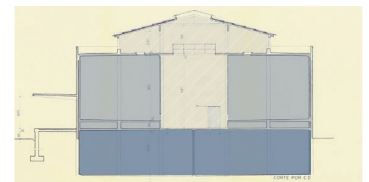
Associada ao tegão ou cais rodoviário é constituída uma zona de trabalho. Esta área consiste num espaço amplo, ambivalente e flexível, de modo a acompanhar a natureza cíclica da produção vitivinícola, permitindo flexibilidade e espaço para os equipamentos de grandes dimensões necessários<sup>168</sup>. Nos casos das adegas cooperativas com mais do que um piso esta área, geralmente, apresenta pé direito duplo, de modo a permitir o acesso visual a todo o espaço da adega.

Além desta área de trabalho, a zona de produção também é composta por tranques de fermentação, sendo estes os dispositivos que ocupam a maioria deste espaço. Em planimetria verifica-se que os tanques e depósitos flanqueiam um único corredor que resolve o acesso, diminuindo assim o espaço de circulação. Em muitos casos os tanques encontram-se sobrepostos de modo a diminuir a sua área de ocupação, instalando os de fermentação num primeiro nível subterrâneo. No caso das adegas cooperativas que possuem mais de um nível de depósitos o acesso aos níveis superiores é feito através de galerias e mezaninos.

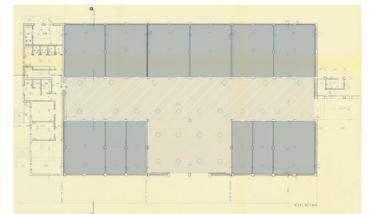
“[sobre o projeto da Adega Cooperativa de A-dos-Cunhados] (...) fomos conduzidos à solução apresentada onde se pretendeu conseguir aquele objectivo dispondo os depósitos ânforas em andares. Reduz-se assim, a área coberta, que convinha ser a menor possível, para evitar que a capacidade de armazenagem subterrânea, que fica sob a de fermentação, seja muito elevada.”<sup>169</sup>

Uma parte central das funções a desempenhar pelas adegas cooperativas era o armazenamento e envelhecimento dos vinhos. Como abordado anteriormente, numa fase inicial do arranque do movimento corporativo, a FVCSP/JNV procedeu á instalação de armazéns, para permitir a constituição de reservas e regularizar o mercado. Estes armazéns funcionavam não só integrados nas adegas (no interior ou adjacentes), mas também como edifícios isolados.

Dentro dos armazéns e núcleos de armazenagem os depósitos constituem o elemento principal. Após a chegada e transformação das uvas em *mosto*, os depósitos armazenam os produtos vinícolas, tanto para a fermentação como para o amadurecimento do vinho. Os depósitos no interior dos armazéns dedicavam-se à fermentação do *mosto*, por questões de conveniência. Devido às suas grandes dimensões os restantes depósitos localizavam-se no exterior, adjacentes à adega ou armazém.



Corte transversal por CD



Planta piso 0 m 10 20

- Espaços de circulação
- Depósitos de armazenamento
- Depósitos de fermentações

116 e 117. Análise da distribuição programática da área de produção do Projeto para o armazém de A-Dos-Francos, da autoria de Cassiano Branco, 1961

Área de armazenamento

168 “A área industrial da aparelhagem deverá ser considerada de modo a poder ampliar-se, se for necessário a instalação de maior número de máquinas.” in Santos, Amadeu José P. dos. *Uma adega cooperativa*. Porto: ESBAP, 1958 [CODA], p.5

169 Santos, Amadeu José P. dos. *Uma adega cooperativa*. Porto: ESBAP, 1958 [CODA], p. 6

Inicialmente, com a aquisição de adegas e armazéns privados, os depósitos existentes nesses edifícios eram construídos em alvenaria de tijolo ou betão armado, e alguns casos eram apenas toneis de madeira.

Com o arranque da rede de adegas da JNV, e a instalação de novos edifícios, foram adotados depósitos em betão armado. Esta decisão deve-se tanto a melhorias de higiene, como à economia de espaço e recursos. De modo a aumentar a capacidade de armazenamento das adegas e armazéns, adotou-se a construção dos depósitos num piso subterrâneo, sobrepondo-os de modo a formar dois ou mais andares, otimizando os espaços disponíveis. Estes depósitos encontram-se no interior das adegas e armazéns, sendo o seu elemento central, por questões de comodidade.

Nas adegas cooperativas constituídas durante a primeira fase, a área do volume principal dedicada a este programa de armazenagem é bastante superior. Esta situação deve-se a dois factores: a maioria dos edifícios tratam-se de armazéns da FVCSP/JNV adaptados para desempenharem também a função de adegas (sendo a armazenagem de produtos o seu programa inicial); além de durante esta fase ainda não serem utilizados outros tipos de depósitos (*airform* ou cilíndricos), sendo a armazenagem interna em tonéis e cubas de cimento o modo mais corrente de conservação dos produtos vinícolas.



118. Depósitos *airform* da adega cooperativa de Cartaxo



119. Depósitos *airform* da adega cooperativa de Bragança



120. Depósitos cilíndricos da adega cooperativa da Batalha

Na década de 60, surge uma nova solução de armazenagem: os depósitos *airform*. Estes surgem no exterior dos edifícios, de modo a aumentar rapidamente a capacidade de armazenagem da rede de adegas. Estes tornam-se convenientes pela sua rapidez de construção “(...) que se baseava na utilização de cofragem pneumática com a forma de calote esférica, em substituição dos vulgares moldes de madeira ou metálicos tradicionalmente usados, de montagem morosa e elevado custo, permitindo a construção em poucas horas.”<sup>170</sup>

Contudo, este sistema apresenta a desvantagem de necessitar de uma área superior, devido à impossibilidade de sobreposição dos depósitos. Esta opção apenas é viável devido à nova estratégia, desenvolvida partir do início da segunda fase, de aquisição de terrenos com áreas superiores às necessárias, permitindo a instalação destes depósitos.

A forma característica dos depósitos *airform* singulariza a imagem das adegas cooperativas, acabando por marcar a paisagem dos meios onde estas se inserem, tornando mais fácil o reconhecimento das adegas no território.

170 Caldeira, Joaquim A. Cabral. *Os armazéns da Junta Nacional do Vinho*. Lisboa: 1985. p.13/14.

Durante o segundo “momento” de construção desta rede de adegas verifica-se que a maioria opta pelo armazenamento em depósitos *airform*, contudo no período final desta fase surgem os depósitos cilíndricos em aço inoxidável, sendo este o método de armazenagem mais utilizado durante o terceiro período.

Com os avanços tecnológicos foram introduzidos os depósitos cilíndricos em aço inoxidável, constituídos por conjuntos de quatro cilindros sobrepostos em três níveis. Estes depósitos eram agrupados de modo a ocupar a menor área possível, com maior capacidade de armazenagem.

O seu material era também uma vantagem uma vez que os custos de manutenção e higienização eram menores, permitindo ao mesmo tempo estanquicidade e rapidez de construção. Contudo, devido ao seu custo mais elevado, foram constituídos apenas em locais estratégicos, sendo uma solução mais utilizada no final do desenvolvimento desta rede de adegas.

Em alguns casos como as adegas cooperativas de Valpaços, Carvoeira, Vila Franca das Naves, entre outras, existem armazéns vinícolas contíguos às adegas. Estes edifícios são anteriores às adegas, tratando-se de armazéns constituídos em locais estratégicos, num período onde ainda não haveriam meios para a instalação de adegas cooperativas. A presença dos armazéns foi o motivo dos locais de implantação destas adegas.

É relevante apontar uma evolução no modo como as adegas são instaladas em locais onde existiriam armazéns. Durante a primeira fase os armazéns da FVCSP/JNV são adaptados para integrarem as adegas no seu interior, funcionando os dois programas num edifício só. A partir do segundo “momento” observamos que os edifícios das adegas são instalados contíguos aos edifícios dos armazéns<sup>171</sup>. Nestes casos cada um destes programas constitui um edifício, relacionando-se apenas numa lógica de conjunto.



121. Ortofotomapa da adega cooperativa de Mogofores



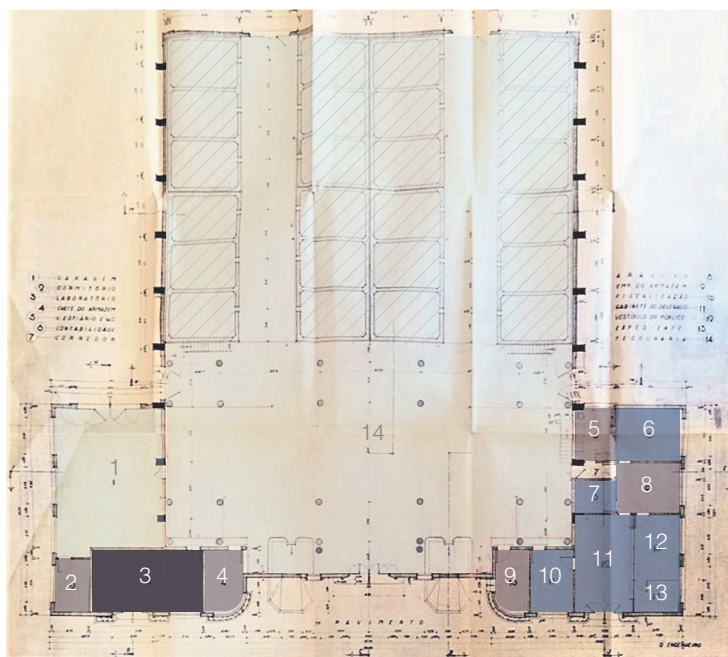
122. Ortofotomapa da adega cooperativa e armazém de Valpaços



171 Em alguns casos onde posteriormente foram instalados armazéns para ampliar adegas cooperativas já existente, continua a verificar-se a mesma situação.

123. Análise da distribuição programática da Adegas Cooperativas de Torres Vedras

- 1 Garagem
- 2 Dormitório
- 3 Laboratório
- 4 Chefe do armazém
- 5 Vestiário e WC
- 6 Contabilidade
- 7 Arquivo
- 8 Emp. do armazém
- 9 Fiscalização
- 10 Gabinete do delegado
- 11 Vestíbulo do público
- 12 Expediente
- 13 Tesouraria
- 14 Zona de trabalho



Planta piso 0



Destilaria



124 e 125. Caldeiras de destilação da Adegas cooperativas do Bombarral

A destilação dos produtos vinícolas era uma componente central na ação reguladora da JNV. Esta solução era adotada devido à falta de qualidade dos vinhos ou às dificuldades de escoamento dos *stocks*, uma vez que era mais fácil armazenar álcool do que vinho (devido à diferença de volume e facilidade de conservação).

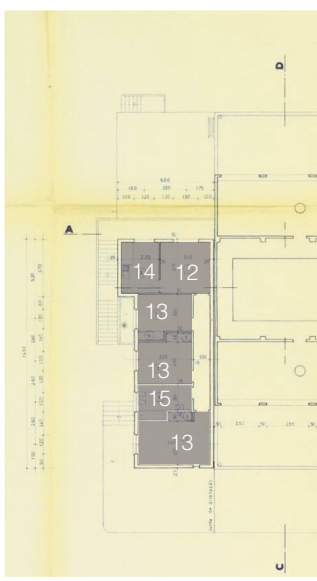
Inicialmente, a JNV contou com o aluguer de caldeiras particulares, instalando postos temporários nos anos de maior produção. Tratavam-se de caldeiras provisórias instaladas ora em pavilhões temporários ora dentro das próprias adegas e armazéns.

Com o desenvolvimento da rede os novos edifícios foram equipados com caldeiras próprias. Assim, desde a sua constituição, a maioria das adegas cooperativas integra as áreas necessárias à instalação de destilarias, sendo o número de caldeiras variável de acordo com a região onde estas se inserem. As destilarias, geralmente, localizam-se numa área adjacente à zona de produção por questões de conveniência laboral. Este programa funciona num espaço próprio com pé-direito elevado, de modo a permitir a instalação das chaminés das caldeiras de destilação.

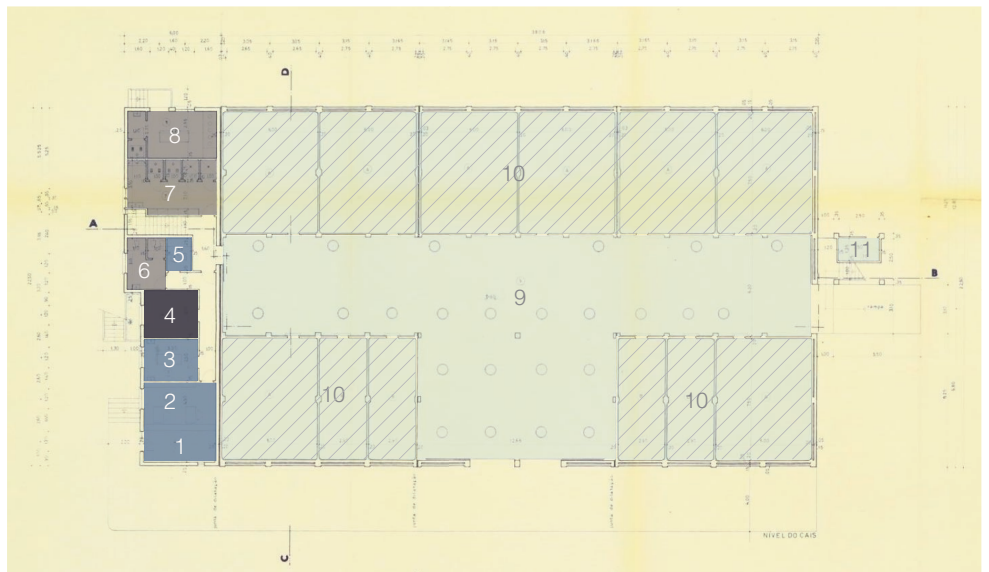


126. Laboratórios da Adegas cooperativas da Mealhada

Devido às funções de fiscalização e apoio a desempenhar pela Junta, os laboratórios eram outro programa fundamental. A maioria das adegas cooperativas possuía um laboratório equipado para a realização de testes de controlo de qualidade (das uvas, dos vinhos e aguardentes), para assistência técnica aos vinicultores, e ainda para os concursos de vinhos. Este programa demonstra a tentativa do organismo tornar o sector mais técnico, de modo a melhorar a qualidade do produto nacional, tanto através do conhecimento científico, como através do apoio aos vitivinicultores.



Planta piso 1



Planta piso 0



Para coordenar esta rede de adegas, e dos vinicultores que dela se serviam, cada adega é equipada com uma área administrativa. Esta vertente burocrática e logística é essencial ao bom funcionamento das adegas cooperativas. Esta área era habitualmente composta por um espaço de escritórios, dedicado ao apoio dos edifícios, gabinetes, sala do pessoal e espaços de atendimento ao público. “(...) para tratar de questões formais, tais como entregar a declaração de existências e/ou de produção, inscrição de agentes económicos, compra e venda de vinhos, pedidos de análise, pedir ou receber assistência técnica, entre muitas outras funções.”<sup>172</sup>

Comparando a natureza do programa de produção vinícola, e as suas exigências volumétricas, com as necessidades do programa administrativo, compreende-se que a morfologia dos dois espaços não pode ser desenhada do mesmo modo. O pé direito, a abertura de vãos e a subdivisão dos espaços são algumas das questões que levam à diferença volumétrica que estes dois programas necessitam. Esta situação traduz-se na constituição de um volume distinto para a zona administrativa na maioria das adegas, que por vezes aparece ligado ao volume principal de produção, outra vez constitui-se como um edifício singular.

Estudando a posição desta área administrativa em relação ao conjunto, compreendemos que assume um lugar estratégico, sempre associado ao momento de entrada. Observamos este programa em três situações distintas, quer esteja integrado no volume principal ou não: ora encontra-se na lateral do momento de entrada no recinto da adega (associado ao percurso), ora posiciona-se na parte frontal do edifício principal (muitas vezes

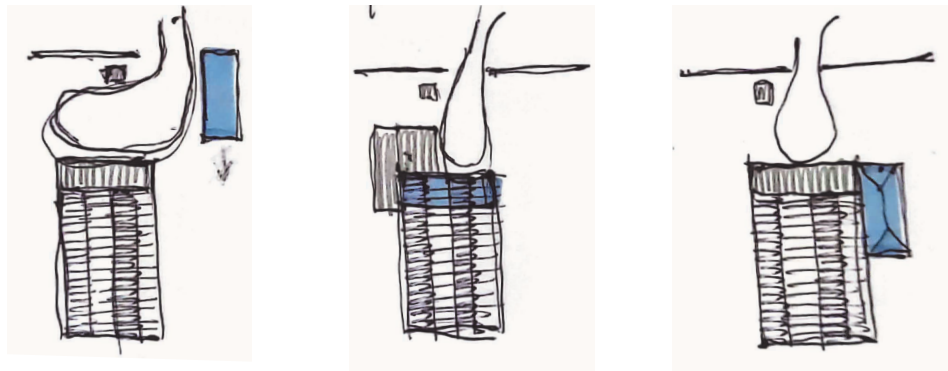
#### Área administrativa

127. Análise da distribuição programática do Projeto para o Armazém de A-Dos-Francos, da autoria de Cassiano Branco, 1961

- 1 Público
- 2 Secretaria
- 3 Provas
- 4 Laboratório
- 5 Arquivo
- 6 Lavabo
- 7 Vestiários e WC
- 8 Refeitório
- 9 Zona de trabalho
- 10 Tanques
- 11 Casa das máquinas
- 12 Sala Comum
- 13 Quartos
- 14 Cozinha
- 15 WC
- 16 Roupeiros

- Área administrativa
- Instalações Sociais
- Habitação do guarda/adegueiro
- Laboratório
- Área de produção
- Depósitos e equipamento

172 Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Ação e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.92



128. Desenhos de estudo dos diferentes tipos de posicionamento do programa administrativo

associado ao tegão), ou em alguns casos é instalado na lateral do volume de produção. Estas localizações devem-se a diversas razões, as principais seriam o atendimento ao público, a gestão da chegada das uvas à adega, e a proximidade com as zonas de produção e laboratório, uma vez que a administração da adega e a fiscalização dos produtos vinícolas fazem também parte do seu rol funções.

Nalguns casos, como os edifícios de Torres Vedras e Almeirim, este programa administrativo e de atendimento ao público torna-se o motivo maior de desenho do alçado, contribuindo para a expressão e interesse arquitetónico destas adegas.



129. Palacete do século XIX, adquirido pela JNV, em 1938, em Lisboa

A sede de todos os serviços administrativos localizava-se em Lisboa, concentrando num só local<sup>173</sup> as atividades necessárias à coordenação de toda esta rede.

Além desta vertente burocrática, as adegas e armazéns da Junta possuíam instalações sociais. Estas áreas destinavam-se aos guardas, adegueiros, e corpo de pessoal das adegas, possuindo desde vestiários e refeitórios, a camaratas e habitações. Estas áreas também eram dedicadas aos funcionários sazonais, que ocasionalmente prestavam serviço longe das suas bases durante alguns dias, necessitando de alojamento.



130. Edifício da sede da JNV, projetada por Cassiano Branco, em 1942, em Lisboa

“(…) Como por exemplo, os serviços de fiscalização ou de assistência técnica, cujos funcionários locais eram insuficientes para resolver os pedidos em determinados períodos. Ou ainda serviços pontuais de carpintaria, tanoaria, de pedreiros e de electricistas, entre outros.”<sup>174</sup>

A ação social do organismo não se cingia apenas às infraestruturas de apoio existentes nas adegas e armazéns da Junta. Nomeadamente, na

173 O primeiro edifício, adquirido pela JNV em 1938, tratava-se de um palacete do século XIX. Mais tarde, em 1941 foi projetado um segundo edifício, da autoria de Cassiano Branco, para responder ao crescimento do organismo. O terceiro edifício, que completa o conjunto, é um anexo designado por “edifício João Seabra”.

174 Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Ação e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. p.92

sede da JNV, em Lisboa, foi construído o “edifício João Seabra”<sup>175</sup>, dedicado à assistência médica dos funcionários que sofriam de tuberculose.

Ainda neste contexto, a Junta Nacional do Vinho adquiriu habitações constituindo centros de férias para usufruto dos seus funcionários em alguns locais como Lagoa, Lourinhã e Torres Vedras, entre outros.

Algumas adegas cooperativas ainda possuíam espaços dedicados a atividades de degustação e mostra de vinhos. Estas áreas eram desenhadas para promover exposições e experiências aprazíveis para os visitantes, de modo a dar a conhecer os produtos das adegas e da região.

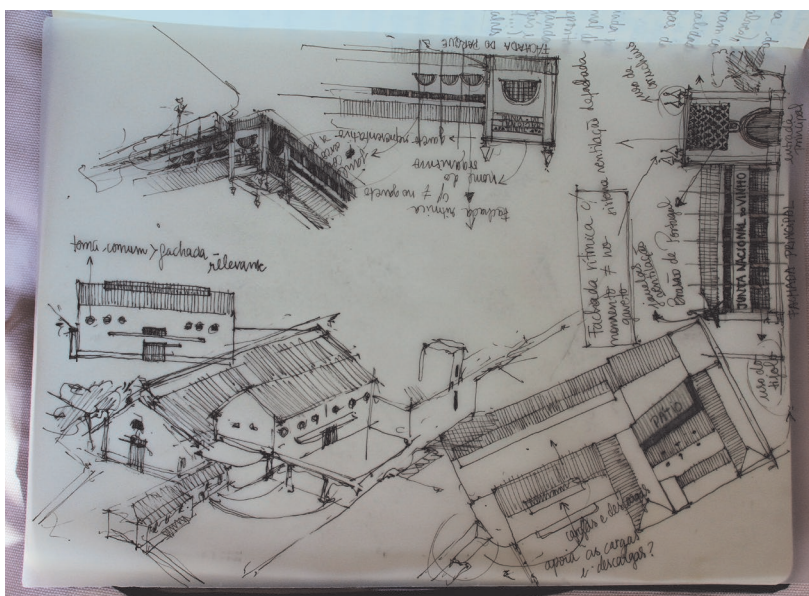
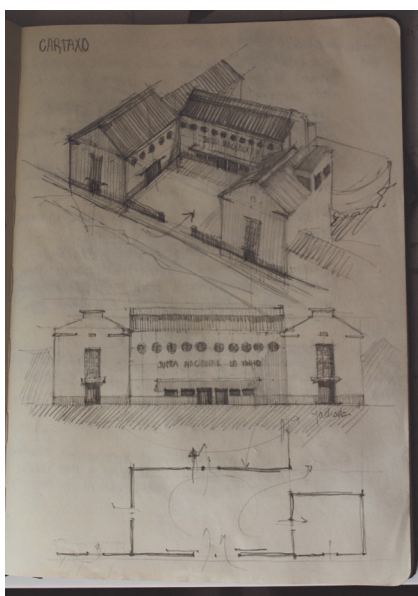
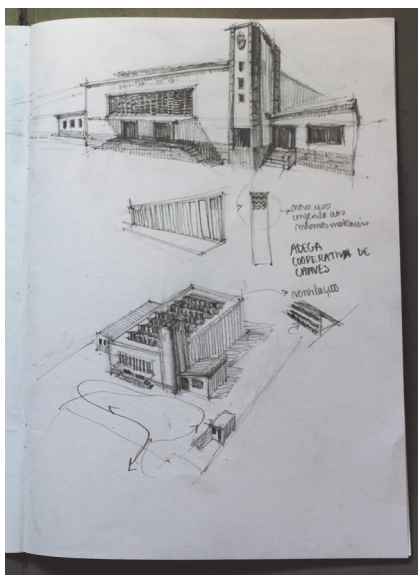
Devido à complexidade de funções que as adegas cooperativas têm que desempenhar, o desenho do seu programa suscita alguma reflexão. Sendo um equipamento industrial, a finalidade do seu projeto passa por atingir a maior eficiência, do modo mais prático e objetivo. A lógica da sua implantação rege-se pela simplificação e dinamização do fluxo de trabalho.

Cada área das adegas é projetada para desempenhar um função específica, permitindo contudo, a flexibilidade necessária a uma eventual expansão ou adaptação aos diferentes contextos de produção (diferentes volumes de produção, atividades ao longo do ano, ou novos equipamentos e técnicas de vinificação). O programa apresentado seria o programa principal das adegas, apesar de nem todas integrarem toda esta miríade de funções. Contudo compreende-se que apesar de se tratar de um equipamento complexo, não foi encontrada uma solução única ou criado um modelo, cada adega foi estudada de acordo com a região onde iria ser implantada, as funções que viria a desempenhar e o tipo de vinho a produzir.



131. Tanoaria, local onde são produzidos os barris.

175 O Engenheiro João Jacinto Seabra foi Vice-Presidente da JNV. Quando faleceu deixou uma verba considerável, referente aos seus últimos vencimentos, com a qual foi constituído um “Fundo”, administrado pelo Organismo.



## Reflexão sobre a identidade das adegas cooperativas

Consideramos que o interesse no estudo destas infraestruturas reside também na sua qualidade arquitetónica e expressividade plástica, que não sendo transversal a todas as obras, não deixa de ser um tema relevante a explorar. Assim, de modo a justificar um aprofundamento futuro, no âmbito arquitetónico, e a ilustrar a diversidade de soluções que a construção desta rede de adegas originou, iremos aproximar a escala e abordar alguns aspetos relacionados com a sua da sua concepção arquitetónica.

A constituição da rede de adegas da JNV foi um processo demorado, ao longo do qual os contextos político e cultural sofreram profundas transformações. Este enquadramento foi fundamental para a caracterização e expressão arquitetónica das adegas cooperativas, que englobam diversas soluções e ideias arquitetónicas, que ilustram um panorama caracterizado pela diversidade, por vezes algo inconsistente, característico deste período.

Estudando outras obras e organismos que surgem em contextos semelhantes, como as colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna, informados pela investigação desenvolvida por Filipa Guerreiro, decidimos organizar, tal como naquele estudo, as obras segundo três expressões: “Nacional”, “Moderno” e “Pragmático”.

“A transição da década de 1940 para a década de 1950 é visível nos desenhos dos equipamentos, entre os quais convivem várias expressões arquitectónicas, por vezes contraditórias. Nesse sentido, podemos identificar três grupos de tendências entre os edifícios projectados, sem que a lógica de adopção de cada uma das expressões corresponda nem ao programa, nem ao lugar(...)”<sup>176</sup>

Esta divisão, não é conduzida cronologicamente ou através das três fases de construção, uma vez que nalguns casos as adegas surgem com diferentes expressões durante o mesmo período. Por vezes para os mesmo problemas, e com enquadramentos semelhantes surgem respostas substancialmente diferentes. Ainda assim, de acordo com o contexto político e cultural dos diferentes “momentos” de produção, o primeiro tema encontra-se mais presente durante a primeira e meados da segunda fase. O “moderno” manifesta-se principalmente durante o início da segunda fase, e a terceira fase caracteriza-se por respostas mais pragmáticas.

“(...) A arquitectura portuguesa, resultando de um processo empírico que dificilmente se distancia do senso comum, foi sendo coincidente com os interesses operativos do sistema, convicta e coerente, contraditória e ambígua quanto ele. A lógica da sua continuidade está, sobretudo, no manuseamento da diversidade de linguagens, carácter temporário e local dos consensos e não no objectivo único da persistência de um idêntido nacional.”<sup>177</sup>

177 Alves Costa, Alexandre (prefácio) in Fernandez, Sergio. *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988. p. 4

## “Nacional”: a representação local do poder administrativo

O primeiro tema que iremos abordar é referente ao conjunto de edifícios onde se identifica a procura por uma imagem de “arquitetura nacional”.

Nestas adegas identifica-se a presença de elementos e temas de desenho relacionados com o ideário de “arquitetura portuguesa” procurado pelo regime. Um dos temas comuns aos edifícios que se inserem neste ideário expressivo é o enquadramento do brasão e a identificação da adega ou do organismo que a regula (Junta Nacional do Vinho), no momento de entrada. Nuno Teotónio Pereira refere-se a “(...) um modelo também nacionalista, de feição regional, para os bairros sociais, escolas primárias, pousadas, CTT, além de moradias urbanas e suburbanas (a «casa portuguesa», o «estilo tradicional português»);”<sup>179</sup>. Consideramos que, pela sua natureza, este espólio edificado da JNV surge num contexto semelhante aos edifícios enunciados pelo autor.

“(...) Tratava-se, assim, de utilizar a arquitectura como veículo de propaganda ideológica e meio de condicionamento do comportamento individual e colectivo. E para isso a arquitectura revelava-se como um instrumento privilegiado, pela facilidade da sua manipulação ao nível do projecto e pelo alcance, durabilidade e uso obrigatório a partir da obra feita.”<sup>180</sup>

Os edifícios da Junta terão funcionado como representação do poder estatal nos meios rurais, onde a presença de outros equipamentos seria menor. Assim, nestas primeiras obras, são adotadas soluções mais compactas que agregam todos os programas num só volume, de modo a exponenciar a sua dimensão e capacidade representativa. À semelhança das opções tomadas no projeto do casal da colónia agrícola do Barroso, onde Filipa Guerreiro reflete que “ a concentração de todos os programas do casal agrícola num volume único, pode também ser entendida para engrandecer o edifício e o seu potencial de representação.”<sup>181</sup>

“Adoptando linguagem distinta e expressando a procura de sinais de carácter popular e tradicionalista realiza-se, em paralelo, uma série de obras dispersas que, embora de presença menos evidente, vêm a ter grande importância na formação de uma outra imagem arquitetónica presente até aos anos 50.”<sup>182</sup>

“Esta arquitectura «portuguesa», por oposição à internacional, seria a arquitectura do regime, que, na vaga dos vários fascismos europeus, caminhava para o auge.”<sup>180</sup>

178 Pereira, Nuno Teotónio e Fernandes, José Manuel (colaboração). “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959” in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*. Volume II, de AAVV. Lisboa: Fragmentos, 1987. p. 325

179 ibidem, p. 328

180 ibidem, p. 324

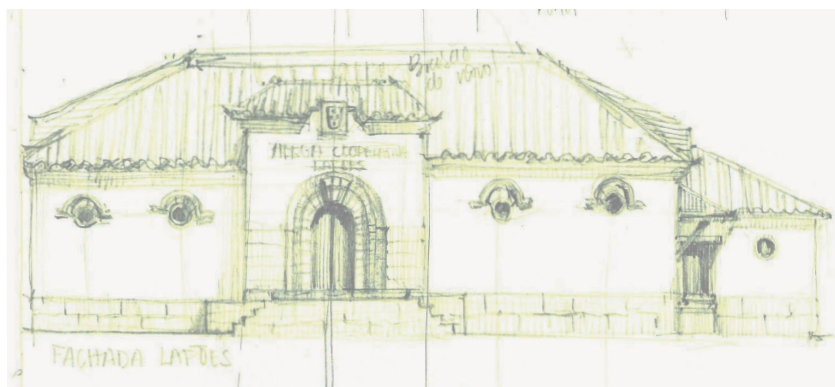
181 Guerreiro, Filipa de Castro. *Colónias Agrícolas*, Porto: Dafne editora, 2022. p. 180

182 Fernandez, Sérgio. *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1988. p. 35

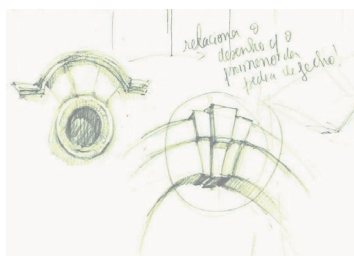


133. Adega cooperativa de Lafões, 1947

134. Desenho do alçado principal da adega cooperativa de Lafões.



135. Porta da adega cooperativa de Lafões.



136. Desenho dos pormenores do vão e porta da adega cooperativa de Lafões.

No projeto da Adega cooperativa de Lafões é clara uma hierarquia programática na organização dos espaços, uma vez que dos dois volumes que a compõem, a área destinada à produção apresenta um pé-direito superior ao pequeno volume lateral, onde funcionam os programas de apoio.

Este programa, de cariz industrial, destaca-se do contexto em que se insere devido à sua dimensão. Contudo, através do seu desenho e materialidade, que buscam uma expressão de “arquitetura regional”<sup>183</sup>, identificamos um esforço por estabelecer um diálogo com o ambiente circundante. Para construir esta imagem contribuem o telhado de duas águas, onde se observa o sistema em asnas de madeira no interior, o revestimento das superfícies em reboco, acompanhado pelo embasamento de pedra, do mesmo material que as pequenas decorações existentes no edifício.

O vão de entrada é destacado através de um elemento vertical ao centro da composição, que confere algum interesse formal a este volume relativamente simples. Os óculos abertos ao longo do corpo do edifício principal, mimetizam o desenho da pedra de fecho do portal em arco.

Através da materialidade escolhida, da concepção volumétrica e do desenho dos pormenores, este edifício torna-se bastante coerente na imagem que pretende transmitir. A sua expressão adequa-se à escala do seu contexto, e o modo como o edifício se integra confere-lhe um carácter quase doméstico.

A abertura de vãos torna-se uma questão interessante pela complexidade que assume no contexto das adegas cooperativas. Para a produção do vinho as adegas requerem um controlo rigoroso da temperatura, iluminação, ventilação e humidade. Estes fatores têm que ser considerados no projeto e influenciam profundamente o seu desenho tanto nesta questão da abertura de vãos, como na instalação de sistemas de ventilação, entre outros. A presença dos depósitos no interior dos espaços, é também um fator a considerar sendo apenas possível a existência de janelas ou aberturas em lugares estratégicos.

183 Não sendo relativo à mesma obra, sobre a adega de Martim Rei: “(...) A dimensão do edifício denuncia o seu programa industrial, no entanto, a premissa do seu desenho assenta essencialmente na procura de uma expressão regional compatível e apaziguadora da sua escala (...)” in Guerreiro, Filipa de Castro. *Colónias Agrícolas*, Porto: Dafne editora, 2022. p. 218

Para esta questão são encontradas diversas soluções sendo este um dos motes de desenho do alçado da adega de S. Mamede da Ventosa. Para a ventilação do edifício, os vãos são substituídos por grelhas cerâmicas. Esta solução aproxima-se da expressão de “arquitetura nacional” procurada noutros edifícios, dentro do mesmo contexto de encomenda estatal, como a sede da Junta Nacional do Vinho em Lisboa, da autoria de Cassiano Branco, o Hotel do Luso do mesmo autor, ou em algumas das pousadas projetadas por Rogério de Azevedo.

Enquanto o projeto da adega de Lafões tenta integrar o edifício no seu contexto e atenuar a sua dimensão através de uma expressão mais “regionalista”, no projeto da adega cooperativa de Torres Vedras observamos outro tipo de estratégia. A verticalidade do volume central sobreposta à horizontalidade de um volume frontal, onde se realiza o momento de entrada, resulta numa monumentalidade expressiva intencional.

Em muitos edifícios oficiais o alçado é marcado pela presença de uma métrica de pilastras de expressão neoclássica, que lhes confere o sentido de monumentalidade pretendida.<sup>184</sup> Na adega de Torres Vedras, esta métrica assume um carácter expressivo, através da articulação das pilastras com os arcos desenhados na fachada e as aberturas circulares dos vãos. Esta verticalidade contrasta com o volume horizontal que se aproxima mais da escala humana. Neste se assinala de forma clara o momento de entrada, tanto pela simetria como pelo recuo da fachada que permite e acentua uma entrada protegida. Expressivamente funciona como uma espécie de embasamento, onde se salienta o requinte na pormenorização do desenho, que vai desde os vãos e portas em arco, aos pequenos canteiros e grades de ferro forjado. A diferença na concepção volumétrica marca também uma hierarquia programática, uma vez que é neste volume com pé direito menor, que se localizam as funções administrativas da adega. O *lettering* da fachada, o brasão e o mastro que os acompanha contribuem para acentuar uma pretendida gramática promovida pelo “regime”.

Podemos relacionar a expressão deste edifício, com alguns exemplos de edifícios projetados para a Exposição do Mundo Português. Numa escala menor e de modo mais contido, pelo programa e contexto diferentes,

184 “O grande surto de obras públicas, algumas monumentais (que vieram das origens às chamadas «obras de fachada» de que desde cedo se acusou o salazarismo), tornava evidente a importância da arquitectura como expressão da capacidade realizadora do Estado Novo, para o que deveria espelhar os valores que o sustentavam: a autoridade, a disciplina e a ordem por um lado, e por outro o culto da nacionalidade, da família e do mundo rural.” in Pereira, Nuno Teotónio e Fernandes, José Manuel (colaboração). “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959” in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*. Volume II, de AAVV. Lisboa: Fragmentos, 1987. p. 324

185 Tostões, Ana, *Eclectismo, Revivalismo e a «Casa Portuguesa»* in “História da Arte Portuguesa”, Volume III, Dir. Paulo Pereira, Lisboa: Círculo de Leitores, p.526



137. Alçado da adega cooperativa de S. Mamede da Ventosa, 1952

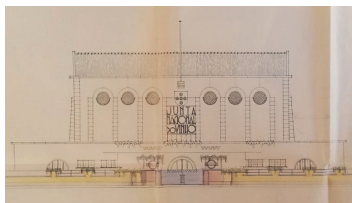


138. Edifício da sede da JNV, em Lisboa, projeto de Cassiano Branco, 1942.



139. “Grande Hotel das Termas do Luso”, projeto de Cassiano Branco, 1940.

“Lançando a problemática dos nacionalismos articulada com a imagem de monumentalidade mais consentânea com a marcação que o regime nessa altura desejava fazer, conjugando de um lado a política «de espírito» de António Ferro com as obras públicas de Duarte Pacheco, a Exposição do Mundo Português assinala um marco de inflexão na procura de uma vanguarda.”<sup>187</sup>



140. Desenho do alçado principal no projeto de ampliação adegas cooperativas de Torres Vedras, 1955



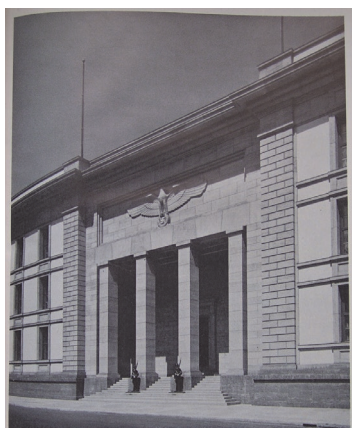
141. Alçado principal da adegas cooperativas de Torres Vedras, 1949



142. Pavilhão da Caça - Jardim Colonial, Cassiano Branco, Exposição do Mundo Português, 1940



143. Palácio da Justiça do Porto, Raul Rodrigues Lima, 1958



144. Palácio da Nova Chancelaria do Reich, Albert Speer, 1938.<sup>190</sup>

este edifício parece inspirar-se em algumas das experiências volumétricas experimentadas na comemoração dos centenários. “Estão configurados, a partir de 40, os modelos a seguir na produção arquitetónica. O regime tem implantação suficientemente forte para que dele emanem as directrizes que, com raras excepções, serão acatadas pelos profissionais da geração modernista.”<sup>186</sup> Esta Exposição tornou-se um evento central na afirmação e divulgação da nova estética de poder do Estado.<sup>187</sup>

Nos edifícios mencionados existe um contraste interessante entre os aspectos ornamentais e decorativos versus a resolução funcional de um programa industrial. Observamos que os elementos que compõem a fachada são apenas de natureza superficial, uma vez que pela sua bidimensionalidade não assumem um carácter funcional, resultando em alçados cujos elementos têm uma relevância apenas epidérmica. Ainda assim, pelo seu seu programa mais utilitário, estes acontecimentos decorativos são pontuais, reservados apenas ao momento de entrada, e nalguns casos à abertura de vãos. Esta expressão cria uma dicotomia entre frente e as traseiras dos edifícios, uma vez que o alçado principal é dignificado através da carga expressiva mencionada, e as traseiras destes edifícios são sobretudo dedicadas aos cais de cargas e descargas ou destilarias, não sendo alvo de grande desenho ou dignificação decorativa.

<sup>186</sup> Fernandez, Sergio. *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1988. p. 30

<sup>187</sup> “A arquitectura acompanhará agora o rumo da política delineada pelo governo de Salazar. A Exposição do Mundo Português constituirá o mais importante marco dessa nova fase. O Plano do Areeiro apontara inequivocamente o início de um vocabulário que adoptaria ao menos em fachada e na hierarquia acentuada dos volumes, dos remates, dos eixos, elementos de carácter pretensamente nacional.” in Fernandez, Sergio. *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1988. p. 27

<sup>188</sup> A inspiração para a Exposição do Mundo Português vem dos modelos fascistas alemão e italiano. Este é um dos exemplos presente na exposição “Moderna Arquitectura Alemã”, inaugurada em Lisboa em 1941. Também na “Exposição de Roma”, em 1942, é demonstrado como a arquitectura pode servir uma ideologia política.

## “Moderno”: propostas racionais para um edifício utilitário

“Havia também projectos que procuravam estabilizar (...) uma tipologia e um sistema construtivo generalizável que, partindo de uma leitura atenta das construções populares - cruzando-se com as propostas arquitectónicas de Keil do Amaral, pretendiam expressar unidade, reduzir exigências de manutenção e, simultaneamente, garantir uma grande flexibilidade na organização de edifícios capazes de se adaptarem a diferentes solicitações programáticas.”<sup>189</sup>

Refletindo sobre as diversas expressões e preocupações latentes neste conjunto de edifícios, compreendemos uma gradual procura por soluções mais equilibradas, mais pragmáticas e mais enraizadas nos seus contextos regionais. Em consonância com as preocupações discutidas entre os arquitetos portugueses no início da década de 50, após o I Congresso Nacional de Arquitectura<sup>190</sup>, observamos uma intenção de construir racionalmente uma verdadeira arquitetura portuguesa, longe dos “símbolos e portuguesismos” da expressão oficial.

“(...) Outros, como Keil do Amaral, cuja integridade moral e política, e portanto profissional, sempre o situaram entre os que defendiam esclarecidamente a democracia, tentaram o compromisso entre a linguagem oficial, a modernidade e a procura de raízes verdadeiras da arquitetura tradicional portuguesa.”<sup>191</sup>

Das diferentes soluções presentes nesta rede de adegas cooperativas, nas suas qualidades bastante diversas, as obras que integramos no “moderno” procuram estabilizar um modelo, que traduza um compromisso entre o discurso do regime e uma concepção moderna, resolvendo o programa através do recurso à arquitetura regional, com soluções económicas e de fácil manutenção, que permitam alguma flexibilidade no seu uso.

Na adega cooperativa de Moimenta da Beira, quando falamos em moderno, fazemo-lo à semelhança das reflexões que Filipa Guerreiro constrói na sua investigação à cerca dos projetos da Junta de Colonização Interna. Nesta adega observamos uma linguagem tradicional e regional associada a uma atitude moderna, no entendimento dos volumes e do espaço, e na integração do edifício na paisagem.



145. Adega cooperativa de Moimenta da Beira, Alexandre Stinkritzer Bastos, 1957

189 Guerreiro, Filipa de Castro. *Colónias Agrícolas*, Porto: Dafne editora, 2022. p. 213

190 O Congresso de 1948, realizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, constitui um marco de mudança no panorama arquitetónico português. “(...) É a partir do Congresso que se sente emergir uma nova geração e, em paralelo, uma vontade colectiva de mudança, de recusa consciente e mais teoricamente alicerçada da «arquitetura de Estado Novo».” in Tostões, p.529

191 Fernandez, Sergio. *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.1988. p. 28

146.



146. Desenho de compreensão da inserção da adega cooperativa de Moimenta da Beira na paisagem

147.



147. Adega cooperativa de Moimenta da Beira, Alexandre Stinkritzer Bastos, 1957

“(…) Se corresponde a uma abordagem que se concentra na imagem, materiais e símbolos da construção, integra-se no sentido pejorativo do «fazer nacional». Contudo, se entendermos que a procura de uma «arquitectura regional» corresponde à conservação e manutenção de formas e técnicas construtivas longamente testadas, (...) poderá antes ser entendido como uma postura moderna se, ao contrário desse conservadorismo, entendermos significar em enraizamento nas formas e relações entre espaços existente na arquitectura da região, procurando interpretar a essência da ligação ente forma e circunstância, adaptando-a a novas premissas de higiene e moral, mesmo que o novo homem que se pretende construir não seja o homem liberto sonhado pelo Movimento Moderno.”<sup>192</sup>

A volumetria do edifício, associada à simplicidade da sua concepção e espacialidade, reflete as suas funções e hierarquias programáticas. A horizontalidade, assumida pelo volume mais baixo, é continuada pela pala inclinada, que acompanha o desenho do seu remate superior, continuando a composição com grande leveza. A integração da obra na paisagem, através do embasamento em granito, material característico do seu contexto, permite uma solução que não aplanar o terreno, mas sim utiliza o declive e os afloramentos rochosos para o enraizamento do edifício no lugar.

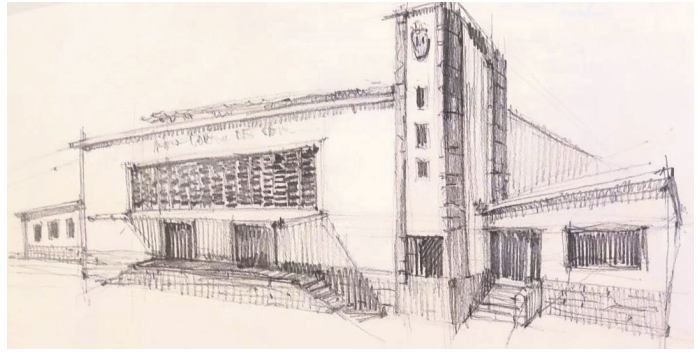
Ainda assim, estão presentes diversos sinais do chamado “portuguesismo”. Desde a abertura de vãos com grelhas cerâmicas, as grandes portas de madeira e a sucessão de janelinhas presentes ao longo de todo o edifício. A própria volumetria da área de produção assume um carácter doméstico através da presença do telhado de duas águas.

Esta adega constitui um dos primeiros exemplos onde se identifica uma procura por uma solução mais racional, com atenção ao lugar, tendo em conta os verdadeiros dispositivos de enraizamento da obra no seu contexto. Não deixando de apresentar certos “regionalismos” na sua solução plástica, não assume a mesma escala, nem possui os recorrentes canteiros, o brasão ou o próprio do nome da Junta Nacional do Vinho no alçado, presentes nos edifícios, anteriormente abordados de expressão “nacional”.

148.



149.



“(…) A verdadeira expressão nacional das construções deveria ser, portanto, a resultante de todos os factores que ordenam a vida de determinada região, em determinado momento, e nunca o simples revestimento decorativo com motivos típicos, por mais característicos que sejam (…).”<sup>193</sup>

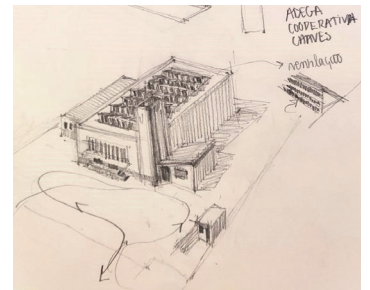
Nas adegas cooperativas de Chaves, Covilhã e Carvoeira, as três adegas projetada pelo grupo ARS (Cunha Leão, Morais Soares e Fortunato Cabral), observamos uma vontade de sistematização das respostas dadas a este programa vinícola, através da simplificação das formas, dos sistemas construtivos e dos materiais utilizados. O uso da telha, dos beirais, do embasamento de granito e de grelhas cerâmicas, em conjunto com a modernidade aparente nos seus volumes e espacialidades, denuncia um compromisso estético, entre a linguagem que a JNV procurava imprimir aos seus edifícios, e os autores que exploravam uma racionalidade moderna.

Dois características fundamentais para a integração dos edifícios nos seus contextos, são a materialidade escolhida e as técnicas construtivas utilizadas. Contudo, não obstante a semelhança com outras obras anteriormente abordadas, as soluções encontradas e o modo como estes materiais são utilizados, revelam uma leitura e interpretação moderna dos problemas. Cada elemento que compõe o volume destas estruturas assume uma materialidade diferente, conferindo aos edifícios um interesse plástico depurado, sem recorrer a signos e decorações.

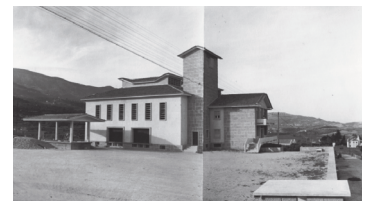
Com diferentes nuances de desenho, nas três obras a cobertura, em telha utiliza a sua inclinação para integrar uma solução de ventilação natural, resolvendo o problema da circulação de ar sem a necessidade de um grande número de vãos nos edifícios.

Observamos que o uso das grelhas cerâmicas, já não é apenas uma simples aplicação sobre vãos de janelas, no caso da adega de Chaves, torna-se o motivo de desenho do alçado, através da sua integração numa moldura em L que se converte na pala que protege o momento da entrada.

148. Adega cooperativa de Chaves, ARS arquitetos, 1956  
149. Desenho do alçado da adega cooperativa de Chaves



150. Desenho de análise do volume da adega cooperativa de Chaves



151 e 152. Adega cooperativa da Covilhã, ARS arquitetos, 1957



153. Adega cooperativa da Carvoeira, ARS arquitetos, 1960

193 Keil do Amaral apud Fernandez, Sergio. Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1988. p. 44/45



154. Alçado posterior da adegas cooperativa de Chamusca, José Bastos Coelho e de António Ribeiro Modesto, 1958



155. Entrada da área administrativa da adegas cooperativa de Chamusca, 1958



156-158. Vistas da adegas cooperativa de Chamusca, José Bastos Coelho e de António Ribeiro Modesto, 1958

Em relação aos exemplos anteriormente abordados, a linguagem destes edifícios começa a ser mais depurada e clara, com atenção à escala e ao lugar, tanto na sua integração no local, como também pela sua volumetria e composição. A mote de exemplo, assinalamos o modo como nas adegas da Carvoeira e da Covilhã o declive do terreno é utilizado para integrar os edifícios, de modo a atenuar a sua dimensão na relação com a rua e o momento de chegada.

A última obra que iremos integrar neste debate é a adegas da Chamusca, da autoria de José Bastos Coelho e de António Ribeiro Modesto. Esta solução destaca-se da restante produção desta rede devido à sua implantação, conjugada com a sua volumetria e materialidade. O edifício é composto por dois volumes paralelepípedicos, ligados apenas por uma pequena galeria, numa implantação linear.

O espaço de produção é resolvido através de um grande pórtico de granito preenchido a reboco, rasgado por vãos horizontais que aumentam a expressividade do edifício. A monotonia destes planos é quebrada por pequenas aberturas para ventilação, semelhantes a grelhas cerâmicas contudo, reinterpretadas para integrarem o alçado do edifício.

O volume dedicado à administração apresenta uma solução depurada com o uso de diferentes materiais em cada um dos planos. A solução estrutural de pilares livres, permite a abertura de vãos horizontais ao longo do alçado posterior do edifício. Os elementos plásticos presentes neste edifício aproximam-se, a nosso ver, da obra de Le Corbusier. Esta obra ilustra as ambiguidades expressivas presentes no conjunto das adegas cooperativas da JNV. aproximando-se do “(...) homem liberto sonhado pelo Movimento Moderno (...)”<sup>194</sup>

## “Pragmático”: o sistema construtivo como tema de composição

A última expressão identificada é referente às soluções que, apresentando preocupações semelhantes às presentes no “moderno”, assumem uma concepção mais prática e económica, através da adição de novas permissas ao problema. Neste conjunto de obras a preocupação com a racionalidade das soluções continua, assumindo contudo outra expressão. Através do uso dos novos sistemas construtivos é conduzida uma procura pela diminuição dos custos através sistematização da construção e simplificação da manutenção.

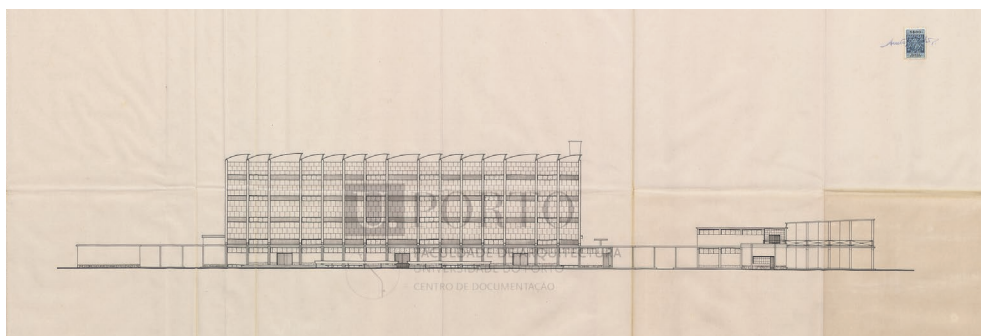
São obras que se caracterizam pela construção de volumes únicos, mais compactos, onde funcionam todos os programas, com a estrutura aparente em pilares de betão armado. Esta estratégia permite a adaptação dos edifícios às diversas funções que têm de desempenhar, possibilitando também eventuais expansões futuras, sem pôr em causa a clareza morfológica e volumétrica dos edifícios.

Estas intenções ficam esclarecidas no memória descritiva do projeto de Amadeu Santos, para adegas de cooperativa de A-dos-Cunhados, do seu Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA):

“Portanto, resumindo, procurei tanto quanto possível, tornar o conjunto económico, dando-lhe um aspecto agradável e equilibrado. Todos os edifícios têm assim um aspecto sóbrio, de estrutura a betão armado preenchida a tijolo; esta estrutura por vezes é aparente.

Houve uma preocupação acentuada numa modulação que facilitasse os crescimentos horizontais e verticais da adega sem a necessidade de tocar na sua estrutura e que facilitasse o emprego repetido das mesmas cofragens.

Procurei uma construção fácil e económica por meio de paramentos caiados (...).”<sup>195</sup>

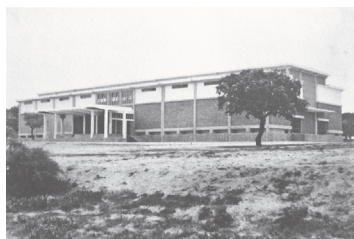


159. Alçado principal do projeto para a adega cooperativa de A-dos-Cunhados, Amadeu José dos Santos, 1958

195 Santos, Amadeu José P. dos. *Uma adega cooperativa*. Porto: ESBAP, 1958 [CODA].p. 19



160. Perspetiva do projeto da adega cooperativa de Santo Isidro de Pegões, Vasco Lobo, 1958



161. Adega cooperativa de Santo Isidro de Pegões, Vasco Lobo, 1958

Na memória descritiva do projeto da adega cooperativa de Santo Isidro de Pegões<sup>196</sup>, indenticamos o mesmo tipo de preocupações expressas por Vasco Lobo. Nesta obra a volumetria é clara e simples na sua morfologia, resolvendo o programa da adega de forma prática e racional, uma vez que a constituição de planos retos, com poucas reentrâncias é mais económica. Os paramentos preenchidos em tijolo, autonomizam-se da estrutura, de modo a permitir uma maior flexibilidade para futuras expansões do edifício. A abertura de vãos, pela repetição das soluções, associada à estrutura, confere uma expressão ritmica ao edifício. A simplificação das soluções encontradas para os diversos elementos, a sua repetição e o uso dos mesmos dispositivos em todo o edifício, contribuem para a sistematização da sua construção, resultando numa obra económica e “pragmática”.



162 e 163. Adega cooperativa da Merceana, Erich Corsépius e Manuel Alzina Menezes, 1965

Uma solução que se destaca, pela sua concepção morfológica, é a adega cooperativa da Merceana. Esta obra utiliza um sistema de pilares em betão armado, associado ao preenchimento dos vãos em tijolo. Contudo, o edifício assume uma forma semelhante a uma caixa, elevando-se do solo para permitir a constituição do cais no seu piso terreo. A cobertura da adega é rompida por um volume em tijolo, associado a uma cobertura em alumínio, com um desenho bastante particular, que permite a ventilação do edifício. Apesar de ser uma solução menos convencional, este não deixa de ser um edifício que resolve de forma simples e prática os problemas decorrentes da construção económica de uma adega cooperativa.

196 Lobo, Vasco. *Uma adega cooperativa para a colónia agrícola de Pegões da JCI*. Porto: ESBAP, 1954 [CODA].

## Reflexões finais

Poderando os objetivos a que a Junta Nacional do Vinho se propunha, nomeadamente no âmbito da capacidade de armazenagem, da regularização dos mercados e da defesa dos pequenos vinicultores, poderíamos afirmar que o organismo ficou aquém das expectativas. A armazenagem não chegou a atingir os volumes necessários para a sua regularização interanual, o que impossibilitou o equilíbrio dos mercados, independentemente da registada melhoria de qualidade do produto.

Uma das principais preocupações na constituição da rede de adegas cooperativas era a sua instalação em locais estratégicos, que possibilitassem a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, através da emancipação económica dos pequenos produtores. Contudo, a maioria dos associados, integrados no sistema cooperativo, acabam por ser vinicultores com produções de média a grande dimensão. Devido à incapacidade de tornar vantajosa a laboração em comum, na sua relação com os custos do transporte, a intenção de dinamizar e enrobustecer a economia dos meios rurais mais isolados, não se concretiza.

Isto deve-se, principalmente, ao facto de a Junta Nacional do Vinho se tratar de um organismo sob a tutela do Estado Novo, não estando ao serviço das necessidades económicas dos associados, mas sim do regime:

“(...) as cooperativas portuguesas até ao 25 de Abril de 1974, raramente estiveram ao seu serviço [dos vinicultores], e quase sempre foram um instrumento da política do governo, tomando mesmo medidas positivas em relação ao cooperativismo, não em função dos interesses e desejos dos cooperadores, mas tendo em vista sanar dificuldades do regime (Salazar tentava estabilizar os salários pela contenção dos preços dos produtos agrícolas, pelo que concedia créditos vultuosos às cooperativas que intervinham nessa produção).”<sup>197</sup>

Ainda assim, apesar da sua prosperidade sob a tutela do Estado Novo ser um assunto discutível, não podemos afirmar que a rede de adegas cooperativas da JNV seja um caso de insucesso, uma vez que os benefícios das suas ações prolongaram-se até aos dias de hoje. O organismo, através das suas intervenções, moldou o setor vitivinícola nacional.

197 Baptista, F. S. O. apud Granchinho, Manuel António Relvas Louro, *As Adegas Cooperativas do Alentejo: Um caso de sucesso de organização cooperativa da produção*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão para obtenção do grau de Mestre em Gestão. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1997. p.21

A intervenção da JNV, como agente impulsionador, foi decisiva para a criação da rede de adegas cooperativas atualmente existente no nosso país, tanto no que se refere às técnicas construtivas, de planificação e financiamento como também aos próprios edifícios.

Ao longo do seu percurso, o organismo adquiriu uma vasta rede de infraestruturas localizadas por todo o território nacional. Muitas das adegas atualmente ativas foram constituídas durante esta fase, algumas destas estruturas foram reaproveitadas para outros propósitos. Estes edifícios têm desempenhado um papel crucial na promoção da produção de vinho de qualidade, na proteção do património vinícola e na sustentabilidade económica das regiões vitivinícolas. Estas entidades representam um modelo de organização que combina a experiência e os recursos de diversos produtores, proporcionando um ambiente propício à partilha de conhecimento e recursos.

Contudo, devido à extensão desta rede, associada à complexidade da questão da propriedade anteriormente abordada, muitos destes edifícios encontram-se em situação de abandono, ou à mercê da especulação imobiliária. A expansão urbana levou a que algumas das adegas tenham já desaparecido e outras tenham sido completamente descaracterizadas.

“A preocupação em inserir a produção arquitectónica mais significativa do século XX no âmbito de medidas de salvaguarda, tal como sucede por exemplo, e especificamente, com o património de finais do século XX, com o património industrial, com a arquitectura vernacular ou com o património termal, corresponde claramente ao enorme grau de risco de desaparecimento a que estas categorias se encontram sujeitas, motivado quer pelo pouco distanciamento temporal ainda existente em relação à respectiva produção, quer pela especificidade e menor versatilidade dos respectivos programas face a novas reutilizações, quer ainda pelos rápidos processos de transformação do território.”<sup>198</sup>

Estas obras são relevantes na medida em que ilustram o quotidiano das comunidades onde se inserem, cruzando a história do regime com a história dos seus lugares. Cada uma surgiu da vontade do Estado, mas também, na maioria dos casos, do empenho dos vinicultores que se juntaram para criar um equipamento de apoio à sua atividade. Assim, estes edifícios representam uma memória coletiva, que nos ajuda a construir uma identidade, através do quadro social e cultural que refletem.

198 Tostões, Ana. *Arquitetura Moderna Portuguesa :1920 – 1970*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003. p.15

Através deste exercício de Dissertação, pretendemos incentivar a investigação de questões mais particulares à cerca deste património das adegas cooperativas da JNV. Sentimos que, inicialmente, seria essencial uma abordagem mais geral e, portanto, necessariamente genérica, para construir uma visão abrangente do contexto, de modo a compreendermos melhor o objeto de estudo.

A decisão de assumir todo o conjunto de adegas como objeto de estudo, foi de encontro à necessidade de interpretar estes edifícios através de uma visão global, que nos permitiu descobrir e mostrar exemplos com diferentes qualidades arquitetónicas.

A diversidade presente nestas infraestruturas é um reflexo de um país diverso, das diferentes circunstâncias sociais, políticas e económicas, e das regiões e lugares onde se implantaram os edifícios. A riqueza do conjunto reside precisamente na diversidade, tornando-se interessante compreender as justificações por trás do projeto de cada uma das obras.

Para o seu reconhecimento recorreremos às ferramentas adquiridas ao longo deste percurso académico, nomeadamente no exercício do Projeto, para conduzir uma análise que permitiu o seu levantamento. Identificamos as estratégias territoriais na escolha dos lugares, as metodologias de implantação e procuramos interpretar as escolhas que justificam a arquitetura destas obras. Estudamos os edifícios através de diversas abordagens suscitadas pelos temas do Projeto e pelo cruzamento de várias escalas de análise, procurando construir uma reflexão informada pelo seu contexto económico, social e político.

Através deste exercício de Dissertação procuramos contribuir para o debate em torno da preservação do património industrial do século XX, mais concretamente a preservação da memória desta rede de adegas cooperativas. Contribuindo para o reconhecimento destes edifícios, de modo a permitir um possível estudo mais aprofundado no futuro, não encarando este exercício como um fim, mas como o início de outras eventuais investigações.

“Neste sentido, o Património Arquitectónico é tanto algo do passado, como do presente e do futuro, tão contemplativo quanto criativo, na firme certeza do pleno dinâmico reencontro com a Aventura Humana.”<sup>199</sup>

199 199 Tostões, Ana. *Arquitetura Moderna Portuguesa :1920 – 1970*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003. p.7



# Índice de Imagens

1. “Vindimas: mulher transporta o cesto cheio de uvas”, fotografia de Artur Pastor, ca. 1960. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/ART/022159
2. Fotogramas do filme “Vinhos de Portugal” de 1949, apoiado pela JNV, que retrata Portugal como nação vinícola. A vindima. Fonte: <https://www.ivv.gov.pt/np4/483/>
3. “Vindimas: mulheres transportam os cestos carregados de uvas”, fotografia de Artur Pastor, ca. 1960. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/ART/022202
4. Filoxera vastatrix uma das pragas que afetou a vinhas. Fonte: <https://www.taylor.pt>
5. “Condução da vinha com tutor”, na região de Alenquer, fotografia de Artur Pastor. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 81
6. Capa do Diário de Notícias no dia 10 de julho 1926, sobre o Golpe de Estado. Fonte: Arquivo do Diário de Notícias
7. Portugal “terra de sol e uvas de ouro” 2.ª série, n.º 883, 20 de Janeiro de 1923. Fonte: Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa
8. “Beber vinho é dar o pão a 1 milhão de portugueses”, Cartaz de Propaganda da JNV, da autoria de Mário Costa, 1938. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
9. “Uvas fonte de saúde e de alegria”, Cartaz de Propaganda da JNV, da autoria de Mário Costa, 1938. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
10. “Comam uvas bebam vinho. Quem beber vinho contribuiu para o pão de mais de um milhão de portugueses”, Cartaz de Propaganda da JNV, da autoria de Mário Costa, 1938. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
11. “Nós queremos um Estado forte”, Cartaz apelando ao voto na Constituição de 1933, da autoria de Almada Negreiros. 1933. Secretariado de Propaganda Nacional. Lisboa, Portugal. Fonte: [www.researchgate.net](http://www.researchgate.net)
12. Tomada de posse da Federação de Viticultores do Centro e Sul de Portugal. Fonte: <https://restosdecoleccion.blogspot.com>
13. Primeiras instalações da sede da Junta Nacional do Vinho na rua Mouzinho da Silveira, em Lisboa, ca. 1941. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CB/10/09/09
14. “Garraizada do pessoal da Junta Nacional do Vinho na Praça da Feira Popular de Lisboa”, fotografia de António Bivar, ca. 1945. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/ANB/010643
15. “Cortejo da Luz, carro da Junta Nacional do Vinho”, fotografia de Armando Maia Serôdio, ca. 1958. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/SER/001758
16. Símbolo da Junta Nacional do Vinho. Fonte: Junta Nacional do Vinho. *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952
17. Adega Triunfo na Rua dos Bacalhoeiros, em Lisboa. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
18. Desfile das Brigadas de Fiscalização da JNV, na Praça do Comércio. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
19. Cartaz da Mobiloil com referências às brigadas de fiscalização da JNV. Fonte: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2018/01/junta-nacional-do-vinho.html>

20. Desfile das Brigadas de Fiscalização da JNV, na Praça do Comércio. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
21. Brigadas de Fiscalização da JNV, mala com instrumentos laboratoriais para fiscalização dos produtos vínicos. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
22. “Discurso e Notas Políticas”, volume III, de António de Oliveira Salazar. Fonte: Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*, Lisboa: ISA, 1993.
23. Foto promocional da vindima na Região de Palmela, da autoria de Benoiel. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
24. Comunidade de *New Harmony* da autoria de Robert Owen. Fonte: <https://www.historicurbanplans.com/product/new-harmony-indiana-1825/>
25. Plano do *Falanstério* da autoria de Charles Fourier. Fonte: <https://eliasmatias.wordpress.com/2016/11/14/blog-post-title/>
26. “Carta Vinicola de Portugal, produção aproximada, Media 1884 a 1888”, elaborada no âmbito da estatística agrícola dirigida por Gerardo Pery, publicada no Boletim da Direcção Geral da Agricultura, 1890. Fonte: Gonçalves, Mário e Marques, Hélder (colaboração). “Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação da rede das adegas cooperativas pela Junta Nacional do Vinho” in *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021
27. “Carta Vinicola de Portugal, produção aproximada, Media 1884 a 1888”, elaborada no âmbito da estatística agrícola dirigida por Gerardo Pery, publicada no Boletim da Direcção Geral da Agricultura, 1890. Fonte: *ibidem*
28. “Carte Vinicole du Portugal” da autoria de Cincinnato da Costa, 1900. Fonte: Costa, Bernardino Cincinnato e D. Luís de Castro (colaboração). *Portugal au point de vue agricole*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900
29. “Carte Viticole du Portugal” da autoria de Cincinnato da Costa, 1900. Fonte: *ibidem*
30. “Scènes de vendange au Minho. Vignes en fourches”, gravura baseada numa aquarela de M. Roques Gameiro. Fonte: *ibidem*
31. Mapa de Portugal com a área de influência da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP) sombreada. Fonte: Desenho da autora.
32. Mapa da área de influência da Federação de Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, autoria da JNV, Principais atribuições, 1938. Fonte: Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010
33. “Produção Vinícola”, mapa da autoria de Amorim Girão, 1935, publicado no Atlas de Portugal (1941) Fontes: *Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação da rede das adegas cooperativas pela Junta Nacional do Vinho*. Ouro Preto, Brasil: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2009
34. Mapa da área de jurisdição da Junta Nacional do Vinho, com representação das regiões demarcadas, das delegações e dos delegados concelhios, autoria da JNV, Principais atribuições, 1938. Fonte: Freire, Dulce. *Produzir e Beber. A Questão do Vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010
35. Mapa de localização das adegas cooperativas da JNV, identificadas segundo a fase de construção. Fonte: Desenho da autora com base nos mapas presentes em Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século*

XX: *Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012.

36. Mapa das Regiões Vinícolas, da autoria de Mário Costa, JNV. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV

37. Armazém regulador de Santarém, construído em 1934. Fonte: Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007

38. Armazém regulador de Vila Nova de Gaia, construído em 1937. Fonte: *ibidem*

39. Armazém regulador de Leiria, construído em 1949. Fonte: *ibidem*

40. Mapa dos armazéns instalados durante a 1.º Fase (1935-1952). Fonte: Desenho da autora

41. Tabela da capacidade de armazenagem da Junta, em 1951, incluindo adegas cooperativas. Fonte: Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952

42. Gráfico das capacidades de armazenagem total e própria deduzidas da capacidade atribuída às Adegas Cooperativas. Fonte: Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Volume I, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952

43. Mapa da localização das adegas planeadas pela FVCSP. Fonte: Desenho da autora com base nos mapas presentes em Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012

44. Mapa da localização das adegas instaladas durante a 1.º fase (1935-1952), com descrição do tipo de instalação. Fonte: Desenho da autora com base nos mapas presentes em *ibidem*.

45. Mapa da localização das adegas constituídas durante a 1.º fase (1935-1952). Fonte: Desenho da autora com base nos mapas presentes em *ibidem*.

46. Capa dos dois volumes da obra *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.* Fonte: Junta Nacional do Vinho, *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.*, Volumes I e II, Lisboa: Ministério da Economia, Tipografia Ramos, Afonso e Moita, Lda, 1943.

47. Mapa das “Regiões sobre que incide o estudo do Cadastro dos Vinhos”. Fonte: *ibidem*

48. Cartograma III, “Produção Total de Vinho por Concelhos”. Fonte: Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952

49. Cartograma I V, “Densidade de Produção de Vinho por Concelhos”. Fonte: *ibidem*

50. Carta II, “Zonas de Interesse Cooperativo da Área de Jurisdição da JNV”. Fonte: *ibidem*

51. Capa da obra *Anais da Junta Nacional do Vinho*. Fonte: Junta Nacional do Vinho. *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952

52. Carta II, “Zonas de Interesse Cooperativo da Área de Jurisdição da JNV”. Fonte: Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952
53. Mapa da delimitação das 14 zonas da área da JNV. Fonte: Desenho da autora.
54. Mapa da Zona V - Bairrada, com a localização das adegas cooperativas e respectiva área de influência. Fonte: Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952
55. Mapa da Zona VI - Baixo Mondego, com a localização das adegas cooperativas e respectiva área de influência. Fonte: *ibidem*
56. Legenda do mapa da Zona VIII - Baixo Zêzere, onde se observam os critérios ilustrados nos mapas. Fonte: *ibidem*
57. Mapa de conjunto da Rede de Adegas Cooperativas Área da JNV, com a localização das adegas cooperativas e respectiva área de influência. Fonte: *ibidem*
58. Mapa da localização das adegas planeadas com as suas respectivas áreas de influência. Fonte: Desenho da autora com base nos mapas presentes em Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012
59. Mapa da localização das adegas constituídas durante a 2.<sup>a</sup> fase (1952-1969). Fonte: Desenho da autora com base nos mapas presentes em *ibidem*
60. “Vindimas: carro de bois carregado de uvas”, fotografia de Artur Pastor, ca. 196-. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/ART/022259
61. Mapa da localização das adegas constituídas durante a 3.<sup>a</sup> fase (1970-1986). Fonte: Desenho da autora com base nos mapas presentes em Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012
62. Adegas Cooperativas da Olhalvo, 1950. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
63. Adegas Cooperativas de Chaves, 1956. Fonte: *ibidem*
64. Adegas Cooperativas do Bombarral, 1952. Fonte: *ibidem*
65. Ortofotomapa da Adegas Cooperativas de Olhalvo, 1950. Fonte: Desenho da autora sobre ortofotomapa retirado do Google Earth cruzado com as plantas disponíveis em Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012.
66. Ortofotomapa da Adegas Cooperativas de Chaves, 1956. Fonte: *ibidem*
67. Adegas Cooperativas de Moimenta da Beira, 1958. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
68. Ortofotomapa da Adegas Cooperativas de Moimenta da Beira, 1958. Fonte: Desenho da autora sobre ortofotomapa retirado do Google Earth cruzado com as plantas disponíveis em Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012

69. Ortofotomapa da Adega Cooperativa da Carvoeira, 1960. Fonte: Desenho da autora sobre ortofotomapa retirado do Google Earth cruzado com as plantas disponíveis em *ibidem*
70. Ortofotomapa da Adega Cooperativa de Borba, 1958. Fonte: Desenho da autora sobre ortofotomapa retirado do Google Earth cruzado com as plantas disponíveis em *ibidem*
71. Adega Cooperativa da Lourinhã, 1949. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
72. Adega Cooperativa de Pinhel, 1947. Fonte: *ibidem*
73. Cais ferroviário da Adega Cooperativa da Mealhada, 1951. Fonte: *ibidem*
74. Cais ferroviário da Adega Cooperativa da Mealhada, 1951. Fonte: *ibidem*
75. Ortofotomapa da Adega Cooperativa da Mealhada, 1951. Fonte: Desenho da autora sobre ortofotomapa retirado do Google Earth cruzado com as plantas disponíveis em Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re) conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012.
76. Ortofotomapa da Adega Cooperativa de Águeda, 1952. Fonte: Desenho da autora sobre ortofotomapa retirado do Google Earth cruzado com as plantas disponíveis em *ibidem*
77. Cais fluvial da Adega Cooperativa de Águeda, 1952. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
78. Esquema da distribuição programática das adegas cooperativas. Fonte: Desenho da autora
79. Fotografia da chegada das uvas à Adega cooperativa do Cartaxo, ca. 195-. Fonte: Arquivo Fotográfico de Cartaxo, cedida por Carlos Florentino
80. Desenho de estudo do alçado da Adega cooperativa de Cartaxo. Fonte: Desenho da autora
81. Desenho de estudo do espaço de chegada. Fonte: Desenho da autora
82. Desenho de estudo da volumetria. Fonte: Desenho da autora
83. Fotografia da chegada das uvas à Adega cooperativa do Cartaxo, Fonte: Arquivo Fotográfico de Cartaxo, cedida por Carlos Florentino
84. Fotografia de veículo com uvas na Adega cooperativa do Cartaxo, Fonte: *ibidem*
85. Organograma de planta tipo com a distribuição dos diversos programas. Fonte: Desenho da autora
86. Planta do piso 0, projeto para a adega cooperativa de A-dos-cunhados. Fonte: Santos, Amadeu José P. dos. *Uma adega cooperativa*. Porto: ESBAP, 1958 [CODA] disponível no Repositório Aberto da Universidade do Porto
87. Maquete do projeto da adega cooperativa de A-dos-cunhados. Fonte: Santos, Amadeu José P. dos. *Uma adega cooperativa*. Porto: ESBAP, 1958 [CODA] disponível no Repositório Aberto da Universidade do Porto
88. Paisagem de viatura carregada de uvas na Adega Cooperativa do Cartaxo, ca. 195-. Fonte: Arquivo Fotográfico de Cartaxo, cedida por Carlos Florentino
89. Balança da Adega cooperativa do Fundão. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
90. Estudo das diferentes posições que a balança assume nas adegas cooperativas. Fonte: Desenho da autora.

91. Balança da Adega cooperativa de Santo Isidro de Pegões. Fonte: <http://cooppegoes.pt/historia/>
92. Adega cooperativa de Arruda dos Vinhos em construção. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
93. Balança da Adega cooperativa de Figueira de Castelo Rodrigo. Fonte: *ibidem*
94. Cais ferroviário da adega cooperativa da Mealhada. Fonte: *ibidem*
95. Cais fluvial da adega cooperativa da Águeda. Fonte: *ibidem*
96. Tegão da adega cooperativa da Carvoeira. Fonte: *ibidem*
97. Desenho de análise do funcionamento do tegão da adega cooperativa do Cartaxo. Fonte: Desenho da autora
98. Adega cooperativa de Cartaxo. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
99. Desenho de análise da posição do tegão da adega cooperativa de Lagoa. Fonte: Desenho da autora
100. Adega cooperativa de Lagoa. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
101. Desenho de análise do funcionamento do tegão da adega cooperativa de Arruda dos Vinhos. Fonte: Desenho da autora
102. Adega cooperativa de Arruda dos Vinhos. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
103. Adega cooperativa de Tomar. Fonte: *ibidem*
104. Adega cooperativa de Palmela. Fonte: *ibidem*
105. Alçado da adega cooperativa de S. Mamede da Ventosa. Fonte: *ibidem*
106. Alçado da adega cooperativa de Martim Rei. Fonte: Guerreiro, Filipa de Castro, "Colónia Agrícola de Martim Rei - a primeira experiência da Junta de Colonização Interna" in SABUCALE. Revista do Museu do Sabugal, n.º 12, Sabugal: 2021
107. Desenho de análise da posição e funcionamento do tegão da adega cooperativa de S. Mamede da Ventosa. Fonte: Desenho da autora
108. Desenho de análise da posição do tegão na adega cooperativa de Martim Rei. Fonte: Desenho da autora
109. "Vindimas: tanque cheio de cachos de uva", fotografia de Artur Pastor, ca. 196-. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/ART/022261
110. Prensagem das uvas na adega cooperativa de Almeirim. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
111. Zona de produção da adega cooperativa de Águeda. Fonte: Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012
112. Depósitos da adega cooperativa de Pinhel. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
113. Mezaninos da área de produção da adega cooperativa de Torres Vedras. Fonte: *ibidem*
114. Planta do piso 0 adega cooperativa de Torres Vedras. Fonte: Desenho da autora sobre a planta disponível no Arquivo Municipal de Torres Vedras

115. Adega cooperativa de Torres Vedras. Fonte: Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012
116. Corte CD do projeto para o armazém de A-Dos-Francos, da autoria de Cassiano Branco, 1961. Fonte: Desenho da autora sobre o projeto disponível no Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CB/10/07/23
117. Planta ao nível do cais, projeto para o armazém de A-Dos-Francos, da autoria de Cassiano Branco, 1961. Fonte: Desenho da autora sobre o projeto disponível no Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CB/10/07/18
118. Depósitos *airform* da adega cooperativa de Cartaxo. Fonte: Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986). Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007.
119. Depósitos *airform* da adega cooperativa de Bragança. Fonte: Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012
120. Depósitos cilíndricos da adega cooperativa da Batalha. Fonte: Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986). Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007.
121. Ortofotomapa da adega cooperativa de Mogofores. Fonte: Desenho da autora sobre ortofotomapa retirado do Google Earth cruzado com as plantas disponíveis em Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012.
122. Ortofotomapa da adega cooperativa e armazém de Valpaços. Fonte: Desenho da autora sobre ortofotomapa retirado do Google Earth cruzado com as plantas disponíveis em ibidem
123. Planta do piso 0 adega cooperativa de Torres Vedras. Fonte: Desenho da autora sobre a planta disponível no Arquivo Municipal de Torres Vedras
124. Sala das Caldeiras de destilação da Adega cooperativa do Bombarral. Fonte: Brito Pereira, Maria da Conceição Freire de, Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986). Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa: Universidade Aberta, 2007.
125. Sala das Caldeiras de destilação da Adega cooperativa do Bombarral. Fonte: ibidem
126. Laboratórios da Adega cooperativa da Mealhada. Fonte: ibidem
127. Planta ao nível do cais e planta do piso 1, projeto para o armazém de A-Dos-Francos, da autoria de Cassiano Branco, 1961. Fonte: Desenho da autora sobre o projeto disponível no Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CB/10/07/18
128. Desenhos de estudo dos diferentes tipos de posicionamento do programa administrativo. Fonte: Desenhos da autora
129. Palacete do século XIX, adquirido pela JNV, em 1938, em Lisboa, ca. 1941. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CB/10/09/09
130. Edifício da sede da JNV, projetado por Cassiano Branco, em 1942, em Lisboa, fotografia de Artur João Goulart, ca. 1964 Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/AJG/005666

131. “Aspeto geral de uma tanoaria e produção de barris”, fotografia de Artur Pastor, ca. 195-. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/ART/022253
132. Caderno de estudo da autora. Fonte: Desenhos da autora
133. Adega cooperativa de Lafões, 1947. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
134. Desenho do alçado principal da adega cooperativa de Lafões. Fonte: Desenho da autora
135. Porta da adega cooperativa de Lafões. Fonte: Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012
136. Desenho dos pormenores do vão e porta da adega cooperativa de Lafões. Fonte: Desenho da autora
137. Alçado da adega cooperativa de S. Mamede da Ventosa, 1952. . Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
138. Edifício da sede da JNV, em Lisboa, projeto de Cassiano Branco, 1942, fotografia de Arnaldo Madureira, ca. 1961. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/001230
139. “Grande Hotel das Termas do Luso”, projeto de Cassiano Branco, 1940. Fonte: <https://restosdecoleccion.blogspot.com>
140. Desenho do alçado principal no projeto de ampliação adega cooperativa de Torres Vedras, 1955. Fonte: Arquivo Municipal de Torres Vedras
141. Alçado principal da adega cooperativa de Torres Vedras, 1949. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
142. Pavilhão da Caça - Jardim Colonial, autoria de Cassiano Branco, Exposição do Mundo Português, 1940. Fonte: <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/>
143. Palácio da Justiça do Porto, da autoria de Raul Rodrigues Lima, 1958. Fonte: <https://restosdecoleccion.blogspot.com>
144. Palácio da Nova Chancelaria do Reich, Albert Speer, 1938. Speer, Albert. *Moderna Arquitectura Alemã*. Berlim: Editorial Volk und Reich, 1941.
145. Adega cooperativa de Moimenta da Beira, Alexandre Stinkritzer Bastos, 1957. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
146. Desenho de compreensão da inserção da adega cooperativa de Moimenta da Beira na paisagem. Fonte: Desenho da autora
147. Adega cooperativa de Moimenta da Beira, Alexandre Stinkritzer Bastos, 1957. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
148. Adega cooperativa de Chaves, ARS arquitetos, 1956. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
149. Desenho do alçado da adega cooperativa de Chaves. Fonte: Desenho da autora
150. Desenho de análise do volume da adega cooperativa de Chaves. Fonte: Desenho da autora
151. Adega cooperativa da Covilhã, ARS arquitetos, 1957. Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV
152. Adega cooperativa da Covilhã, ARS arquitetos, 1957. Fonte: *ibidem*
153. Adega cooperativa da Carvoeira, ARS arquitetos, 1960. Fonte: *ibidem*

154. Alçado posterior da adega cooperativa de Chamusca, José Bastos Coelho e de António Ribeiro Modesto, 1958. Fonte: *ibidem*
155. Entrada da área administrativa da adega cooperativa de Chamusca, 1958. Fonte: *ibidem*
156. Adega cooperativa de Chamusca, José Bastos Coelho e de António Ribeiro Modesto, 1958. Fonte: *ibidem*
157. Adega cooperativa de Chamusca, José Bastos Coelho e de António Ribeiro Modesto, 1958. Fonte: *ibidem*
158. Adega cooperativa de Chamusca, José Bastos Coelho e de António Ribeiro Modesto, 1958. Fonte: *ibidem*
159. Alçado principal do projeto para a adega cooperativa de A-dos-Cunhados, Amadeu José dos Santos, 1958. Fonte: Santos, Amadeu José P. dos. *Uma adega cooperativa*. Porto: ESBAP, 1958 [CODA] disponível no Repositório Aberto da Universidade do Porto
160. Perspetiva do projeto da adega cooperativa de Santo Isidro de Pegões, Vasco Lobo, 1958. Fonte: Lobo, Vasco. *Uma adega cooperativa para a colónia agrícola de Pegões da JCI*. Porto: ESBAP, 1954 [CODA].
161. Adega cooperativa de Santo Isidro de Pegões, Vasco Lobo, 1958. Fonte: Guerreiro, Filipa de Castro. *Colónias Agrícolas*, Porto: Dafne editora, 2022
162. Adega cooperativa da Merceana, Erich Corsépius e Manuel Alzina Menezes, 1965. Fonte: Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012
163. Adega cooperativa da Merceana, Erich Corsépius e Manuel Alzina Menezes, 1965. Fonte: Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Évora: Universidade de Évora, 2012



# Fontes Documentais

Alegre, Manuel. "Trova do Mês de Abril" in *Atlântico*. Lisboa: Dom Quixote, 1981.

Bernardino, Maria Santos. *O Cartaz Cultural em Portugal (1933-1960), casos de estudo: teatro, bailado e cinema*. Dissertação apresentada ao IADE - Universidade Europeia para obtenção do grau de Mestre em Design e Publicidade, Lisboa: Universidade Europeia, 2019.

Brito Pereira, Maria da Conceição F. *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.

Caldeira, Joaquim A. Cabral. *Os armazéns da Junta Nacional do Vinho*. Lisboa: 1985.

Costa, Bernardino C. Cincinato da e Castro, D. Luiz de (colaboração). *Portugal au point de vue agricole*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.

Costa, B. C. Cincinato da, O Portugal Vinícola, *Estudos sobre a ampelografia e o valor enológico das primeiras videiras em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.

Costa, Tiago Filipe Mavigné De Sousa Nunes da, *Património industrial português da época do movimento moderno: das experiências modernistas às novas necessidades contemporâneas*. Dissertação de Mestrado orientada pelo professor doutor João Mendes Ribeiro, apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra, 2011.

Domingues, Miguel Maria C. S. de Almeida. *A Junta Nacional do Vinho: A Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas*. Lisboa: ISA, 1993.

Fernandes, José Manuel. *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

Fernandez, Sergio. *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988.

Freire, Dulce. *Produzir e Beber: A Questão do Vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010.

Gonçalves, Mário e Marques, Hélder (colaboração). “Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação da rede das adegas cooperativas pela Junta Nacional do Vinho” in *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. p. 145-170

Gonçalves, Mário e Marques, Hélder (colaboração). “Mapas temáticos da viticultura portuguesa: «Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.» (1942)” in *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. p.187-198

Gonçalves, Mário e Marques, Hélder (colaboração). “Dois momentos de consolidação da Geografia em Portugal e a concepção e representação cartográfica da ‘Montanha’” in *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. p.285-296

Granchinho, Manuel António Relvas Louro, *As Adegas Cooperativas do Alentejo: Um caso de sucesso de organização cooperativa da produção*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão para obtenção do grau de Mestre em Gestão. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1997.

Guerreiro, Filipa de Castro. *Colónias Agrícolas*. Porto: Dafne editora, 2022.

Junta Nacional do Vinho. *Adegas Cooperativas*. Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952.

Junta Nacional do Vinho. *Anais da JNV*, Vol. IV. Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952.

Junta Nacional do Vinho. *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.*, Vols. I e II. Lisboa: Ministério da Economia, Tipografia Ramos, Afonso e Moita, Lda., 1943.

Lino, Raul. *Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933.

Lobo, Vasco. *Uma adega cooperativa para a colónia agrícola de Pegões da JCI*. Porto: ESBAP, 1954 [CODA].

Lopes, David Manuel Revez. *Arquitectura Industrial em Portugal no século XX: Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho*. Dissertação de Mestrado orientada pelo professor doutor João Rocha, apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, Évora: Universidade de Évora, 2012.

Miguel, António Cerca. "O tempo do cooperativismo vinícola em Portugal" in *Cultivar. Cadernos de Análise e Prospetiva*. n.º24. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, dezembro de 2021. p.77-86

Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, "Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área da Jurisdição da Junta Nacional do Vinho" in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952.

Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, "Solução cooperativista da armazenagem de vinhos" in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952.

Moniz, Gonçalo. "Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30", in *DC Papeles*. Barcelona: Departament de Composició Arquitectónica UPC, 2005.

Neruda, Pablo. "Ode ao Vinho" in *Odes Elementares*. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

Pereira, Nuno Teotónio e Fernandes, José Manuel (colaboração). "A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959" in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*. Volume II, de AAVV. Lisboa: Fragmentos, 1987. (p. 323-357)

Rodrigues, José Miguel. "Arquitectura, Eclectismos, Historicismos" in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I: A-E. Lisboa: Assembleia da República, 2014.

Ramos, Rui J. G. "Ser moderno em 1900: a arquitectura de Ventura Terra e Raul Lino" in colóquio *Caminhos e identidades da modernidade: 1910, o Edifício Chiado em Coimbra*. CEAU-FAUP. Coimbra: CMC, 2010.

Salvador, A. R. Nunes e F. F. Franco Frazão, *Estudo das características dos vinhos portugueses (área da J.N.V.) colheita de 1948*. Volume I e II, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1950-1951.

Santos, Amadeu José P. dos. *Uma adega cooperativa*. Porto: ESBAP, 1958 [CODA].

Santos, Fernando dos. “A Vitivinicultura de Torres Vedras, 1850-1986”, in *Enomemórias & enoturismo: os territórios culturais do vinho*. Paisagem, Museus, Comunidade, Instituto Universitário da Maia. Maia: ISMAI, 2018.

Speer, Albert. *Moderna Architectura Alemã*. Berlim: Editorial Volk und Reich, 1941.

Távora, Fernando. *O problema da casa portuguesa*. Cadernos de Arquitectura n.º 1. Lisboa: Manuel João Leal, 1947.

Tostões, Ana. *Arquitetura Moderna Portuguesa :1920 – 1970*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

Tostões, Ana. “Eclectismo, Revivalismo e a «Casa Portuguesa»” in *História da Arte Portuguesa*. Volume III, Dir. Paulo Pereira. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. p. 507-591

Tostões, Ana Cristina. *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.







Memória, território, identidade. Percurso pelas  
adeegas cooperativas da Junta Nacional do Vinho

Patrícia Sofia da Costa Livramento

FACULDADE DE ARQUITETURA

